

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2020 à 30/09/2020	10
Acumulado do Exercício Anterior - 01/01/2019 à 30/09/2019	11
Demonstração de Valor Adicionado	12

DFs Consolidadas

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	13
Notas Explicativas	28

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	97
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	99
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	100

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/09/2020
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	48.067.937
Preferenciais	29.787.362
Total	77.855.299
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária	28/04/2020	Dividendo		Ordinária		2,12371
Assembléia Geral Ordinária	28/04/2020	Dividendo		Preferencial	Preferencial Classe A	2,12371
Assembléia Geral Ordinária	28/04/2020	Dividendo		Preferencial	Preferencial Classe B	2,12371

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2020 à 30/09/2020	Exercício Anterior 01/01/2019 à 31/12/2019
1	Ativo Total	9.878.264	8.664.706
1.01	Ativo Circulante	3.068.205	2.159.728
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	493.735	91.605
1.01.02	Aplicações Financeiras	140.454	77.033
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	140.454	77.033
1.01.02.01.03	Títulos e valores mobiliários	140.454	77.033
1.01.03	Contas a Receber	1.284.282	1.267.726
1.01.03.01	Clientes	1.284.282	1.267.726
1.01.03.01.01	Consumidores e outras contas a receber	1.747.385	1.597.690
1.01.03.01.02	Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	-463.103	-343.368
1.01.03.01.03	Consumidor baixa renda	0	13.404
1.01.06	Tributos a Recuperar	414.052	186.068
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	414.052	186.068
1.01.06.01.01	Imposto de renda e contribuição sociais compensáveis	16.827	13.348
1.01.06.01.02	Outros tributos compensáveis	397.225	172.720
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	735.682	537.296
1.01.08.03	Outros	735.682	537.296
1.01.08.03.01	Serviço em Curso	74.023	43.583
1.01.08.03.03	Outros créditos	73.257	107.681
1.01.08.03.04	Subvenção CDE - desconto tarifário	370.616	324.760
1.01.08.03.05	Ativos financeiros Setoriais	0	61.272
1.01.08.03.06	Instrumentos financeiros derivativos - swap	217.786	0
1.02	Ativo Não Circulante	6.810.059	6.504.978
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	4.713.469	4.522.588
1.02.01.04	Contas a Receber	59.632	26.694
1.02.01.04.01	Clientes	59.632	26.694
1.02.01.07	Tributos Diferidos	90.269	35.038
1.02.01.07.01	Imposto de renda e contribuição social diferidos	90.269	35.038
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	4.563.568	4.460.856
1.02.01.10.03	Depósitos vinculados a litígios	46.114	47.548
1.02.01.10.04	Cauções e depósitos	29.696	23.963
1.02.01.10.05	Benefício fiscal	26.811	30.686
1.02.01.10.06	Ativo indenizável (concessão)	2.822.270	2.372.127
1.02.01.10.07	Serviço em curso	0	28.060
1.02.01.10.08	Tributos a compensar	1.143.464	1.425.147
1.02.01.10.10	Ativos financeiros setoriais	0	12.268
1.02.01.10.11	Ativos contratuais	495.213	521.057
1.02.03	Imobilizado	46.364	51.368
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	38.730	43.734
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	7.634	7.634
1.02.04	Intangível	2.050.226	1.931.022
1.02.04.01	Intangíveis	2.050.226	1.931.022
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	1.900.460	1.804.546
1.02.04.01.02	Software	149.766	126.476

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2020 à 30/09/2020	Exercício Anterior 01/01/2019 à 31/12/2019
2	Passivo Total	9.878.264	8.664.706
2.01	Passivo Circulante	3.105.245	2.049.696
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	52.875	42.489
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	52.875	42.489
2.01.02	Fornecedores	775.908	866.723
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	774.874	866.183
2.01.02.01.01	Fornecedores nacionais	533.024	765.738
2.01.02.01.03	Partes relacionadas	241.850	100.445
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	1.034	540
2.01.03	Obrigações Fiscais	171.011	185.920
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	57.302	56.914
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	804	17.950
2.01.03.01.02	Obrigações fiscais federais	56.498	38.964
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	110.680	125.040
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	3.029	3.966
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.092.178	360.728
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.072.638	342.118
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	47.513	54.726
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	1.025.125	287.392
2.01.04.02	Debêntures	19.540	18.610
2.01.04.02.01	Debentures	19.540	18.610
2.01.05	Outras Obrigações	1.013.273	593.836
2.01.05.02	Outros	1.013.273	593.836
2.01.05.02.04	Pis/Cofins a serem restituídos a consumidores	318.544	102.703
2.01.05.02.05	Passivos financeiros setoriais	82.752	0
2.01.05.02.06	Dividendos a pagar	165.955	83.283
2.01.05.02.08	Instrumentos financeiros derivativos - swap	2.395	15.399
2.01.05.02.09	Obrigações com benefícios pós-emprego	1.549	2.284
2.01.05.02.10	Outras obrigações	112.776	41.175
2.01.05.02.11	Taxas regulamentares	325.467	341.208
2.01.05.02.12	Obrigações por arrendamentos	3.835	7.784
2.02	Passivo Não Circulante	3.585.353	3.500.959
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.829.800	1.823.707
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	333.673	341.730
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	317.974	330.524
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	15.699	11.206
2.02.01.02	Debêntures	1.496.127	1.481.977
2.02.01.02.01	Debêntures	1.496.127	1.481.977
2.02.02	Outras Obrigações	1.564.041	1.502.210
2.02.02.02	Outros	1.564.041	1.502.210
2.02.02.02.04	Obrigações fiscais federais	4.127	5.798
2.02.02.02.05	Obrigações com benefícios pós-emprego	94.714	94.773
2.02.02.02.06	Taxas regulamentares	94.359	72.327
2.02.02.02.07	Passivos financeiros setoriais	245.151	0
2.02.02.02.08	Outras obrigações	103	7.906
2.02.02.02.10	PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	1.123.825	1.318.164

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2020 à 30/09/2020	Exercício Anterior 01/01/2019 à 31/12/2019
2.02.02.02.11	Obrigações por arrendamentos	1.762	3.242
2.02.04	Provisões	191.512	175.042
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	191.512	175.042
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	30.676	30.366
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	110.810	112.735
2.02.04.01.05	Provisões Regulatórias	50.026	31.941
2.03	Patrimônio Líquido	3.187.666	3.114.051
2.03.01	Capital Social Realizado	892.246	808.246
2.03.02	Reservas de Capital	358.671	358.671
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	221.188	221.188
2.03.02.07	Remuneração de bens e direitos constituídos com capital	31.160	31.160
2.03.02.08	Incentivo fiscal - Adene	106.323	106.323
2.03.04	Reservas de Lucros	1.780.804	1.947.475
2.03.04.01	Reserva Legal	48.845	48.845
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	888.885	888.885
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	82.671
2.03.04.10	Reserva de reforço de capital de giro	843.074	927.074
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	156.714	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-769	-341

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/09/2020	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/09/2019
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.385.663	4.124.787	1.339.107	3.814.471
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.248.851	-3.582.121	-1.148.519	-3.331.112
3.03	Resultado Bruto	136.812	542.666	190.588	483.359
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-59.000	-283.239	-47.815	-174.037
3.04.01	Despesas com Vendas	-22.821	-146.404	-19.710	-65.722
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-38.772	-147.072	-35.295	-139.827
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	7.396	16.073	8.903	35.775
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-4.803	-5.836	-1.713	-4.263
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	77.812	259.427	142.773	309.322
3.06	Resultado Financeiro	-15.541	-66.317	-40.215	-64.614
3.06.01	Receitas Financeiras	81.834	322.989	13.447	116.410
3.06.02	Despesas Financeiras	-97.375	-389.306	-53.662	-181.024
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	62.271	193.110	102.558	244.708
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-14.310	-36.396	-33.202	-45.387
3.08.01	Corrente	-13.763	-87.532	-36.955	-45.780
3.08.02	Diferido	-547	51.136	3.753	393
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	47.961	156.714	69.356	199.321
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	47.961	156.714	69.356	199.321
3.99.01.01	ON	0,61603	2,01289	0,89083	2,56015
3.99.01.02	PNA	0,65299	2,13366	0,94428	2,71376
3.99.01.03	PNB	0,67763	2,21418	0,97992	2,81616
3.99.02.01	ON	0,61603	2,01289	0,89083	2,56015
3.99.02.02	PNA	0,65299	2,13366	0,94428	2,71376
3.99.02.03	PNB	0,67763	2,21418	0,97992	2,81616

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/09/2020	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/09/2019
4.01	Lucro Líquido do Período	47.961	156.714	69.356	199.321
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-2.847	-428	-96	-199
4.02.01	Ganho atuarial em benefícios pós-emprego	858	1.047	0	0
4.02.02	Tributos diferidos sobre ganho atuarial em benefícios pós-emprego	-292	-356	0	0
4.02.03	Perda em instrumentos financeiros derivativos - swap	-5.171	-1.695	-145	-301
4.02.04	Tributos diferidos sobre perda em instrumentos financeiros derivativos - swap	1.758	576	49	102
4.03	Resultado Abrangente do Período	45.114	156.286	69.260	199.122

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/09/2019
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	736.612	239.563
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	579.960	609.202
6.01.01.01	Lucro líquido do período	156.714	199.321
6.01.01.03	Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	118.751	51.628
6.01.01.04	Depreciação e amortização	226.903	199.219
6.01.01.05	Juros e variações monetárias	346.361	172.392
6.01.01.06	Valor residual de intangível e imobilizado	1.144	3.785
6.01.01.07	Tributos e contribuições social diferidos	-51.136	-393
6.01.01.08	Provisão para processos judiciais e outros	20.957	30.700
6.01.01.10	Obrigações com benefício pós-emprego	5.687	7.865
6.01.01.11	Perda de recebíveis de clientes	26.430	13.002
6.01.01.13	Receita do ativo indenizável	-35.029	-69.245
6.01.01.16	Ativos e passivos financeiros setoriais	-7.122	1.853
6.01.01.17	Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - juros e variação cambial	-229.700	-925
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	327.768	-256.977
6.01.02.01	Consumidores	-194.675	-287.398
6.01.02.03	Subvenção CDE - Desconto tarifário	-46.316	19.382
6.01.02.04	Imposto de renda e contribuição sociais compensáveis	-3.479	-4.362
6.01.02.05	Outros tributos compensáveis	57.178	-1.428.051
6.01.02.08	Depósitos vinculados a litígios	1.434	-570
6.01.02.09	Outros Ativos	32.046	35.720
6.01.02.10	Fornecedores	-90.815	5.201
6.01.02.11	Salários, provisões e encargos sociais	10.386	-7.161
6.01.02.12	Imposto de renda e contribuição social a pagar	87.571	53.579
6.01.02.13	Outras obrigações fiscais	2.539	329
6.01.02.14	Ativos financeiros setoriais	80.662	107.073
6.01.02.15	Obrigações com benefício pós-emprego	-5.435	-34.025
6.01.02.16	Encargos Setoriais	4.622	-75.179
6.01.02.17	Provisão para processos judiciais e outros	-21.153	-13.696
6.01.02.18	Outros passivos	63.798	-25.853
6.01.02.19	Passivos financeiros setoriais	327.903	-7.010
6.01.02.20	Pis/Cofins a serem restituídos a consumidores	21.502	1.405.044
6.01.03	Outros	-171.116	-112.662
6.01.03.01	Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-104.717	-53.681
6.01.03.02	Pagamento de juros (encargos de dívidas), deduzido dos juros capitalizados	-12.683	-18.605
6.01.03.03	Pagamento de juros de debêntures	-50.560	-38.728
6.01.03.04	Pagamentos de juros de instrumento derivativo	-2.785	-690
6.01.03.05	Pagamentos de juros de arrendamento	-371	-958
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-799.908	-514.693
6.02.01	Aplicações no intagível e imobilizado	-730.754	-525.622
6.02.02	Cauções e depósitos	-5.733	14.012
6.02.03	Títulos e valores mobiliários	-63.421	-3.083
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	465.426	348.852
6.03.01	Pagamentos de empréstimos e financiamentos (principal)	-61.152	-573.776

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/09/2019
6.03.05	Pagamento parcelamento especial	-1.036	-2.662
6.03.06	Captação de empréstimos e financiamentos	533.079	279.445
6.03.07	Captação de debêntures	0	650.000
6.03.09	Pagamentos de arrendamento financeiro (principal)	-5.465	-4.155
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	402.130	73.722
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	91.605	95.835
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	493.735	169.557

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 30/09/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	808.246	358.671	1.947.475	0	-341	3.114.051
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	808.246	358.671	1.947.475	0	-341	3.114.051
5.04	Transações de Capital com os Sócios	84.000	0	-166.671	0	0	-82.671
5.04.01	Aumentos de Capital	84.000	0	-84.000	0	0	0
5.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	0	-82.671	0	0	-82.671
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	156.714	-428	156.286
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	156.714	0	156.714
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-428	-428
5.05.02.06	Perda de instrumentos financeiros derivativos - swap	0	0	0	0	-1.695	-1.695
5.05.02.07	Tributos diferidos s/ perda de instrumentos financeiros derivativos - swap	0	0	0	0	576	576
5.05.02.08	Ganho atuarial em benefícios pós-emprego	0	0	0	0	1.047	1.047
5.05.02.09	Tributos diferidos s/ ganho de benefícios pós-emprego	0	0	0	0	-356	-356
5.07	Saldos Finais	892.246	358.671	1.780.804	156.714	-769	3.187.666

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / Acumulado do Exercício Anterior - 01/01/2019 à 30/09/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	741.046	358.671	1.762.701	0	222	2.862.640
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	741.046	358.671	1.762.701	0	222	2.862.640
5.04	Transações de Capital com os Sócios	67.120	0	-139.921	0	0	-72.801
5.04.01	Aumentos de Capital	67.120	0	-67.120	0	0	0
5.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	0	-72.801	0	0	-72.801
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	199.321	-199	199.122
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	199.321	0	199.321
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-199	-199
5.05.02.06	Perda em instrumentos financeiros derivativos - swap	0	0	0	0	-301	-301
5.05.02.07	Tributos diferidos sobre perda em instrumentos financeiros derivativos - swap	0	0	0	0	102	102
5.07	Saldos Finais	808.166	358.671	1.622.780	199.321	23	2.988.961

Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2020 à 30/09/2020	Anterior 01/01/2019 à 30/09/2019
7.01	Receitas	5.700.469	5.652.199
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	5.077.106	5.145.598
7.01.02	Outras Receitas	16.073	35.775
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	726.041	522.454
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-118.751	-51.628
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-3.613.803	-3.379.034
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-3.499.337	-3.304.561
7.02.04	Outros	-114.466	-74.473
7.02.04.02	Outras despesas operacionais	-114.466	-74.473
7.03	Valor Adicionado Bruto	2.086.666	2.273.165
7.04	Retenções	-226.841	-199.219
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-226.841	-199.219
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.859.825	2.073.946
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	322.989	116.410
7.06.02	Receitas Financeiras	322.989	116.410
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.182.814	2.190.356
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.182.814	2.190.356
7.08.01	Pessoal	140.622	148.303
7.08.01.01	Remuneração Direta	89.727	96.894
7.08.01.02	Benefícios	22.022	25.668
7.08.01.03	F.G.T.S.	4.191	4.263
7.08.01.04	Outros	24.682	21.478
7.08.01.04.01	Outros Encargos Sociais	6.077	6.788
7.08.01.04.02	Previdência Complementar	5.978	6.396
7.08.01.04.03	Participação nos Resultados	12.627	8.294
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.485.267	1.651.515
7.08.02.01	Federais	366.157	538.479
7.08.02.02	Estaduais	1.113.443	1.108.937
7.08.02.03	Municipais	5.667	4.099
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	400.211	191.217
7.08.03.01	Juros	389.306	181.024
7.08.03.02	Aluguéis	10.905	10.193
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	156.714	199.321
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	156.714	199.321

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Comentários de Desempenho

3T20 / 9M20

Enel Distribuição Ceará

Companhia Energética do Ceará

03 de novembro de 2020

Relações com Investidores

Teobaldo José Cavalcante Leal

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Daniel Spencer Pioner

Responsável por Relações com Investidores

<https://www.enel.com.br/pt-ceara/investidores.html> | brasil.investorrelations@enel.com

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Fortaleza, 03 de novembro de 2020 – A Companhia Energética do Ceará (“Enel Distribuição Ceará” ou “Companhia”) [BOV: COCE3 (ON); COCE5 (PNA); COCE6 (PNB)], distribuidora de energia elétrica que atende 184 municípios cearenses (9,1 milhões de habitantes) divulga seus resultados do terceiro trimestre (“3T20”) e dos nove primeiros meses de 2020 (“9M20”). As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado de outra forma, são apresentadas de acordo com a legislação brasileira aplicável e vigente.

DESTAQUES

DESTAQUES DO PERÍODO

	3T20	3T19	Var. %	2T20	Var. % (1)	9M20	9M19	Var. % (2)
Volume de Energia - Venda e Transporte (GWh)*	2.922	2.984	-2,1%	2.635	10,9%	8.515	8.918	-4,5%
Receita Bruta (R\$ mil)	1.958.864	1.968.643	-0,5%	1.846.879	6,1%	5.803.147	5.668.052	2,4%
Receita Líquida (R\$ mil)	1.385.663	1.339.107	3,5%	1.339.541	3,4%	4.124.787	3.814.471	8,1%
EBITDA (2) (R\$ mil)*	153.460	204.660	-25,0%	127.279	20,6%	469.843	493.177	-4,7%
Margem EBITDA (%)*	11,07%	15,28%	-4,21 p.p	9,50%	1,57 p.p	11,39%	12,93%	-1,54 p.p
Margem EBITDA ex-Receita de Construção*	13,31%	17,82%	-4,51 p.p	11,75%	1,56 p.p	13,82%	14,98%	-1,16 p.p
EBIT (3) (R\$ mil)*	77.812	142.773	-45,5%	58.604	32,8%	259.427	309.322	-16,1%
Margem EBIT (%)*	5,62%	10,66%	-5,04 p.p	4,37%	1,25 p.p	6,29%	8,11%	-1,82 p.p
Lucro Líquido (R\$ mil)	47.961	69.356	-30,8%	26.118	83,6%	156.714	199.321	-21,4%
Margem Líquida	3,46%	5,18%	-1,72 p.p	1,95%	1,51 p.p	3,80%	5,23%	-1,43 p.p
Margem Líquida ex-Receita de Construção	4,16%	6,04%	-1,88 p.p	2,41%	1,75 p.p	4,61%	6,05%	-1,44 p.p
CAPEX (R\$ mil)*	238.433	189.200	26,0%	225.686	5,6%	674.930	521.599	29,4%
DEC (12 meses)*	14,82	14,08	5,3%	13,64	8,7%	14,82	14,08	5,3%
FEC (12 meses)*	6,13	5,74	6,8%	6,00	2,2%	6,13	5,74	6,8%
Índice de Arrecadação (12 meses)*	98,80%	96,78%	2,02 p.p	95,58%	3,22 p.p	98,80%	96,78%	2,02 p.p
Perdas de Energia (12 meses)*	15,10%	13,96%	1,14 p.p	14,63%	0,47 p.p	15,10%	13,96%	1,14 p.p
Nº de Consumidores Totais*	4.288.548	3.887.759	10,3%	4.208.184	1,9%	4.288.546	3.887.759	10,3%
Nº de Colaboradores (Próprios)*	1.126	1.126	-	1.125	0,1%	1.126	1.126	-
MWh/Colaboradores Próprios e Terceiros*	306	333	-8,1%	284	7,7%	893	995	-10,3%
PMSO (5)/Consumidor*	43,40	42,44	2,3%	61,07	-28,9%	157,18	136,73	15,0%
Consumidor/Colaboradores Próprios e Terceiros*	450	433	3,9%	453	-0,7%	450	433	3,9%
Número Total de Colaboradores - Próprios e Terceiros	9.534	8.966	3,7%	9.294	2,6%	9.534	8.966	6,3%

(1) Variação entre 3T20 e 2T20; (2) Variação entre 9M20 e 9M19

(2) EBITDA: EBIT + Depreciações e Amortizações, (3) EBIT: Resultado do Serviço e (5) PMSO: Pessoal, Material, Serviços e Outros

Operacional

- DEC registrado no 3T20 em 14,82 horas, 5,3% superior em comparação ao registrado no mesmo período do ano anterior (14,08 horas);
- FEC de 6,13 vezes no 3T20, 6,8% superior ao registrado no 3T19 (5,74 vezes).

Mercado e Comercial

- Mercado total registrou contração de 2,1% no 3T20, em comparação ao 3T19, com redução de 3,0% no mercado cativo, principalmente em decorrência dos efeitos da atual pandemia.

Regulatório

- Vigente a partir do dia 1º de julho, Reajuste Tarifário Anual da Companhia, com efeito médio de 3,94%. A nova tarifa teve sua aplicação diferida pela ANEEL, por solicitação da Companhia, como consequência da atual pandemia.
- Em 03 de julho de 2020, a Companhia declarou junto a ANEEL os recursos financeiros requeridos por meio da CONTA-COVID, no valor total de R\$ 452,9 milhões.

Financeiro

- EBITDA de R\$ 153,5 milhões no 3T20, em comparação a R\$ 204,7 milhões registrados no 3T19.
- Lucro líquido de R\$ 48,0 milhões no 3T20, ante um Lucro Líquido de R\$ 142,8 milhões registrado no 3T19.

* Valores não auditados pelos auditores independentes

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



2

PERFIL CORPORATIVO

Área de Concessão

A Companhia é responsável pela distribuição de energia elétrica em todo o Estado do Ceará, em uma área de 149 mil quilômetros quadrados, que compreende um total de 184 municípios. A base comercial da Companhia abrange aproximadamente 4,3 milhões de unidades consumidoras, e envolve uma população de cerca de 9,1 milhões de habitantes.

DADOS GERAIS*

	3T20	3T19	Var. %
Área de Concessão (km2)	148.921	148.921	-
Municípios (Qte.)	184	184	-
Habitantes (Qte.) (1)	9.187.103	9.106.007	0,9%
Consumidores (Unid.)	4.288.548	3.883.072	10,4%
Linhas de Distribuição (Km)	149.412	146.457	2,0%
Linhas de Transmissão (Km)	5.377	5.286	1,7%
Subestações (Unid.)	118	118	-
Volume de Energia 12 meses (GWh)	11.811	12.041	-1,9%
Marketshare no Brasil - Nº de Clientes (2)	4,60%	4,28%	0,32 p.p
Marketshare no Brasil - Volume de Energia (3)	2,51%	2,52%	-0,01 p.p

(1) Estimativa do número de Habitantes do Ceará de acordo com a projeção da população divulgada

(2) Estimativa do número de consumidores Brasil de acordo com a ABRADDE

(3) Estimativa do volume de energia Brasil de acordo com a EPE



Mercado Bursátil

As ações da Companhia são negociadas na B3 – Brasil, Bolsa e Balcão. As cotações de fechamento do período são apresentadas a seguir.

COTAÇÃO DE FECHAMENTO (R\$/AÇÃO)*

	3T20	3T19	Var. %	2T20	Var. % (1)	9M20	9M19	Var. % (2)
Ordinárias - ON (COCE3)	66,00	49,00	34,7%	50,00	32,0%	66,00	49,00	34,7%
Preferenciais A - PNA (COCE5)	59,89	60,01	-0,2%	56,99	5,1%	59,89	60,01	-0,2%

(1) Variação entre 3T20 e 2T20; (2) Variação entre 9M20 e 9M19

variação sem ajuste por proventos

Estrutura de Controle e Organograma Societário Simplificado

A Enel Distribuição Ceará é uma sociedade anônima de capital aberto.

ESTRUTURA DE CONTROLE (EM 30/09/2020)

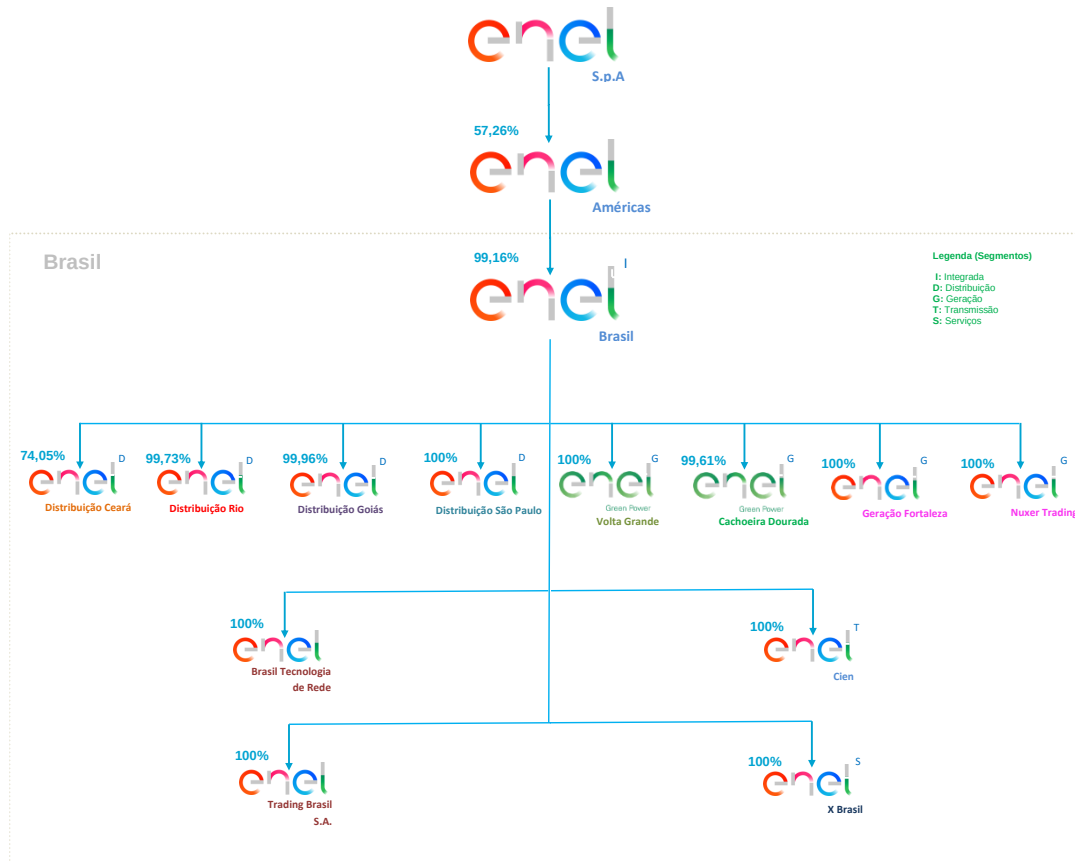
	ON (1)	%	PNA	PNB	PN	%	TOTAL	%
Controladores	47.064.245	97,91%	10.588.006	424	10.588.430	35,55%	57.652.675	74,05%
Enel Brasil	47.064.245	97,91%	10.588.006	424	10.588.430	35,55%	57.652.675	74,05%
Não Controladores	1.003.692	2,09%	17.664.694	1.534.238	19.198.932	64,45%	20.202.624	25,95%
Eletrobras	-	-	3.967.756	1.531.141	5.498.897	18,46%	5.498.897	7,06%
Onyx Latin América Equity Fund	-	-	1.687.600	-	1.687.600	5,67%	1.687.600	2,17%
Fundos de Pensão	919.403	1,91%	25.655	-	25.655	0,09%	945.058	1,21%
Outros	84.289	0,18%	11.983.683	3.097	11.986.780	40,23%	12.071.069	15,50%
Totais	48.067.937	100,0%	28.252.700	1.534.662	29.787.362	100,0%	77.855.299	100,0%

(1) As ações ordinárias possuem Tag Along de 80%

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Posição em 30 de setembro de 2020



DESEMPENHO OPERACIONAL

Mercado de Energia

Unidades Consumidoras

NÚMERO DE CONSUMIDORES (UNIDADES)*

	3T20	3T19	Var. %	2T20	Var. % (1)	9M20	9M19	Var. % (2)
Mercado Cativo	3.957.746	3.622.793	9,2%	4.013.172	-1,4%	3.957.746	3.622.793	9,2%
Residencial - Convencional	2.383.034	2.010.162	21,1%	2.434.593	-2,1%	2.383.034	2.010.162	18,5%
Residencial - Baixa Renda	742.266	846.535	-12,4%	741.917	0,0%	742.266	846.535	-12,3%
Industrial	6.255	5.614	14,2%	6.410	-2,4%	6.255	5.614	11,4%
Comercial	183.934	164.717	13,1%	186.359	-1,3%	183.934	164.717	11,7%
Rural	591.867	546.722	8,6%	593.885	-0,3%	591.867	546.722	8,3%
Sector Público	50.390	49.043	2,0%	50.008	0,8%	50.390	49.043	2,7%
Clientes Livres	430	317	35,6%	389	10,5%	428	317	35,0%
Industrial	141	117	13,7%	133	6,0%	141	117	20,5%
Comercial	277	191	27,7%	244	13,5%	277	191	45,0%
Rural	10	9	11,1%	10	-	10	9	11,1%
Sector Público	2	-	-	2	-	2	-	-
Revenda	2	2	-	2	-	2	2	-
Subtotal - Consumidores Efetivos Faturados	3.958.178	3.623.112	9,2%	4.013.563	-1,4%	3.958.176	3.623.112	9,2%
Consumo Próprio	311	310	0,3%	321	-3,1%	311	310	0,3%
Consumidores Ativos Não Faturados	330.059	264.337	24,9%	194.300	69,9%	330.059	264.337	24,9%
Total - Número de Consumidores	4.288.548	3.887.759	10,3%	4.208.184	1,9%	4.288.546	3.887.759	10,3%

(1) Variação entre 3T20 e 2T20; (2) Variação entre 9M20 e 9M19

A Companhia encerrou 3T20 com um incremento de 9,2% em relação à quantidade de consumidores efetivos faturados registrado no 3T19. O acréscimo observado entre os períodos analisados está concentrado nas classes residencial convencional, rural e comercial.

No 3T20, os investimentos para conexão de novos clientes à rede da Companhia totalizaram o montante de R\$ 154,4 milhões, e no 9M20, R\$ 448,4 milhões.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Venda de Energia na Área de Concessão

VENDA E TRANSPORTE DE ENERGIA (GWH)*

	3T20	3T19	Var. %	2T20	Var. % (1)	9M20	9M19	Var. % (2)
Mercado Cativo	2.349	2.422	-3,0%	2.268	3,6%	7.042	7.288	-3,4%
Clientes Livres	570	559	2,0%	363	57,0%	1.464	1.622	-9,7%
Revenda	3	3	-	4	-25,0%	9	8	12,5%
Total - Venda e Transporte de Energia	2.922	2.984	-2,1%	2.635	10,9%	8.515	8.918	-4,5%

(1) Variação entre 3T20 e 2T20; (2) Variação entre 9M20 e 9M19

Mercado Cativo

VENDA DE ENERGIA NO MERCADO CATIVO (GWH)*

	3T20	3T19	Var. %	2T20	Var. % (1)	9M20	9M19	Var. % (2)
Residencial - Convencional	941	843	16,7%	984	-4,4%	2.855	2.603	9,7%
Residencial - Baixa Renda	242	252	-3,6%	243	-0,2%	717	765	-6,3%
Industrial	159	169	-33,7%	112	42,7%	422	486	-13,2%
Comercial	370	480	-28,3%	344	7,7%	1.169	1.439	-18,8%
Rural	296	327	-18,3%	267	10,8%	830	884	-6,1%
Sector Público	340	351	-9,1%	319	6,8%	1.049	1.111	-5,6%
Total - Venda de Energia no Mercado Cativo	2.349	2.422	-3,0%	2.268	3,6%	7.042	7.288	-3,4%

(1) Variação entre 3T20 e 2T20; (2) Variação entre 9M20 e 9M19

A contração de 3,0% observada no mercado cativo em relação ao 3T19 é explicada, principalmente, pela pandemia do Covid-19 e aplicação de medidas de restrição de atividade e circulação de pessoas vigentes em nossa área de concessão durante o terceiro trimestre de 2020, resultando em significativa redução de consumo médio. Contribuíram também os efeitos da migração de clientes do Ambiente de Contratação Regulada ("ACR") para o Ambiente de Contratação Livre ("ACL"). No acumulado do ano, a redução foi de 3,4%, principalmente nas classes Comercial e Industrial, em função, sobretudo, dos mesmos efeitos comentados.

VENDA DE ENERGIA PER CAPITA NO MERCADO CATIVO (KWH/CONS.)*

	3T20	3T19	Var. %	2T20	Var. % (1)	9M20	9M19	Var. % (2)
Residencial - Convencional	395	419	-5,7%	404	-2,2%	1.198	1.295	-7,5%
Residencial - Baixa Renda	326	298	9,4%	327	-0,3%	966	904	6,9%
Industrial	25.448	30.168	-15,6%	17.401	46,2%	67.534	86.515	-21,9%
Comercial	2.013	2.913	-30,9%	1.845	9,1%	6.354	8.734	-27,2%
Rural	500	598	-16,4%	449	11,4%	1.403	1.617	-13,2%
Sector Público	6.756	7.912	-14,6%	6.372	6,0%	20.810	25.046	-16,9%
Total - Venda per Capita no Mercado Cativo	594	670	-11,3%	565	5,1%	1.779	2.014	-11,7%

(1) Variação entre 3T20 e 2T20; (2) Variação entre 9M20 e 9M19

Clientes Livres

TRANSPORTE DE ENERGIA PARA OS CLIENTES LIVRES (GWH)*

	3T20	3T19	Var. %	2T20	Var. % (1)	9M20	9M19	Var. % (2)
Industrial	417	438	-45,9%	237	75,8%	1.051	1.270	-17,2%
Comercial	127	117	-13,7%	101	25,5%	358	340	5,3%
Rural	5	4	-	4	1,7%	13	12	8,3%
Sector Público	22	-	-	21	5,2%	43	-	-
Total - Transporte de Energia para os Clientes Livres*	570	559	2,0%	363	57,0%	1.464	1.622	-9,7%

(1) Variação entre 3T20 e 2T20; (2) Variação entre 9M20 e 9M19

TRANSPORTE DE ENERGIA PER CAPITA PARA OS CLIENTES LIVRES (KWH/CONS.)*

	3T20	3T19	Var. %	2T20	Var. % (1)	9M20	9M19	Var. % (2)
Industrial	2.956	3.744	-21,0%	1.783	65,8%	7.451	10.856	-31,4%
Comercial	457	614	-25,6%	413	10,7%	1.292	1.778	-27,3%
Rural	456	448	1,8%	448	1,8%	1.332	1.284	3,7%
Sector Público	10.977	-	n.a	10.431	5,2%	21.408	-	n.a
Média - Transporte per capita p/ Clientes Livres*	1.325	1.765	-24,9%	934	41,9%	3.422	5.118	-33,1%

(1) Variação entre 3T20 e 2T20; (2) Variação entre 9M20 e 9M19

A redução no transporte de energia per capita aos clientes livres no 3T20 em relação ao 3T19 (-24,9%) é atribuída, principalmente, a uma redução do padrão médio de consumo dos novos clientes livres industriais e comerciais, em comparação ao padrão de consumo dos que já se encontravam na base de clientes livres da Companhia no 3T19, agravados pelos efeitos da pandemia do Covid-19 e consequente contração da atividade econômica. No acumulado do ano, a redução verificada foi no consumo médio dos clientes livres, foi de 33,1%.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Compra de Energia

COMPRA DE ENERGIA (GWH)*

	3T20	3T19	Var. %	2T20	Var. % (1)	9M20	9M19	Var. % (2)
Central Geradora Termelétrica Fortaleza - CGTF	676	678	-0,3%	671	0,7%	2.016	2.012	0,2%
Angra 1 e 2	100	98	2,0%	99	1,0%	297	291	2,1%
PROINFA	63	62	1,6%	57	10,5%	175	174	0,6%
Leilões e Quotas	2.464	2.450	0,6%	2.404	2,5%	9.251	7.045	31,3%
Total - Compra de Energia s/ CCEE	3.302	3.287	0,5%	3.231	2,2%	11.741	9.522	23,3%
Liquidação na CCEE	(231)	(238)	-2,9%	(438)	-47,3%	(805)	(571)	41,0%
Total - Compra de Energia	3.071	3.050	0,7%	2.792	10,0%	10.935	8.952	22,2%
Energia Distribuída	-	3	-100,0%	-	-	-	4	-100,0%
Total - Compra de Energia c/ Energia Distribuída	3.071	3.052	0,6%	2.792	10,0%	10.935	8.953	22,1%

(1) Variação entre 3T20 e 2T20; (2) Variação entre 9M20 e 9M19

Balanço de Energia

BALANÇO DE ENERGIA*

	3T20	3T19	Var. %	2T20	Var. % (1)	9M20	9M19	Var. % (2)
Energia requerida (GWh)	3.587	3.551	-13,4%	3.076	16,6%	10.158	10.354	-1,9%
Energia distribuída (GWh)	2.925	2.984	-2,0%	2.638	10,9%	8.521	8.929	-4,6%
Residencial - Convencional	941	848	11,0%	984	-4,4%	2.855	2.603	9,7%
Residencial - Baixa Renda	242	253	-4,3%	243	-0,4%	717	765	-6,3%
Industrial	159	170	-6,5%	112	42,0%	422	486	-13,2%
Comercial	370	474	-21,9%	344	7,6%	1.169	1.439	-18,8%
Rural	296	326	-9,2%	267	10,9%	830	884	-6,1%
Setor Público	340	347	-2,0%	319	6,6%	1.049	1.111	-5,6%
Clientes Livres	570	559	2,0%	363	57,0%	1.464	1.622	-9,7%
Revenda	3	3	-	4	-25,0%	9	8	12,5%
Consumo Próprio	3	4	-25,0%	3	-	6	11	-45,5%
Perdas na Distribuição - Sistema Coelce (GWh)	662	568	16,5%	437	51,5%	1.637	1.425	14,9%
Perdas na Distribuição - Sistema Coelce (%)	18,45%	15,99%	2,46 p.p	14,22%	4,23 p.p	16,12%	13,76%	2,36 p.p

(1) Variação entre 3T20 e 2T20; (2) Variação entre 9M20 e 9M19

Indicadores Operacionais

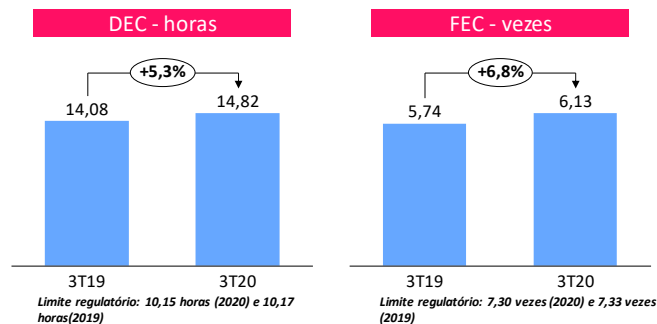
INDICADORES OPERACIONAIS E DE PRODUTIVIDADE*

	3T20	3T19	Var. %	2T20	Var. % (1)	9M20	9M19	Var. % (2)
DEC 12 meses (horas)	14,82	14,08	5,3%	13,64	8,7%	14,82	14,08	5,3%
FEC 12 meses (vezes)	6,13	5,74	6,8%	6,00	2,2%	6,13	5,74	6,8%
Perdas de Energia 12 meses (%)	15,10%	13,96%	1,14 p.p	14,63%	0,47 p.p	15,10%	13,96%	1,14 p.p
Índice de Arrecadação 12 meses (%)	98,80%	96,78%	2,02 p.p	95,58%	3,22 p.p	98,80%	96,78%	2,02 p.p
MWh/Colaboradores Próprios e Terceiros*	306	333	-8,1%	284	7,7%	893	995	-10,3%
Consumidor/Colaboradores Próprios e Terceiros*	415	433	-4,1%	453	-8,3%	415	433	-4,1%
PMSO (3)/Consumidor	47,02	42,44	10,8%	61,07	-23,0%	170,29	136,90	24,4%
Número Total de Colaboradores - Próprios e Terceiros	9.534	8.966	3,7%	9.294	2,6%	9.534	8.966	6,3%

(1) Variação entre 3T20 e 2T20; (2) Variação entre 9M20 e 9M19

(3) PMSO: Pessoal, Material, Serviços e Outros

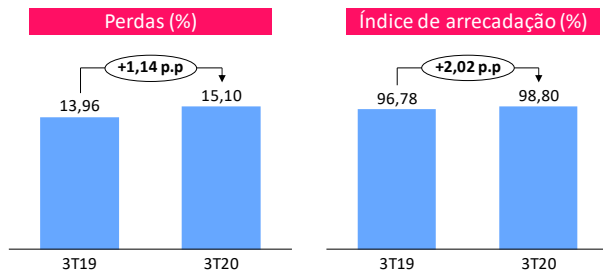
Qualidade do Fornecimento



Os indicadores DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) medem a qualidade do fornecimento de energia do sistema de distribuição da Companhia. O DEC apresentou um aumento de 5,3% em relação ao registrado no mesmo período do ano anterior, enquanto o FEC apresentou um incremento de 6,8%, como reflexo do elevado volume de chuvas registrado no período acumulado, contribuindo para o

maior número de interferências na rede. A Companhia investiu R\$ 9,0 milhões em adequação à carga, qualidade e confiabilidade do sistema no 3T20, alcançando R\$ 41,5 milhões no acumulado do ano, com o objetivo de evolução dos nossos indicadores de qualidade operacional.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Disciplina de Mercado¹

As perdas de energia TAM – Taxa Anual Móvel (medição acumulada em 12 meses) alcançaram o valor de 15,10%* no 3T20, um aumento de 1,14 p.p. em relação às perdas registradas em 3T19, de 13,96%*. O aumento é decorrente, principalmente, da maior agressividade em função do contexto econômico dos últimos trimestres, decorrente da pandemia do COVID-19, não obstante as medidas de auxílio à população anunciadas pelo governo, além da redução na energia injetada no período, o que torna proporcionalmente mais representativo o volume de energia associado a perdas.

Em relação ao indicador de arrecadação, o aumento de 2,02 pontos é reflexo, principalmente, das medidas de amenização dos efeitos percebidos pela pandemia do COVID-19, conforme explicado, sobretudo com a isenção do pagamento da conta de luz para o segmento de baixa renda. Além disso, a Companhia tem atuado no sentido de mitigar os impactos da Resolução Normativa 878/20 da ANEEL, que suspendeu temporariamente os cortes de energia, medida mais efetiva no combate a inadimplência, para a classe residencial e atividades consideradas essenciais até 31 de julho de 2020. Para tal, são realizadas ações de comunicação junto aos seus clientes, bem como a disponibilização de canais digitais de pagamento, parcelamento de faturas e canal de negociação online para equação de valores em aberto.

DESEMPENHO ECONÔMICO - FINANCEIRO

Resultado

PRINCIPAIS CONTAS DE RESULTADO (R\$ MIL) E MARGENS (%)

	3T20	3T19	Var. %	2T20	Var. % (1)	9M20	9M19	Var. % (2)
Receita Operacional Bruta	1.958.864	1.968.643	-0,5%	1.846.879	6,1%	5.803.147	5.668.052	2,4%
Deduções à Receita Operacional	(573.201)	(629.536)	-8,9%	(507.338)	13,0%	(1.678.360)	(1.853.581)	-9,5%
Receita Operacional Líquida	1.385.663	1.339.107	3,5%	1.339.541	3,4%	4.124.787	3.814.471	8,1%
Custos do Serviço e Despesas Operacionais	(1.307.851)	(1.196.334)	9,3%	(1.280.937)	2,1%	(3.865.360)	(3.505.149)	10,3%
EBITDA(3)*	153.460	204.660	-25,0%	127.279	20,6%	469.843	493.177	-4,7%
Margem EBITDA*	11,07%	15,28%	-4,21 p.p.	9,50%	1,57 p.p.	11,39%	12,93%	-1,54 p.p.
Margem EBITDA ex-Receita de Construção*	13,31%	17,82%	-4,51 p.p.	11,75%	1,56 p.p.	13,82%	14,98%	-1,16 p.p.
EBIT(4)*	77.812	142.773	-45,5%	58.604	32,8%	259.427	309.322	-16,1%
Margem EBIT*	5,62%	10,66%	-5,04 p.p.	4,37%	1,25 p.p.	6,29%	8,11%	-1,82 p.p.
Resultado Financeiro	(15.541)	(40.215)	-61,4%	(30.772)	-49,5%	(66.317)	(64.614)	2,6%
Imposto de Renda, Contribuição Social e Outros	(14.310)	(33.202)	-56,9%	(1.714)	>100,0%	(36.396)	(45.387)	-19,8%
Lucro Líquido	47.961	69.356	-30,8%	26.118	83,6%	156.714	199.321	-21,4%
Margem Líquida	3,46%	5,18%	-1,72 p.p.	1,95%	1,51 p.p.	3,80%	5,23%	-1,43 p.p.
Margem Líquida ex-Receita de Construção	4,16%	6,04%	-1,88 p.p.	2,41%	1,75 p.p.	4,61%	6,05%	-1,44 p.p.
Lucro por Ação (R\$/ação)	0,62	0,89	-30,8%	0,34	83,6%	2,01	2,56	-21,4%

(1) Variação entre 3T20 e 2T20; (2) Variação entre 9M20 e 9M19

(3) EBITDA: EBIT + Depreciações e Amortizações; (4) EBIT: Resultado do Serviço

Receita Operacional Bruta

RECEITA OPERACIONAL BRUTA (R\$ MIL)

	3T20	3T19	Var. %	2T20	Var. % (1)	9M20	9M19	Var. % (2)
Fornecimento de Energia Elétrica	1.493.234	1.523.107	-2,0%	1.307.434	14,2%	4.405.831	4.341.631	1,5%
(-) DIC/FIC/DMIC/DICRI sobre TUSD Consumidores cativos e livres	(13.866)	(5.771)	>100,0%	(1.370)	>100,0%	(19.936)	(21.749)	-8,3%
Subvenção baixa renda	48.312	51.777	-6,7%	115.031	-58,0%	208.735	141.337	47,7%
Subvenção de recursos da CDE	61.048	59.730	2,2%	53.200	14,8%	184.491	180.051	2,5%
Fornecimento de Energia Elétrica - Mercado Cativo	1.588.728	1.628.843	-2,5%	1.474.295	7,8%	4.779.121	4.641.270	3,0%
Ativos e passivos financeiros setoriais	40.456	(15.886)	<-100,0%	34.914	15,9%	16.724	12.431	34,5%
Receita de uso da rede elétrica - consumidores livres - revenda	64.953	101.910	-36,3%	51.955	25,0%	181.973	306.504	-40,6%
Receita de construção	232.981	190.676	22,2%	256.077	-9,0%	726.041	522.454	39,0%
Venda de Energia Excedente - MVE	-	35.865	-100,0%	-	-	11.466	94.357	-87,8%
Outras receitas	31.746	27.235	16,6%	29.638	7,1%	87.822	91.036	-3,5%
Total - Receita Operacional Bruta	1.958.864	1.968.643	-0,5%	1.846.879	6,1%	5.803.147	5.668.052	2,4%

(1) Variação entre 3T20 e 2T20; (2) Variação entre 9M20 e 9M19

A receita operacional bruta da Enel Distribuição Ceará apresentou uma redução de 0,5% no 3T20 em relação ao 3T19. Excluindo o efeito da receita de construção, a receita operacional bruta da Companhia, no 3T20,

1 Valores preliminares para o 3T20
 * Valores não auditados pelos auditores independentes

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



alcançou o montante de R\$ 1,73 bilhão, uma redução de R\$ 52 milhões em relação ao 3T19, cujo montante foi de R\$ 1,77 bilhão. Esta redução é resultado, principalmente, dos seguintes efeitos:

- Redução de 2,5% na receita pelo fornecimento de energia elétrica (R\$ 40,1 milhões) como resultado, principalmente, do menor volume de energia distribuído no período (2.922 GWh no 3T20 vs. 2.984 GWh no 3T19), efeito do agravamento da situação econômica decorrente da pandemia do COVID-19;
- Redução na receita de uso de rede elétrica por consumidores livres e revenda, de R\$ 37 milhões, (consumidores livres-revenda), também como resultado da pandemia do COVID-19, em adição à reclassificação da taxa de energia (TE) dos clientes livres para a rubrica de fornecimento de energia elétrica, que ocorreu no 4T19.
- Redução de R\$ 35,9 milhões na receita oriunda do Mecanismo de Venda de Energia Excedente (MVE), o qual permite a comercialização de excedente de contratação de energia elétrica, em razão, da Companhia, no 3T20, não ter aderido ao mecanismo.

Estes efeitos foram parcialmente compensados pelo:

- Aumento na rubrica de ativos e passivos financeiros setoriais, em R\$ 56,3 milhões, em função da constituição de ativo regulatório no período, reflexo, sobretudo, do reajuste tarifário;
- Aumento de R\$ 42,3 milhões na receita de construção, em linha com o maior volume investido no período em comparação ao ano anterior.

No acumulado do ano, a receita operacional bruta da Companhia apresentou uma variação positiva de 2,4 %, ou R\$ 135,1 milhões, em relação ao 9M19, totalizando R\$ 5,8 bilhões. Este aumento é resultado, principalmente, dos seguintes fatores:

- Aumento de R\$ 203,6 milhões na receita de construção, em linha com o maior volume investido no período em comparação ao ano anterior;
- Efeito positivo de R\$ 137,9 milhões na receita com fornecimento de Energia Elétrica, explicado, principalmente, pela revisão tarifária de 2019, com um efeito médio percebido pelos clientes de 8,22%, compensando a redução no consumo em consequência da atual pandemia. O reajuste tarifário de 2020 ocorrido em abril desse ano, com efeito médio de 3,84%, teve seu diferimento concedido pela ANEEL, sendo aplicado a partir de 1º de julho; e
- Aumento de R\$ 67,4 milhões na rubrica de subvenção de baixa renda, principalmente resultado do auxílio promovido pela Medida Provisória 950.

Esses efeitos foram parcialmente compensados pela:

- Redução de R\$ 124,5 milhões na receita de uso da rede elétrica (consumidores livres-revenda), impactado sobretudo pelos efeitos da pandemia, conforme explicado anteriormente;
- Redução de R\$ 82,9 milhões na receita oriunda da venda de energia excedente (MVE), em razão, da Companhia, no 9M20, ter participado do mecanismo em menor volume;

Deduções da Receita

DEDUÇÕES DA RECEITA (R\$ MIL)

	3T20	3T19	Var. %	2T20	Var. % (1)	9M20	9M19	Var. % (2)
ICMS	(373.082)	(397.409)	-6,1%	(343.265)	8,7%	(1.113.399)	(1.108.925)	0,4%
COFINS - corrente	(109.070)	(113.901)	-4,2%	(101.994)	6,9%	(323.243)	(356.183)	-9,2%
PIS - corrente	(23.680)	(24.728)	-4,2%	(22.143)	6,9%	(70.178)	(77.329)	-9,2%
ISS	(1.311)	(1.149)	14,1%	(1.464)	-10,5%	(3.916)	(2.439)	60,6%
Total - Tributos	(507.143)	(537.187)	-5,6%	(468.866)	8,2%	(1.510.736)	(1.544.876)	-2,2%
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	(11.364)	(11.316)	0,4%	(10.558)	7,6%	(33.357)	(32.337)	3,2%
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(53.022)	(79.466)	-33,3%	(26.347)	>100,0%	(129.461)	(271.902)	-52,4%
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	(1.672)	(1.567)	6,7%	(1.567)	6,7%	(4.806)	(4.466)	7,6%
Total - Encargos Setoriais	(66.058)	(92.349)	-28,5%	(38.472)	71,7%	(167.624)	(308.705)	-45,7%
Total - Deduções da Receita	(573.201)	(629.536)	-8,9%	(507.338)	13,0%	(1.678.360)	(1.853.581)	-9,5%

(1) Variação entre 3T20 e 2T20; (2) Variação entre 9M20 e 9M19

As deduções da receita no 3T20 apresentaram uma redução de R\$ 56,3 milhões em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Isto se deve, principalmente, às seguintes variações:

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



- Redução de 28,5% (R\$ 26,4 milhões) nos encargos setoriais, em razão, principalmente, do fim da obrigação de pagamento das quotas da CDE – Conta ACR, em agosto de 2019, conforme Resolução Homologatória nº 2.521/2019.
- Redução de 5,6% (R\$ 30,0 milhões) no total de tributos, reflexo da redução da base de cálculo, devido a diminuição da receita de fornecimento de energia elétrica no período.

No 9M20, as deduções da receita totalizaram R\$ 1.678,4 milhões, contra R\$ 1.853,6 milhões no 9M19, redução de 9,5% ou R\$ 175,2 milhões, resultado, sobretudo, da redução de encargos setoriais, principalmente quotas da CDE, como acima mencionado.

Custos e Despesas Operacionais

CUSTOS DO SERVIÇO E DESPESAS OPERACIONAIS (R\$ MIL)

	3T20	3T19	Var. %	2T20	Var. % (1)	9M20	9M19	Var. % (2)
Custos e despesas não gerenciáveis								
Energia elétrica comprada para revenda	(695.548)	(709.287)	-1,9%	(673.893)	3,2%	(2.028.686)	(2.081.024)	-2,5%
Encargos do uso do sistema de transmissão	(114.586)	(72.320)	58,4%	(21.868)	>100,0%	(218.524)	(205.841)	6,2%
Total - Não gerenciáveis	(810.134)	(781.607)	3,6%	(695.761)	16,4%	(2.247.210)	(2.286.865)	-1,7%
Custos e despesas gerenciáveis								
Pessoal	(37.629)	(41.845)	-10,1%	(40.179)	-6,3%	(121.294)	(130.567)	-7,1%
Material e Serviços de Terceiros	(114.160)	(92.351)	23,6%	(100.309)	13,8%	(331.013)	(279.621)	18,4%
Depreciação e Amortização	(75.648)	(61.887)	22,2%	(68.675)	10,2%	(210.416)	(183.855)	14,4%
Custos de Desativação de Bens	(5.236)	(5.109)	2,5%	(7.063)	-25,9%	(16.942)	(12.315)	37,6%
Prov. para Créditos de Liquidação Duvidosa	(5.962)	(16.529)	-63,9%	(71.897)	-91,7%	(118.751)	(51.628)	>100,0%
Custo de Construção	(232.981)	(190.676)	22,2%	(256.077)	-9,0%	(726.041)	(522.454)	39,0%
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	7.146	(1.027)	<-100,0%	(19.935)	<-100,0%	(20.957)	(30.700)	-31,7%
Perda de recebíveis de clientes	(16.509)	(3.013)	>100,0%	(8.357)	97,5%	(26.430)	(13.002)	>100,0%
Receita de multas por impuntualidade de clientes	2.268	7.555	-70,0%	3.642	-37,7%	9.324	31.928	-70,8%
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(19.006)	(9.845)	93,1%	(16.326)	16,4%	(55.630)	(26.070)	>100,0%
Total - Gerenciáveis	(497.717)	(414.727)	20,0%	(585.176)	-14,9%	(1.618.150)	(1.218.284)	32,8%
Total - Custos do Serviço e Despesa Operacional	(1.307.851)	(1.196.334)	9,3%	(1.280.937)	2,1%	(3.865.360)	(3.505.149)	10,3%

(1) Variação entre 3T20 e 2T20; (2) Variação entre 9M20 e 9M19

Os custos e despesas operacionais no 3T20 em relação ao 3T19 apresentaram um incremento de R\$ 111,5 milhões, ou 9,3%. Excluindo-se o efeito do custo de construção, os custos e despesas operacionais da Companhia, no 3T20, alcançaram o montante de R\$ 1,1 bilhão, 6,9% superior ao montante registrado no 3T19, de R\$ 1,0 bilhão. Este aumento é resultado, principalmente, das seguintes variações:

Aumento nos custos e despesas não-gerenciáveis (Parcela A), de R\$ 28,5 milhões, no 3T20:

Esse aumento, de 3,6%, está associado principalmente aos maiores encargos do uso do sistema de transmissão, em um montante de R\$ 42,3 milhões, refletindo o aumento no reajuste anual das transmissoras em julho. Esse efeito foi parcialmente compensado pela redução de custo de energia comprada para revenda.

No acumulado do ano, os custos não-gerenciáveis totalizaram R\$ 2,2 bilhões, resultado 1,7% inferior ao registrado no 9M19. Tal variação é explicada pela:

- Redução nos encargos do uso do sistema de transmissão, em um montante de R\$ 12,7 milhões, sobretudo referente as rubricas de ESS – encargos do serviço do sistema, incluindo segurança energética, refletindo medidas de mitigação dos impactos da pandemia do COVID-19 concedidas pela ANEEL;
- Redução na rubrica Energia elétrica comprada para revenda R\$ 52,3 milhões, principalmente devido a (i) efeito positivo da redução nos custos de compra de energia (CCEE e CCEAR), em linha com a redução do Preço de Liquidação de Diferença (PLD); (ii) redução dos custos com menor necessidade de compra de energia no curto prazo; parcialmente compensado pelo aumento nos custos de aquisição de energia nas demais fontes, incluindo termoelétrica e cotas de garantia física, além de maior risco hidrológico.

Aumento no grupo de custos gerenciáveis, no 3T20, de R\$ 40,7 milhões, excluindo o efeito de custo de construção.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Essa variação é explicada por:

- Aumento nas despesas com materiais e serviços de terceiros em R\$ 21,8 milhões, principalmente, em função dos maiores gastos com manutenção e intervenções na rede, objetivando melhoria da qualidade;
- Aumento de R\$ 13,5 milhões na rubrica de Perda de Recebíveis de Clientes devido, principalmente, ao aumento na baixa de recebíveis de clientes com faturas vencidas há mais de cinco anos, quando comparado ao mesmo período do ano anterior;
- Aumento no grupo de outras despesas operacionais no montante de R\$ 9,2 milhões, reflexo parcial do contrato de compartilhamento de infraestrutura e recursos humanos, iniciado em março desse ano, conforme despacho Aneel nº 560/2020.
- Menor receita de multa por impontualidade de clientes, em R\$ 5,3 milhões, reflexo da suspensão da cobrança de multa por impontualidade em decorrência do COVID-19.

Esses efeitos foram parcialmente compensados pela:

- Redução na rubrica de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa no montante de R\$ 10,6 milhões, decorrente, sobretudo, de (i) atualização de cálculo das provisões em atendimento ao IFRS 9 refletindo impossibilidade de corte de energia até 31 de julho de 2020; (ii) à recuperação de dívidas decorrentes de melhorias de sistema de faturamento no 3T20 e (iii) campanhas de negociação, incluindo canais digitais (Portal de Negociação), que minimizaram os impactos da REN 878/2020;
- Redução de R\$ 8,2 milhões em Provisão para Riscos Fiscais, Cíveis e Trabalhistas, decorrente da reversão de processos jurídicos devido a decisões favoráveis à Companhia, e do menor volume de processos reconhecidos no período em comparação ao ano anterior;
- Menores custos com pessoal, no valor de R\$ 4,2 milhões, em função, principalmente, de ganhos de eficiência e digitalização, em adição à redução de gastos com plano de saúde (menor utilização).

No acumulado do ano, os custos gerenciáveis somaram R\$ 892,1 milhões, excluindo-se os custos de construção, um aumento de R\$ 40,7 milhões em comparação ao 9M19. A variação, total, explica-se pelo:

- Aumento de R\$ 67,1 milhões na rubrica de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, em razão do efeito negativo provocado pela deterioração econômica registrada no trimestre decorrente da pandemia do COVID-19, além da suspensão dos cortes de energia por meio da REN 878/20, da ANEEL.
- Aumento de R\$ 51,4 milhões com despesas de materiais e serviços de terceiros, decorrente, sobretudo, da adequação de processos técnicos e comerciais visando à melhoria da qualidade de atendimento e do fornecimento de energia elétrica, bem como a aquisição de equipamentos de proteção individual no contexto de prevenção ao COVID-19, e adequações tecnológicas;
- Menor receita de multa por impontualidade de clientes, em R\$ 22,6 milhões, conforme mencionado anteriormente;
- Aumento de R\$ 29,6 milhões no grupo de outras despesas operacionais, reflexo parcial do contrato de compartilhamento de infraestrutura e recursos humanos, iniciado em março desse ano, conforme despacho Aneel nº 560/2020, e de reclassificação de despesas anteriormente registradas na linha de serviço de terceiros.

Esses efeitos foram parcialmente compensados pela:

- Redução de R\$ 9,7 milhões na rubrica de Provisão para Riscos Fiscais, Cíveis e Trabalhistas, decorrente da reversão de processos jurídicos devido a decisões favoráveis à Companhia, e do menor volume de processos reconhecidos no período em comparação ao ano anterior.

EBITDA

A seguir apresentamos a conciliação dos valores que compõem os cálculos do EBITDA e do EBIT, de acordo com a instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012:

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



CONCILIAÇÃO DO EBITDA E DO EBIT (R\$ MIL)

	3T20	3T19	Var. %	2T20	Var. % (1)	9M20	9M19	Var. % (2)
Lucro Líquido do Período	47.961	69.356	-30,8%	26.118	83,6%	156.714	199.321	-21,4%
(+) Tributo sobre o Lucro	14.310	33.202	-56,9%	1.714	>100,0%	36.396	45.387	-19,8%
(+) Resultado Financeiro	15.541	40.215	-61,4%	30.772	-49,5%	66.317	64.614	2,6%
(=) EBIT	77.812	142.773	-45,5%	58.604	32,8%	259.427	309.322	-16,1%
(+) Depreciações e Amortizações	75.648	61.887	22,2%	68.675	10,2%	210.416	183.855	14,4%
(=) EBITDA	153.460	204.660	-25,0%	127.279	20,6%	469.843	493.177	-4,7%

(1) Variação entre 3T20 e 2T20; (2) Variação entre 9M20 e 9M19

Resultado Financeiro

RESULTADO FINANCEIRO (R\$ MIL)

	3T20	3T19	Var. %	2T20	Var. % (1)	9M20	9M19	Var. % (2)
Receitas Financeiras								
Renda de aplicação financeira	1.994	3.418	-41,7%	2.121	-6,0%	4.115	10.716	-61,6%
Juros e atualização monetária sobre impontualidade de clientes	17.251	7.112	>100,0%	8.993	91,8%	36.416	27.897	30,5%
Receita de ativo indenizável	24.792	8.154	>100,0%	(12.966)	<-100,0%	35.029	69.245	-49,4%
Variação monetária de ativos e passivos setoriais	(1.459)	(8.311)	-82,4%	4.329	<-100,0%	7.122	-	-
Variação Cambial	1.292	1.190	8,6%	1.466	-11,9%	6.283	2.113	>100,0%
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap	38.203	1.253	>100,0%	52.386	-27,1%	234.224	4.486	>100,0%
Outras receitas financeiras	1.134	1.470	-22,9%	524	>100,0%	2.466	4.246	-41,9%
(-) Crédito de PIS/COFINS sobre receita financeira	(1.373)	(839)	63,6%	(590)	>100,0%	(2.666)	(2.293)	16,3%
Total - Receitas Financeiras	81.834	13.447	>100,0%	56.263	45,4%	322.989	116.410	>100,0%
Despesas financeiras								
Variações monetárias de Dívida e Debêntures	(10.852)	(4.364)	>100,0%	8.239	<-100,0%	(18.790)	(29.742)	-36,8%
Variações cambial de dívidas	(38.790)	-	-	(56.348)	-31,2%	(237.168)	-	-
Encargos de Dívidas e Juros de Debêntures	(23.116)	(34.016)	-32,0%	(23.744)	-2,6%	(71.453)	(99.776)	-28,4%
Encargos fundo de pensão	(1.579)	(2.267)	-30,3%	(1.580)	-0,1%	(4.738)	(6.801)	-30,3%
Variação monetária de ativos e passivos setoriais	214	(1.853)	<-100,0%	(214)	<-100,0%	-	(1.853)	-100,0%
Atualização de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(4.996)	(3.727)	34,0%	(3.304)	51,2%	(16.666)	(14.010)	19,0%
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap	(705)	(1.594)	-55,8%	1.176	<-100,0%	(4.524)	(5.411)	-16,4%
Atualizações de impostos, P&D/PEE	(2.474)	(706)	>100,0%	(323)	>100,0%	(4.825)	(10.252)	-52,9%
Outras despesas financeiras	(15.077)	(5.135)	>100,0%	(10.937)	37,9%	(31.142)	(13.179)	>100,0%
Total - Despesas Financeiras	(97.375)	(53.662)	81,5%	(87.035)	11,9%	(389.306)	(181.024)	>100,0%
Total - Receitas e Despesas Financeiras	(15.541)	(40.215)	-61,4%	(30.772)	-49,5%	(66.317)	(64.614)	2,6%

(1) Variação entre 3T20 e 2T20; (2) Variação entre 9M20 e 9M19

O Resultado Financeiro líquido da Companhia encerrou o 3T20 em uma despesa de R\$ 15,5 milhões, uma redução de R\$ 24,7 milhões em relação ao trimestre do ano anterior. Essa redução se dá, principalmente pelo (i) aumento da receita de ativo indenizável, em um montante de R\$ 16,6 milhões, em função do reconhecimento dos efeitos da revisão tarifária, atualizados pela variação do IPCA acumulado; (ii) maior receita de juros e atualização monetária sobre impontualidade de clientes em um montante de R\$ 10,1 milhões, devido ao maior IGPM médio do período² e; (iii) menores encargos de dívidas e juros de debêntures em R\$ 10,9 milhões, resultado da menor taxa de juros média do período³. Esses efeitos foram parcialmente compensados pela maior despesa com variações monetária de debêntures, no valor de R\$ 6,7 milhões, em relação ao 3T19.

No acumulado do ano, as despesas financeiras líquidas da Companhia totalizaram R\$ 66,3 milhões, resultado superior ao registrado no 9M19 em R\$1,7 milhões. Essa variação explica-se, sobretudo, pela: (i) redução da receita de ativo indenizável, em um montante de R\$ 34,2 milhões; (ii) menor receita com aplicação financeira, em R\$ 6,6 milhões, em função da menor taxa de juros no período; parcialmente compensados pela (iii) diminuição de encargos de dívidas e juros de debêntures, em R\$ 28,3 milhões, decorrente sobretudo do menor CDI e IPCA acumulados⁴ do período; e (iv) redução na variação monetária de dívidas, em R\$ 11 milhões, também resultado do menor CDI e IPCA acumulados do período.

Tributos (IR/CSLL) e Outros

TRIBUTOS (IR/CSLL) E OUTROS (R\$ MIL)

	3T20	3T19	Var. %	2T20	Var. % (1)	9M20	9M19	Var. % (2)
IR e CSLL	(21.380)	(40.370)	-47,0%	(9.605)	>100,0%	(66.165)	(77.424)	-14,5%
Incentivo Fiscal SUDENE	7.070	7.168	-1,4%	7.891	-10,4%	29.769	32.037	-7,1%
Total	(14.310)	(33.202)	-56,9%	(1.714)	>100,0%	(36.396)	(45.387)	-19,8%

(1) Variação entre 3T20 e 2T20; (2) Variação entre 9M20 e 9M19

As despesas totais, líquidas, com Imposto de Renda (IR), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e Incentivos Fiscais (Sudene) no 3T20, registraram uma redução de R\$ 18,9 milhões, devido à redução da base

* Valores não auditados pelos auditores independentes

² O IGPM médio registrado no 3T19 foi de -0,09%, e de 3,1% no 3T20.³ O CDI médio reportado no 3T19 foi de 6,01%, no 3T19 e de 2,00 %, no 3T20. Já nos 9M20, o CDI médio reportado foi de 3,07%, contra 6,26% no 9M19.⁴ O IPCA acumulado no 9M19 foi de 2,47% e no 9M20, de 1,89%

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



de cálculo destes tributos. No acumulado do ano as despesas totais, líquidas, com IR, CSLL e Incentivos fiscais (Sudene) registraram redução de R\$ 9,0 milhões.

Endividamento

INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO

	3T20	3T19	Var. %	2T20	Var. % (1)	9M20	9M19	Var. %
Dívida bruta (R\$ mil)	2.706.587	2.303.264	17,5%	2.679.372	1,0%	2.706.587	2.303.264	17,5%
Dívida com Terceiros	2.706.587	1.984.638	36,4%	2.679.372	1,0%	2.706.587	1.984.638	36,4%
Dívida Intercompany	-	318.626	-100,0%	-	-	-	318.626	-100,0%
(-) Caixa, Equivalentes e Aplicações Financ. (R\$ mil)	634.189	240.620	>100,0%	335.988	88,8%	634.189	240.620	>100,0%
Dívida líquida (R\$ mil)	2.072.398	2.062.644	0,5%	2.343.384	-11,6%	2.072.398	2.062.644	0,5%
Dívida Bruta / EBITDA(2)*	3,42	3,21	6,7%	3,18	7,5%	3,42	3,21	6,7%
Dívida Líquida / EBITDA(2)*	2,62	2,87	-8,8%	2,78	-5,9%	2,62	2,87	-8,8%
Dívida bruta / (Dívida bruta + PL)	0,46	0,44	5,5%	0,46	-0,2%	0,46	0,44	5,5%
Dívida líquida / (Dívida líquida + PL)	0,39	0,41	-3,5%	0,43	-7,8%	0,39	0,41	-3,5%

(1) Variação entre 3T20 e 2T20

(2) EBITDA: EBIT + Depreciações e Amortizações (acumulado nos últimos 12 meses)

A dívida bruta da Companhia encerrou o 3T20 em R\$ 2.707 milhões, um incremento de R\$ 403 milhões em relação ao 3T19. A variação da dívida bruta deve-se, basicamente, as novas captações de dívidas para investimentos e capital de giro (R\$ 300 milhões captados com Scotiabank, R\$ 300 milhões com BNP, R\$ 200 milhões com Tokyo e R\$ 663 mil com FINEP), em conjunto com apropriação de juros e correção monetária no montante de R\$ 130 milhões, parcialmente compensados, por amortizações e pagamento de encargos ocorridos entre os períodos comparados, que alcançaram respectivamente R\$ 414 milhões e R\$ 123 milhões.

A Companhia encerrou o 3T20 com o custo médio da dívida no período de 5,27% a.a., ou CDI + 2,14% a.a.

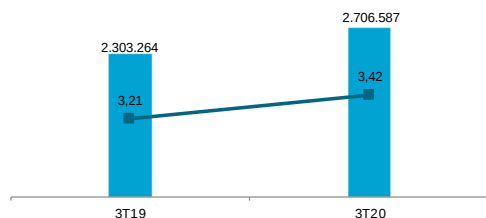
Colchão de Liquidez*

Para se precaver de qualquer necessidade emergencial de caixa, em 30 de setembro de 2020, a Companhia tinha a seu dispor R\$ 80 milhões em linha de crédito bancária para uso em eventual necessidade imediata de caixa. Adicionalmente, a Companhia possui limite de mútuo com sua controladora Enel Brasil aprovados pela Aneel, por meio do Despacho Nº 2.979, até 11 de dezembro de 2022 no valor de até R\$ 800 milhões.

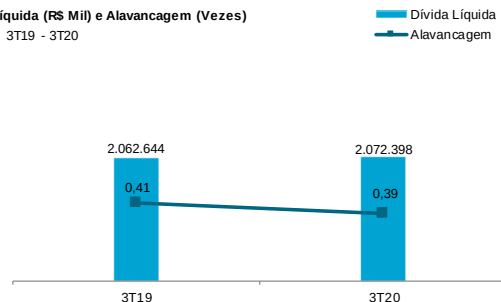
Classificação de Riscos (Rating)

Em 14 de setembro de 2020, a agência classificadora de risco de crédito corporativo Fitch Ratings reafirmou o rating de crédito corporativo da Companhia de longo prazo na Escala Nacional Brasil em 'AAA (bra)', com perspectiva estável.

Dívida Bruta (R\$ Mil) e Dívida Bruta / EBITDA* (Vezes)
Evolução 3T19 - 3T20



Dívida Líquida (R\$ Mil) e Alavancagem (Vezes)
Evolução 3T19 - 3T20

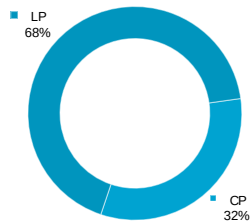


* Valores não auditados pelos auditores independentes

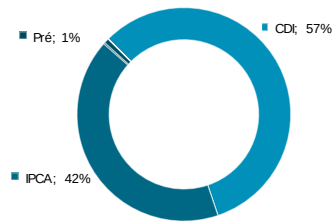
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



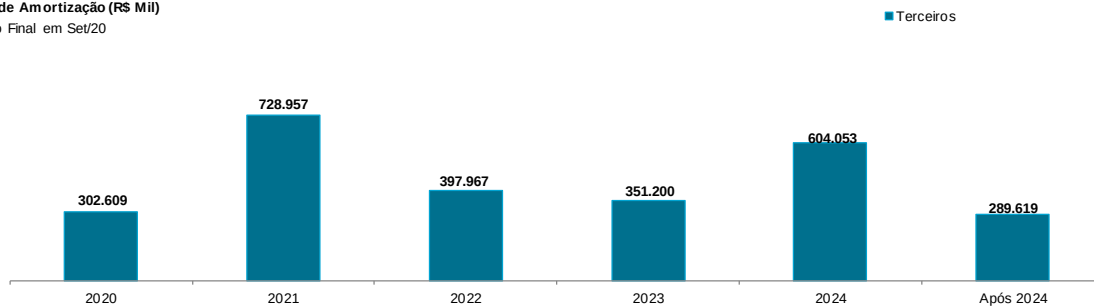
Abertura da Dívida Bruta - CP e LP
Posição Final em Set/20



Abertura da Dívida Bruta - Indexadores
Posição Final em Set/20



Curva de Amortização (R\$ Mil)
Posição Final em Set/20



Investimentos

INVESTIMENTOS (R\$ MIL)*

	3T20	3T19	Var. %	2T20	Var. % (1)	9M20	9M19	Var. % (2)
Novas Conexões	154.354	99.866	54,6%	150.013	2,9%	448.385	310.349	44,5%
Rede	32.478	34.286	-5,3%	34.289	-5,3%	95.574	88.441	8,1%
Combate às Perdas	9.042	11.330	-20,2%	8.512	6,2%	29.275	35.518	-17,6%
Qualidade do Sistema Elétrico	14.433	10.358	39,3%	9.211	56,7%	24.792	24.230	2,3%
Adequação à carga	9.003	12.598	-28,5%	16.566	-45,7%	41.508	28.693	44,7%
Outros	51.601	33.108	55,9%	41.384	24,7%	130.970	95.737	36,8%
Total Investido (3)	238.433	189.200	26,02%	225.686	5,6%	674.930	521.599	29,4%
Aportes / Subsídios	-	(304)	-100,0%	-	-	(11.772)	(5.111)	>100,0%
Investimento Líquido	238.433	188.896	26,2%	225.686	5,6%	663.158	516.488	28,4%

(1) Variação entre 3T20 e 2T20; (2) Variação entre 9M20 e 9M19

(3) Valores de 2019 consideram Variações de Estoque (R\$ 21.940 milhões no 3T20 e R\$ 27.072 milhões no 9M20). Valor total não considera capitalização de juros sobre obras em andamento

No 3T20, a Companhia investiu R\$ 238,4 milhões, um aumento de 26,2% em comparação ao mesmo período do ano anterior, principalmente na expansão, por meio de novas conexões, e em atividades de melhoria da qualidade do sistema elétrico. No acumulado do ano, a Companhia investiu R\$ 663,2 milhões, volume 28,4% superior ao investido nos 9M19, com foco em novas conexões e adequação da infraestrutura para aumento de carga e expansão do sistema.

OUTROS TEMAS RELEVANTES

Reajuste Tarifário 2020

Em 14 de abril de 2020, a ANEEL homologou o índice de Reajuste Tarifário Anual da Enel Distribuição Ceará, a vigorar a partir de 22 de abril de 2020 até 21 de abril de 2021, que conduziu ao efeito médio a ser percebido pelos consumidores de 3,94%, sendo 3,78% para os consumidores em alta tensão e 4,00% para os consumidores em baixa tensão.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



No entanto, em função da pandemia do coronavírus, os efeitos de aplicação das tarifas provenientes deste processo tarifário foram suspensos até o dia 30 de junho de 2020 com a manutenção da aplicação das tarifas atualmente vigentes, constantes da Resolução Homologatória nº 2.530/2019.

Porém, foi reconhecido o direito da Enel CE referente à não aplicação das tarifas homologadas no período, em valor estimado de R\$ 36,2 milhões, a depender do mercado que realizar entre 22 de abril e 30 de junho de 2020.

Além disso, a empresa foi autorizada a realizar a dedução no valor do recolhimento das cotas mensais da CDE à CCEE para as competências de maio, junho e julho de 2020 (de R\$ 12,1 milhões mensais). Contudo, deverá recompor tais valores ao fundo setorial a partir da competência de agosto de 2020, com a devida correção dos valores pela Taxa Selic.

Bandeira Tarifária

Composto por quatro modalidades (verde, amarela e vermelha - patamar 1 e patamar 2), o sistema de bandeiras tarifárias estabelece adicionais às tarifas de modo a refletir a variação dos custos da geração de energia, conforme demonstrado a seguir:

- Bandeira verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo;
- Bandeira amarela: acréscimo de R\$ 13,43/MWh;
- Bandeira vermelha: Patamar 1: acréscimo de R\$ 41,69/MWh, Patamar 2: acréscimo de R\$ 62,43/MWh

Em função da pandemia, a ANEEL decidiu, por meio do Despacho nº1.511/20, suspender, em caráter excepcional e temporário, a aplicação das Bandeiras Tarifárias e acionar a bandeira verde até 31 de dezembro de 2020.

As bandeiras tarifárias que vigoraram no ano de 2019 e nos nove primeiros meses de 2020, reflexo das condições hidrológicas, estão demonstradas a seguir:

2019	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Bandeira Tarifária												
	Verde	Verde	Verde	Verde	Amarela	Verde	Amarela	Vermelha 1	Vermelha 1	Amarela	Vermelha 1	Amarela
PLD gatilho - R\$/MWh	116,53	283,16	286,02	167,83	114,92	42,35	175,44	224,19	200,18	233,59	292,87	225,92

PLD Gatilho: Referência de PLD médio mensal para o patamar da Bandeira Tarifária, definido pela CCEE

2020	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Bandeira Tarifária												
	Amarela	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde
PLD gatilho - R\$/MWh	291,00	185,56	57,23	39,68	39,68							

PLD Gatilho: Referência de PLD médio mensal para o patamar da Bandeira Tarifária, definido pela CCEE

Preço-Teto do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD)

Em 22 de dezembro de 2017, a Resolução Homologatória n.º 2.364 da Aneel definiu os valores limites do PLD de 2018. O PLD máximo foi fixado em R\$ 505,18/MWh e o valor mínimo em R\$ 40,16/MWh. Esses limites passaram a vigorar em 1º de janeiro de 2018.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Em 18 de dezembro de 2018, a Resolução Homologatória n.º 2.498 da Aneel definiu os valores limites do PLD de 2019. O PLD máximo foi fixado em R\$ 513,89/MWh e o valor mínimo em R\$ 42,35/MWh. Esses limites passaram a vigorar em 1º de janeiro de 2019.

Em 17 de dezembro de 2019, a Resolução Homologatória n.º 2.655 da Aneel definiu os valores limites do PLD de 2020. O PLD máximo foi fixado em R\$ 559,75/MWh e o valor mínimo em R\$ 39,68/MWh. Esses limites passaram a vigorar em 1º de janeiro de 2020.

Conta-Covid

Em 23 de junho de 2020, a ANEEL aprovou a regulamentação da Conta Covid (Resolução Normativa nº885/2020). Tal regulamento estabelece os critérios do empréstimo de um conjunto de banco às distribuidoras, com o objetivo de garantir o fluxo de caixa das empresas neste período de pandemia e evitar reajustes tarifários elevados.

Em 22 de julho de 2020, foram assinados os contratos entre a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) e 16 instituições financeiras para formalizar e viabilizar os empréstimos para as distribuidoras de energia elétrica.

Em 31 de julho de 2020, iniciou-se, por meio do Despacho ANEEL nº 2.177, o recebimento pelas concessionárias dos recursos da conta-Covid. Até 30 de setembro de 2020, a Companhia recebeu R\$ 380 milhões. Na tabela abaixo observa-se, até o presente momento, os repasses recebidos.

Em 19 de agosto de 2020, a ANEEL abriu a 2ª fase da Consulta Pública nº 035/20, com o objetivo de regulamentar o Art 6º do Decreto 10.350/20, que trata da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro de contratos de concessão de distribuição.

Vale destacar que a ANEEL ainda abrirá outra Consulta Pública para discutir a gradação do benefício do referido empréstimo, para alocação do spread bancário.

Sobrecontratação Involuntária

No reajuste tarifário de 2020, de forma similar ao ocorrido quando dos processos tarifários de 2019 e 2018, a ANEEL manteve o componente de sobrecontratação involuntária referente ao ano civil de 2016 em caráter provisório.

Em 27 de agosto de 2020, por meio do Despacho nº 2.508, a ANEEL determinou os valores definitivos de sobrecontratação involuntárias de 2016 e 2017, porém em montantes inferiores ao reconhecido pela Companhia. Os valores determinados pela agência não levam em consideração fatos extraordinários como a compra compulsória no leilão A-1 de 2015 e as ações de máximo esforço que a Companhia tem enveredado para limitar o seu nível de contratação. Diante desta decisão a Companhia entrou com solicitação de efeito suspensivo, o qual se encontra em fase de análise na Agência Reguladora.

Para o ano de 2020, devido à pandemia da COVID-19, um dos maiores impactos foi a redução do consumo de energia elétrica, agravando o cenário de sobrecontratação das distribuidoras. Diante deste fato, importante destacar que o Decreto nº 10.350, de 18 de maio de 2020, classifica a redução de carga devido à COVID como involuntária. A ANEEL deverá instruir processo para determinar a metodologia de cálculo da redução de carga devido ao COVID em 2020.

Notas Explicativas

Distribuição



Formulário de Informações Trimestrais 30 de setembro de 2020

Companhia Energética do Ceará
Enel Distribuição Ceará

Notas Explicativas



BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Notas	30.09.2020	31.12.2019
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	5	493.735	91.605
Títulos e valores mobiliários	6	140.454	77.033
Consumidores e outras contas a receber	7	1.284.282	1.267.726
Ativo financeiro setorial	10	-	61.272
Subvenção CDE - desconto tarifário	8	370.616	324.760
Imposto de renda e contribuição sociais compensáveis	9	16.827	13.348
Outros tributos compensáveis	9	397.225	172.720
Serviço em curso		74.023	43.583
Instrumentos financeiros derivativos - swap	33	217.786	-
Outros créditos		73.257	107.681
TOTAL ATIVO CIRCULANTE		3.068.205	2.159.728
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Consumidores e outras contas a receber	7	59.632	26.694
Ativo financeiro setorial	10	-	12.268
Depósitos vinculados a litígios	26	46.114	47.548
Cauções e depósitos	12	29.696	23.963
Outros tributos compensáveis	9	1.143.464	1.425.147
Serviço em curso		-	28.060
Tributos diferidos	32	90.269	35.038
Benefício fiscal	11	26.811	30.686
Ativo indenizável (concessão)	13	2.822.270	2.372.127
Imobilizado	14	46.364	51.368
Intangível	15	2.050.226	1.931.022
Ativos contratuais	16	495.213	521.057
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE		6.810.059	6.504.978
TOTAL DO ATIVO		9.878.264	8.664.706

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

**BALANÇOS PATRIMONIAIS**

Em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Notas	30.09.2020	31.12.2019
<u>PASSIVO CIRCULANTE</u>			
Fornecedores	17	775.908	866.723
Empréstimos e financiamentos	20	1.072.638	342.118
Obrigações por arrendamentos	22	3.835	7.784
Debêntures	21	19.540	18.610
Passivo financeiro setorial	10	82.752	-
Salários, provisões e encargos sociais		52.875	42.489
Imposto de renda e contribuição social a pagar	19	804	17.950
Outras obrigações fiscais	19	170.207	167.970
Pis/Cofins a serem restituídos a consumidores	18	318.544	102.703
Dividendos a pagar		165.955	83.283
Encargos setoriais	23	325.467	341.208
Benefícios pós-emprego	25	1.549	2.284
Instrumentos financeiros derivativos - swap	33	2.395	15.399
Outras obrigações		112.776	41.175
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE		3.105.245	2.049.696
<u>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</u>			
Empréstimos e financiamentos	20	333.673	341.730
Debêntures	21	1.496.127	1.481.977
Obrigações por arrendamentos	22	1.762	3.242
Pis/Cofins a serem restituídos a consumidores	18	1.123.825	1.318.164
Passivo financeiro setorial	10	245.151	-
Outras obrigações fiscais	19	4.127	5.798
Encargos setoriais	23	94.359	72.327
Benefícios pós-emprego	25	94.714	94.773
Provisão para processos judiciais e outros	26	191.512	175.042
Outras obrigações		103	7.906
TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE		3.585.353	3.500.959
<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>			
Capital social	27	892.246	808.246
Reservas de capital		358.671	358.671
Reservas de lucros		1.780.804	1.864.804
Outros resultados abrangentes/Ajustes de avaliação patrimonial		(769)	(341)
Proposta de distribuição de dividendos adicionais		-	82.671
Lucros acumulados		156.714	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.187.666	3.114.051
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		9.878.264	8.664.706

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS**

Períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto resultado por ação)

	Notas	01.07.2020 a 30.09.2020	01.01.2020 a 30.09.2020	01.07.2019 a 30.09.2019	01.01.2019 a 30.09.2019
Receita líquida	29	1.385.663	4.124.787	1.339.107	3.814.471
Custo do serviço		(1.248.851)	(3.582.121)	(1.148.519)	(3.331.112)
Lucro operacional bruto		136.812	542.666	190.588	483.359
Receitas (despesas) operacionais	30				
Despesas com vendas		(22.821)	(146.404)	(19.710)	(65.722)
Despesas gerais e administrativas		(38.772)	(147.072)	(35.295)	(139.827)
Outras despesas operacionais		(4.803)	(5.836)	(1.713)	(4.263)
Outras receitas operacionais		7.396	16.073	8.903	35.775
Total de receitas (despesas) operacionais		(59.000)	(283.239)	(47.815)	(174.037)
Resultado do serviço público de energia elétrica		77.812	259.427	142.773	309.322
Resultado financeiro	31				
Receitas financeiras		81.834	322.989	13.447	116.410
Despesas financeiras		(97.375)	(389.306)	(53.662)	(181.024)
Total resultado financeiro		(15.541)	(66.317)	(40.215)	(64.614)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		62.271	193.110	102.558	244.708
Imposto de renda e contribuição social correntes		(20.833)	(117.301)	(39.888)	(73.582)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(547)	51.136	(482)	(3.842)
Incentivo fiscal		7.070	29.769	7.168	32.037
	32	(14.310)	(36.396)	(33.202)	(45.387)
Lucro líquido do período		47.961	156.714	69.356	199.321
Lucro por ação em R\$ - básico e diluído	28				
Ação ordinária		0,61603	2,01289	0,89083	2,56015
Ação preferencial - Classe A		0,65299	2,13366	0,94428	2,71376
Ação preferencial - Classe B		0,67763	2,21418	0,97992	2,81616

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)

	01.07.2020 a 30.09.2020	01.01.2020 a 30.09.2020	01.07.2019 a 30.09.2019	01.01.2019 a 30.09.2019
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	47.961	156.714	69.356	199.321
Outros resultados abrangentes:				
Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado				
Ganho atuarial em benefícios pós-emprego	858	1.047	-	-
Tributos diferidos sobre ganho atuarial em benefícios pós-emprego	(292)	(356)	-	-
	566	691	-	-
Itens que serão reclassificados para a demonstração do resultado				
Perda em instrumentos financeiros derivativos	(5.171)	(1.695)	(145)	(301)
Tributos diferidos sobre perda em instrumentos financeiros derivativos	1.758	576	49	102
	(3.413)	(1.119)	(96)	(199)
TOTAL DOS RESULTADOS ABRANGENTES DO PERÍODO, LÍQUIDO DE TRIBUTOS	45.114	156.286	69.260	199.122

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

	Reservas de capital			Reservas de lucros							
Capital social	Reserva De ágio	Remuneração de bens e direitos constituídos com capital próprio	Incentivo fiscal-ADENE	Legal	Incentivo fiscal-SUDENE	Reforço de capital de giro	Proposta de distribuição de dividendos adicional	Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total	
Saldos em 31 de dezembro de 2018	741.046	221.188	31.160	106.323	48.845	814.613	826.442	72.801	-	222	2.862.640
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	199.321	-	199.321
Aprovação dos dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	-	(72.801)	-	-	(72.801)
Aumento de capital	67.120	-	-	-	-	-	(67.120)	-	-	-	-
Perda de instrumentos financeiros derivativos - swap	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(301)	(301)
Tributos diferidos s/ perda de instrumentos financeiros derivativos - swap	-	-	-	-	-	-	-	-	-	102	102
Saldos em 30 de setembro de 2019	808.166	221.188	31.160	106.323	48.845	814.613	759.322	-	199.321	23	2.988.961
Saldos em 31 de dezembro de 2019	808.246	221.188	31.160	106.323	48.845	888.885	927.074	82.671	-	(341)	3.114.051
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	156.714	-	156.714
Aprovação dos dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	-	(82.671)	-	-	(82.671)
Aumento de capital	84.000	-	-	-	-	-	(84.000)	-	-	-	-
Ganho atuarial em benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.047	1.047
Tributos diferidos s/ ganho de benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(356)	(356)
Perda de instrumentos financeiros derivativos - swap	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.695)	(1.695)
Tributos diferidos s/ perda de instrumentos financeiros derivativos - swap	-	-	-	-	-	-	-	-	-	576	576
Saldos em 30 de setembro de 2020	892.246	221.188	31.160	106.323	48.845	888.885	843.074	-	156.714	(769)	3.187.666

Notas Explicativas

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**

Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)

	30.09.2020	30.09.2019
Atividades operacionais:		
Lucro líquido do período	156.714	199.321
Ajustes para conciliar o lucro líquido do período com o caixa das atividades operacionais:		
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	118.751	51.628
Depreciação e amortização	226.903	199.219
Juros e variações monetárias	346.361	172.392
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - juros e variação cambial	(229.700)	(925)
Ativos e passivos financeiros setoriais	(7.122)	1.853
Marcação a mercado de ativo indenizável	(35.029)	(69.245)
Valor residual de intangível e imobilizado	1.144	3.785
Tributos e contribuições social diferidos	(51.136)	(393)
Perda de recebíveis de clientes	26.430	13.002
Provisão para processos judiciais e outros	20.957	30.700
Obrigações com benefício pós-emprego	5.687	7.865
Redução (aumento) dos ativos:		
Consumidores	(194.675)	(287.398)
Subvenção CDE - desconto tarifário	(46.316)	19.382
Ativos financeiros setoriais	80.662	107.073
Imposto de renda e contribuição sociais compensáveis	(3.479)	(4.362)
Outros tributos compensáveis	57.178	(1.428.051)
Depósitos vinculados a litígios	1.434	(570)
Outros créditos	32.045	35.720
Aumento (redução) dos passivos:		
Fornecedores	(90.815)	5.201
Pis/Cofins a serem restituídos a consumidores	21.502	1.405.044
Salários, provisões e encargos sociais	10.386	(7.161)
Imposto de renda e contribuição social a pagar	87.571	53.579
Outras obrigações fiscais	2.539	329
Passivos financeiros setoriais	327.903	(7.010)
Encargos setoriais	4.622	(75.179)
Obrigações com benefícios pós-emprego	(5.434)	(34.025)
Provisão para processos judiciais e outros	(21.153)	(13.696)
Outras obrigações	63.798	(25.853)
	907.728	352.225
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(104.717)	(53.681)
Pagamento de juros (encargos de dívidas), deduzido dos juros capitalizados	(12.683)	(18.605)
Pagamentos de juros de debêntures	(50.560)	(38.728)
Pagamentos de juros de instrumento derivativo	(2.785)	(690)
Pagamentos de juros de arrendamento	(371)	(958)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	736.612	239.563
Atividades de investimentos:		
Adições para ativo contratual e imobilizado	(730.754)	(525.622)
Cauções e depósitos	(5.733)	14.012
Títulos e valores mobiliários	(63.421)	(3.083)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(799.908)	(514.693)
Atividades de financiamentos:		
Captação de Debêntures	-	650.000
Captação de empréstimos e financiamentos	533.079	279.445
Pagamentos de empréstimos e financiamentos (principal)	(61.152)	(573.776)
Pagamentos de arrendamento (principal)	(5.465)	(4.155)
Parcelamento especial	(1.036)	(2.662)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	465.426	348.852
Variação no caixa líquido da Companhia	402.130	73.722
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	91.605	95.835
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	493.735	169.557

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO**

Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)

	30.09.2020	30.09.2019
1. RECEITAS	5.700.469	5.652.199
Receita bruta de venda de energia e outras receitas	5.819.220	5.703.827
Fornecimento de energia elétrica	5.077.106	5.145.598
Outras receitas	16.073	35.775
Receita relativa à construção de ativos próprios	726.041	522.454
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa, líquida	(118.751)	(51.628)
2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(3.613.803)	(3.379.034)
Materiais	(412.605)	(254.406)
Outros custos operacionais	(114.466)	(74.473)
Custo da energia comprada e transmissão	(2.465.100)	(2.527.655)
Serviços de terceiros	(621.632)	(522.500)
3. VALOR ADICIONADO BRUTO	2.086.666	2.273.165
4. RETENÇÕES	(226.841)	(199.219)
Depreciação e amortização	(226.841)	(199.219)
5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	1.859.825	2.073.946
6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	322.989	116.410
Receitas financeiras	322.989	116.410
7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	2.182.814	2.190.356
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	2.182.814	2.190.356
<u>Empregados (Colaboradores)</u>	140.622	148.303
Remunerações	89.727	96.894
FGTS	4.191	4.263
Outros encargos sociais	6.077	6.788
Previdência privada	5.978	6.396
Auxílio-alimentação	8.718	9.621
Convênio assistencial e outros benefícios	13.304	16.047
Participação nos resultados	12.627	8.294
<u>Tributos (Governo)</u>	1.485.267	1.651.515
<u>Federais</u>	198.533	229.774
Imposto de renda e contribuição social	66.165	77.424
COFINS	116.789	134.631
PIS	25.355	29.228
INSS	19.993	20.528
(-) Incentivos fiscais	(29.769)	(32.037)
<u>Estaduais</u>	1.113.443	1.108.937
ICMS	1.113.399	1.108.925
Outros	44	12
<u>Municipais</u>	5.667	4.099
ISS	3.916	2.439
IPTU	905	930
Outros	846	730
<u>Encargos setoriais</u>	167.624	308.705
CDE - Conta de desenvolvimento energético	129.461	271.902
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	33.357	32.337
Taxa de fiscalização - ANEEL	4.806	4.466
<u>Remuneração de capitais de terceiros</u>	400.211	191.217
Juros	389.306	181.024
Aluguéis	10.905	10.193
<u>Remuneração de capitais próprios</u>	156.714	199.321
Lucro retido	156.714	199.321

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações Gerais

A Companhia Energética do Ceará - Coelce ("Companhia" ou "Enel Distribuição Ceará"), sociedade por ações de capital aberto registrada na B3 - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros com registro de Companhia aberta categoria "A", com sede na Rua Padre Valdevino, nº 150, Fortaleza, Ceará, controlada pela Enel Brasil S.A. (Enel Brasil), sendo esta, por sua vez, uma controlada indireta da Enel S.p.A. (sediada na Itália) é uma concessionária do serviço público de energia elétrica, destinada a pesquisar, estudar, planejar, construir e explorar a distribuição de energia elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME.

A Coelce é uma empresa do Grupo Enel, multinacional de energia presente em mais de 30 países e com atuação nos segmentos de distribuição, transmissão, geração e soluções de energia.

A Companhia tem como área de concessão 184 municípios cearenses, o qual é regulado pelo contrato de Concessão de Distribuição nº 01/1998, com vencimento em 13 de maio de 2028.

1.1 Pandemia (Covid-19) - Impactos econômico-financeiros

Pessoas e sociedade

A Enel e suas subsidiárias no Brasil têm adotado o trabalho remoto há alguns anos. Conforme os efeitos da COVID-19 avançaram e tornaram-se pandêmicos, a Companhia decidiu estender o trabalho remoto para todos os dias úteis até dezembro de 2020 para todos os profissionais elegíveis.

Para os profissionais que realizam trabalhos operacionais, cujas atividades são imprescindíveis para a manutenção da prestação do serviço com a qualidade que sempre foi entregue, a Companhia providenciou e disponibilizou para cada profissional equipamentos de proteção individual, bem como comunicações e recomendações contínuas relacionadas a como evitar o contágio por COVID-19. Não obstante, a Companhia também estendeu o benefício de saúde, com apólices de seguro com cobertura adicional para os profissionais que eventualmente forem hospitalizados por decorrência de infecção por COVID-19.

O trabalho remoto tem propiciado novas possibilidades de comunicação e operação. A determinação dessa forma de trabalho se demonstrou eficiente e com a mesma qualidade ora atingida pelo trabalho em loco. Este resultado só foi possível pelos investimentos em digitalizações e sistemas realizados pela Enel e suas subsidiárias no decorrer dos últimos anos. Essa nova realidade se tornou uma oportunidade para que a Enel e suas subsidiárias colocassem em prática um plano anterior de expansão do trabalho remoto.

Monitoramento e plano estratégico

A Enel e suas subsidiárias têm realizado acompanhamento constante relacionados a estratégia e manutenção da qualidade dos serviços, bem como a lucratividade de seus negócios. Esse monitoramento resultou em informações que puderam auxiliar a administração na tomada de decisões estratégicas, como também demonstraram que, apesar de toda crise causada pela pandemia da COVID-19, nenhum dos negócios mantidos apresentou indicativos de descontinuidade ou perda do seu valor recuperável.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Enel e suas subsidiárias, adicionaram indicadores de performance para cada área de negócio, o que tem proporcionado de forma tempestiva informações relacionadas às operações, transações e resultados operacionais. Nesse contexto, o alto nível de digitalização foi um fator imprescindível para a aplicação destes indicadores. Através destes indicadores, é possível, de forma confiável, monitorar o nível de operação de suas atividades, a qualidade do serviço prestado, bem como, se aplicável, eventuais reduções em atividades suportes em decorrência do trabalho remoto.

Para prevenir ou amenizar qualquer efeito negativo que possa, porventura, ser identificado em suas linhas de negócios, a Administração da Enel e suas subsidiárias continuará a monitorar suas atividades, demandas, resultados operacionais e de suporte, para que possa, de forma tempestiva, tomar ações que previnam ou amenizem tais efeitos.

Provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa

A Companhia tem observado uma tendência crescente em sua provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa - PECLD, parcialmente explicado pela crise financeira, principalmente a deterioração do poder de consumo e pagamento da população, por conta da COVID-19. Diversos estados e municípios, adotaram e ainda adotam o distanciamento social, o que, por sua vez, tem causado a deterioração de diversos setores da economia, colocando em dificuldades financeiras e operacionais empresas de pequeno e médio porte e, consequentemente, aumentado o desemprego.

Em setembro de 2020 é possível observar uma retomada econômica com o afrouxamento do distanciamento e liberação gradativa do comércio. O CPC 39, equivalente à norma internacional IFRS 9, prevê que as entidades devem reavaliar o risco de crédito sempre que houver indicativos de deterioração deste, e, dessa forma, a Companhia tem frequentemente acompanhado os eventos decorrentes da pandemia e seus reflexos sobre a PECLD. Este acompanhamento, inclui, dentre outras ações, a adoção de premissas que melhor reflitam a estimativa de perdas esperadas como resultado das limitações estabelecidas pela instrução normativa nº 878 emitida pela ANEEL em 23 março de 2020, que determinava a impossibilidade de corte por inadimplência para classes de consumos específicas (por exemplo: residencial, rural e consumidores classificados como serviços essenciais), tal impedimento perdurou até 31 de julho de 2020. A provisão para perdas esperadas em contas a receber, abrange a melhor estimativa da Companhia com base nas informações vigentes até a data de divulgação dessas informações contábeis intermediárias, e representa a situação de risco de crédito de seus consumidores.

A Companhia tem implementado ações para aumentar a eficiência e a cobrabilidade de contas de energia em atraso, a saber: (i) campanhas de conscientização relacionadas à importância da manutenção dos pagamentos das contas de energia assíduos; (ii) planos de parcelamentos; (iii) intensificação da política de corte e (iv) proporcionando aos seus consumidores alternativas de métodos de pagamentos, como por exemplo, a possibilidade de utilizar cartões de crédito com opção de parcelamentos para as contas de energia em atraso ou não.

Todos os efeitos possíveis e confiavelmente mensuráveis, têm sido aplicados de forma consistente na determinação da provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa, conforme divulgado na nota explicativa nº 7.

Medidas para o setor elétrico

Como resposta à pandemia, a ANEEL adotou algumas medidas temporárias a fim de preservar a prestação do serviço de distribuição de energia elétrica por meio da resolução

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

normativa mencionada anteriormente. Dentre essas medidas, pode-se citar (i) a vedação temporária da suspensão de fornecimento por inadimplência de consumidores residenciais e de serviços essenciais, entre outras situações específicas, e (ii) a suspensão temporária de algumas exigências regulatórias, tais como a suspensão do atendimento presencial ao público e permissão de substituição de faturas impressas por eletrônicas, priorizando os meios digitais, os atendimentos de urgência/emergência e a manutenção do fornecimento de energia elétrica nas instalações, assim como os pedidos de ligação ou aumento de carga para locais de tratamento da população e os que não necessitem de obras para efetivação.

A ANEEL autorizou até 30 de junho de 2020 – período da pandemia – o diferimento dos reajustes tarifários, das distribuidoras que tinham reajuste tarifário no intervalo, permitindo, em contrapartida, que os pagamentos ao fundo da CDE fossem reduzidos, na mesma proporção da receita diferida. Os pagamentos do fundo CDE diferidos deverão ser repostos pelas referidas concessionárias durante o segundo semestre de 2020.

Como medida de reforço a liquidez financeira do setor de distribuição de energia elétrica, a ANEEL autorizou a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE a repassar às distribuidoras os recursos financeiros disponíveis no fundo de reserva para alívio futuro de encargos. O despacho ANEEL nº 986, de 7 de abril de 2020, determinou o repasse aos agentes de mercado. Sendo assim, a Companhia recebeu em 8 de abril, 13 de maio e 7 de agosto de 2020, os montantes de R\$ 45.964, R\$ 4.741, e R\$ 1.298 respectivamente. Tais montantes foram contabilizados como um passivo financeiro setorial e serão considerados no reajuste tarifário de 2021.

Adicionalmente, a Presidência da República editou medida provisória ampliando, por 3 (três) meses, os descontos da tarifa social para 100%, sendo tal subvenção custeada pelo Tesouro Nacional. Dessa forma, no dia 08 de abril de 2020, o Presidente da República, por meio da Medida Provisória ("MP") nº 950, que vigorou de 1 de abril a 30 de junho de 2020 adotou algumas alterações temporárias à Lei nº 12.212 de 20 de janeiro de 2010, alterando o formato de desconto tarifário para os consumidores beneficiados pela categoria baixa renda, onde a parcela do consumo de energia elétrica inferior ou igual a 220 KWh/mês passou a ter um desconto de 100% e a parcela do consumo de energia elétrica superior a 220 KWh/mês não teve a incidência de qualquer desconto. De acordo com as homologações da ANEEL, a Companhia recebeu repasses relacionados ao desconto da classe baixa renda, no valor de R\$ 117.180, referentes às competências de abril, maio e junho de 2020.

CONTA-COVID

O Decreto nº 10.350, de 18 de maio de 2020 autorizou a criação da CONTA-COVID, cuja gestão será da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE. A criação dessa conta tem como objetivo minimizar os impactos da pandemia e proporcionar liquidez para as distribuidoras, protegendo a cadeia produtiva do setor elétrico através de recursos financeiros para cobrir déficits tarifários ou antecipar receitas (total ou parcialmente), referentes aos seguintes itens:

- Efeitos financeiros da sobrecontratação;
- Saldo em constituição da Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" - CVA;
- Neutralidade dos encargos setoriais;
- Postergação até 30 de junho de 2020 dos resultados dos processos tarifários de distribuidoras de energia elétrica homologados até a mesma data;

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Saldo da CVA reconhecido e diferimentos reconhecidos ou revertidos no último processo tarifário, que não tenham sido totalmente amortizados; e
- Antecipação do ativo regulatório relativo à “Parcela B”, conforme o disposto em regulação da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

A CONTA-COVID foi organizada para evitar reajustes maiores das tarifas de energia elétrica. Se não houvesse a proposta da CONTA-COVID, haveria um impacto para os consumidores nos próximos reajustes, com pagamento em 12 meses. Com a CONTA-COVID, esse impacto será diluído em um prazo total de 60 meses. A CONTA-COVID garante recursos financeiros necessários para compensar a perda de receita em decorrência da pandemia e protege o resto da cadeia produtiva do setor elétrico, ao permitir que as distribuidoras continuem honrando seus contratos.

A CONTA-COVID é regulamentada pela Resolução Normativa nº 885 de 23 de junho de 2020 e os recursos da conta, serão originados, por meio de “empréstimo setorial”, contraído de um conjunto de bancos. A CCEE foi designada como gestora da conta, centralizando a contratação das operações de empréstimos e repassando os recursos para as distribuidoras. O credor responsável por contratar o agente fiduciário e garantidor de todo o recurso será a CCEE, que posteriormente fará o repasse para as distribuidoras, seguindo o teto estabelecido para cada distribuidora. A ANEEL homologará o montante dos recursos a serem repassados.

Em 3 de julho de 2020, a Companhia declarou os recursos financeiros requeridos da CONTA-COVID, no valor total de R\$ 452.943. Desse montante, a Companhia já recebeu R\$ 396.923, R\$ 380.464 durante o terceiro trimestre de 2020 e R\$16.459 em 13 de outubro 2020.

Os aumentos tarifários diferidos neste período, serão pagos em até 5 anos, a partir de 2021, por meio de encargo setorial arrecadado pelas distribuidoras e repassado à CCEE. A CCEE, por sua vez, amortizará o empréstimo contraído junto ao sindicato de bancos credores do empréstimo setorial.

Preservação do equilíbrio econômico-financeiro da concessão

A ANEEL, observando a Medida Provisória nº 950/2020, o Decreto nº 10.350/2020 e a cláusula sétima do contrato de concessão nº 001/1998, reconheceu que os fatos atuais causados pela pandemia, se incluem no âmbito das áreas administrativa e econômica. Assim, decidiu instaurar Consulta Pública, até 23 de agosto de 2020, para disciplinar os procedimentos a serem observados pelas concessionárias afetadas, em processo administrativo específico a ser avaliado pelo regulador, para demonstração do alcance e mensuração de seu direito ao reequilíbrio econômico-financeiro, conforme art. 15, § 1º, da Resolução Normativa nº 885, publicada no diário oficial em 23 de junho de 2020.

Para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, a Companhia não reconheceu ativo financeiro setorial referente ao direito do reequilíbrio econômico da concessão em seu balanço e demonstração de resultado, visto que ainda depende de regulamentação por parte do órgão regulador.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das informações trimestrais

Em 26 de outubro de 2020, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das presentes informações contábeis intermediárias.

2.1 Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas para o trimestre e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 de acordo com o CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com as normas internacionais e em conformidade com o IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitido pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, e também com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – (“CVM”), aplicáveis à elaboração das informações Trimestrais – ITR, e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das informações contábeis intermediárias. Dessa forma, as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

As informações contábeis intermediárias foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor (exceto quando exigido critério diferente) e ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos mensurados a valor justo ou considerando a marcação a mercado, quando tais avaliações são exigidas pelas Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS).

2.2 Base de preparação e apresentação

Todos os valores apresentados nestas informações contábeis intermediárias estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido ao uso de arredondamentos, os números apresentados ao longo dessas informações contábeis intermediárias podem não perfazer precisamente os totais apresentados.

Continuidade operacional

Com base nos fatos e circunstâncias existentes até a data de autorização das presentes informações contábeis intermediárias, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas informações contábeis intermediárias foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Esta afirmação é baseada nas expectativas da Administração em relação ao futuro da Companhia, sendo consistentes com o seu plano de negócios. A Companhia prepara no início de cada exercício, planos de negócios, que compreendem os orçamentos anuais, todos os planos de investimento de capital, os planos estratégicos e os programas de

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

manutenção das instalações da Companhia. Os planos são acompanhados durante o exercício pelos órgãos de governança da Companhia, podendo sofrer alterações.

Segmento de negócios

Um segmento operacional é um componente da Companhia (i) que possui atividades operacionais através das quais gera receitas e incorre em despesas, (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração na tomada de decisões sobre alocação de recursos e avaliação da performance do segmento, e (iii) para o qual haja informações financeiras individualizadas.

Consequentemente, a Companhia concluiu que possui apenas o segmento de distribuição de energia elétrica como passível de reporte.

Sistema Empresas.Net

No quadro “Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido” do Sistema “Empresas.Net” utilizado para fins de elaboração e envio de documentos à CVM e B3, o ajuste de avaliação patrimonial, embora não corresponda a “Outros Resultados Abrangentes”, está apresentado na coluna com esta indicação, visto que não há opção mais apropriada para a apresentação no referido quadro.

3. Reajuste Tarifário Anual

O Reajuste Tarifário Anual da Companhia que deveria ter entrado em vigor a partir de 22 de abril de 2020 após a aprovação da ANEEL, através da Resolução Homologatória 2.676/2020, em 14 de abril de 2020, foi postergado e entrou em vigor em 01 de julho de 2020, por motivo de calamidade pública. Neste período, a Companhia reduziu a obrigação de recolhimento das cotas mensais de CDE (competências maio, junho e julho) até o limite da perda de arrecadação da receita. Os valores reduzidos deverão ser restituídos à CDE nas competências de agosto a dezembro de 2020.

O montante de R\$ 31.013 referente diferença de receita devido à postergação do reajuste tarifário de 22 de abril a 1 de julho de 2020 será considerada no Reajuste Tarifário Anual de 2021 e está sendo atualizado pela taxa Selic.

Este reajuste tarifário gera um efeito médio nas tarifas dos consumidores de 3,94%, sendo de 3,78%, em média para os consumidores conectados na Alta Tensão e de 4,00%, em média, para os consumidores conectados na Baixa Tensão.

O índice é composto pelos seguintes itens:

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Reajuste Tarifário 2020	
Encargos Setoriais	-1,53%
Custos de Transmissão	0,66%
Custos de Aquisição de Energia	2,63%
Parcela A	1,76%
Parcela B	1,83%
Reajuste Econômico	3,59%
Componentes Financeiros do Processo Atual	5,16%
Efeitos da retirada dos componentes financeiros do processo anterior	-4,18%
Efeito médio a ser percebido pelos consumidores	3,94%

Dessa forma, as Parcelas A e B da Companhia, após o reajuste Tarifária, tiveram os seguintes impactos:

(i) Parcela A: Reajustada em 2,67%, representando 1,76% no reposicionamento econômico com os seguintes componentes:

- Encargos setoriais – redução de -14,31%, representando -1,53% no reposicionamento econômico em função, principalmente, da redução do encargo com a Conta de Desenvolvimento Energético Conta ACR (“CDE Conta ACR”) devido à quitação antecipada de seu pagamento;
- Energia comprada – aumento de 5,30%, contribuíram para esse efeito positivo o reajuste do contrato bilateral com a CGTF (Central Geradora Termelétrica Fortaleza), cujo preço depende do valor do gás natural e do dólar. O aumento do custo da compra de energia representa 2,63% no reposicionamento econômico; e
- Encargos de transmissão – aumento de 11,39% decorrente principalmente do aumento da Receita Anual Permitida da Rede Básica em relação ao ciclo anterior e as novas tarifas de uso do sistema de transmissão, representando 0,66% no reposicionamento econômico.

(ii) Parcela B: Reposicionada em 5,38%, representando uma participação de 1,83% no reajuste econômico refletindo a variação acumulada do IGP-M no período de referência de 6,81% descontada do Fator X.

(iii) Componentes financeiros: Os componentes financeiros aplicados a esta revisão tarifária totalizam um montante positivo de R\$ 256.413 representando 5,16% de participação no reajuste, dentre os quais destaca-se: Positivo de R\$ 205.886 referente aos itens de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A (“CVA”), impactada pelos efeitos do risco hidrológico da CCGF, usinas repactuadas e efeito disponibilidades de CCEAR-D, neutralidade de Encargos Setoriais negativo de R\$ 6.379, Sobrecontratação negativo de R\$ 57.594 e Previsão de Risco Hidrológico positivo de R\$ 149.839, em razão da alteração da metodologia de cálculos da previsão de risco hidrológico calculado conforme submódulo 6.8 dos Procedimentos de Regulação Tarifária, PRORET.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Principais mudanças das políticas contábeis

As informações contábeis intermediárias foram preparadas seguindo a base de preparação e políticas contábeis consistentes com aquelas adotadas na elaboração das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2019, emitidas em 16 de março de 2020, e devem ser lidas em conjunto, com exceção às alterações estabelecidas pelo CPC 00 (R2) | Conceptual Framework – Estrutura conceitual para relatório financeiro.

4.1 Alterações ao CPC 00 (R2) | *Conceptual Framework* – Estrutura conceitual para relatório financeiro

O CPC 00 (R2) – Estrutura conceitual para relatório financeiro, equivalente ao pronunciamento do IASB conhecido como Conceptual Framework, alterado com o objetivo de melhor refletir alterações conceituais estabelecidas pelo IASB, principalmente com relação aos seguintes aspectos:

- Conceitualiza e clarifica questões acerca do objetivo do relatório financeiro, as características qualitativas da informação financeira útil, e a descrição da entidade, bem como os seus limites;
- Clarifica as definições de ativo, passivo, patrimônio líquido, receitas e despesas em diversos aspectos;
- Define critérios para inclusão de ativos e passivos nas demonstrações contábeis (reconhecimento) e orientação sobre quando removê-los (desreconhecimento);
- Bases de mensuração e orientação sobre quando e como utilizá-las; e
- Determina conceitos e estabelece orientações quanto a apresentação e divulgação das demonstrações contábeis e notas explicativas.

Adicionalmente, as alterações realizadas ao CPC 00 (R2) também impactam o conceito de materialidade, estabelecendo de forma clara a aplicação deste conceito e determinando que “informação é material se sua omissão, distorção ou obscuridade pode influenciar, de modo razoável, decisões que os usuários primários das demonstrações contábeis de propósito geral tomam como base nessas demonstrações contábeis, que fornecem informações financeiras sobre o relatório específico da entidade”.

As mudanças são aplicáveis para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2020 e visam auxiliar o entendimento de temas específicos, melhorando a qualidade das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia as mudanças realizadas não causaram impactos ou alterações em suas demonstrações contábeis.

A Companhia avaliou os demais pronunciamentos contábeis emitidos, alterados e substituídos, efetivos ou não efetivos para o exercício ao que esta demonstração contábil se refere e não identificou qualquer impacto material para suas demonstrações contábeis.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Caixa e equivalentes de caixa

	30.09.2020	31.12.2019
Caixa e contas correntes bancárias	21.292	36.811
Aplicações financeiras		
CDB (Aplicações diretas)	466.692	2.039
Fundos de Investimento Aberto	736	-
Operações compromissadas	3.503	49.677
	470.931	51.716
Fundos exclusivos		
Operações compromissadas (fundos exclusivos)	1.512	3.078
	1.512	3.078
Total	493.735	91.605

O excedente de caixa da Companhia é aplicado de forma conservadora em ativos financeiros de baixo risco, com alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em recursos disponíveis de acordo com as necessidades de caixa da Companhia em um valor conhecido e com risco insignificante de perda. Dada à natureza e característica das aplicações financeiras, estas já estão reconhecidas pelo seu valor justo por meio do resultado.

6. Títulos e valores mobiliários

	30.09.2020	31.12.2019
Fundos de investimentos não exclusivos	70.594	72.531
Fundos de investimentos exclusivos	69.860	4.502
Títulos públicos	66.230	2.725
LF - Letra Financeira	3.630	1.777
Total	140.454	77.033

A Companhia aplica uma parcela do seu caixa em Fundo de Investimento não exclusivo, administrado por *Asset* de primeira linha. Estes Fundos são classificados como Renda Fixa, possuem alta liquidez e buscam retorno compatível com o benchmark que é a taxa CDI.

Nenhum desses ativos está vencido nem apresenta problemas de recuperação ou redução ao valor recuperável no encerramento do período findo em 30 de setembro de 2020.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Consumidores e outras contas a receber

	A vencer	Vencidos		Total
	até 30 dias	até 90 dias	acima de 90 dias até 5 anos	30.09.2020
Classes de consumidores:				
Residencial	209.489	180.863	333.946	724.298
Industrial	18.145	11.793	24.532	54.470
Comercial	48.841	25.834	68.815	143.490
Rural	57.959	37.554	82.556	178.069
Poder público	29.217	14.750	31.623	75.590
Iluminação pública	21.416	23.530	51.144	96.090
Serviço público	14.630	5.006	14.051	33.687
Fornecimento faturado	399.697	299.330	606.667	1.305.694
Receita não faturada	222.705	-	-	222.705
Parcelamento de débitos*	4.504	34.606	169.682	208.792
Venda de Energia Excedente - MVE	-	-	-	-
Compartilhamento - uso mútuo	4.588	5.622	18.116	28.326
Agente de cobrança da iluminação pública	6.531	-	34.969	41.500
Baixa renda - subsídio CDE	-	-	-	-
Câmara de comercialização de energia elétrica - CCEE	-	-	15.289	15.289
Subtotal	638.025	339.558	844.723	1.822.306
(-) Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	(12.211)	(9.635)	(456.546)	(478.392)
Total	625.814	329.923	388.177	1.343.914
Circulante				1.284.282
Não circulante				59.632

	A vencer	Vencidos		Total
	até 30 dias	até 90 dias	acima de 90 dias até 5 anos	31.12.2019
Classes de consumidores:				
Residencial	283.120	110.289	283.982	677.391
Industrial	25.736	9.997	17.111	52.844
Comercial	79.205	21.335	26.607	127.147
Rural	80.498	32.680	55.599	168.777
Poder público	35.381	30.761	18.017	84.159
Iluminação pública	35.873	25.094	31.325	92.292
Serviço público	16.413	6.289	12.871	35.573
Fornecimento faturado	556.226	236.445	445.512	1.238.183
Receita não faturada	211.437	-	-	211.437
Parcelamento de débitos*	5.852	16.498	69.457	91.807
Baixa renda - subsídio CDE	13.404	-	-	13.404
Venda de Energia Excedente - MVE	12.085	-	-	12.085
Compartilhamento - uso mútuo	4.354	5.828	13.987	24.169
Agente de cobrança da iluminação pública	6.531	-	40.172	46.703
Câmara de comercialização de energia elétrica - CCEE	-	-	15.289	15.289
Subtotal	809.889	258.771	584.417	1.653.077
(-) Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	(11.208)	(11.854)	(335.595)	(358.657)
Total	798.681	246.917	248.822	1.294.420
Circulante				1.267.726
Não circulante				26.694

*Visando atenuar o aumento da inadimplência, a Companhia adotou medidas internas de contingência extraordinária, onde foi proposto facilitar o parcelamento das faturas de energia, a

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

partir de um dia de atraso em até 12 vezes, fato este que gerou um aumento significativo na rubrica “parcelamento de débitos”.

A movimentação da perda esperada com crédito de liquidação duvidosa é a seguinte:

Rubricas de origem	31.12.2019	(Provisões) Reversões	Perda	30.09.2020
Consumidores e outras contas a receber	(358.657)	(145.443)	25.708	(478.392)
Outros ativos	(3.786)	262	722	(2.802)
	(362.443)	(145.181)	26.430	(481.194)
Circulante	(347.154)			(465.905)
Não Circulante	(15.289)			(15.289)
Total	(362.443)			(481.194)

Rubricas de origem	31.12.2018	(Provisões) Reversões	Perda	30.09.2019
Consumidores e outras contas a receber	(319.525)	(64.630)	13.002	(371.153)
	(319.525)	(64.630)	13.002	(371.153)
Circulante	(304.236)			(355.864)
Não Circulante	(15.289)			(15.289)
Total	(319.525)			(371.153)

A perda esperada com crédito de liquidação duvidosa é constituída com base nos valores a receber dos consumidores, segregando em grandes clientes (alta tensão), clientes corporativos (baixa tensão) e administração pública. Considera também, uma análise coletiva e/ou individual, quando aplicável, dos títulos a receber ou do saldo da dívida parcelada, de forma que se obtenha um julgamento adequado dos créditos considerados de difícil recebimento, baseando-se na experiência da Administração em relação às perdas efetivas, na existência de garantias reais (quando aplicável), considerando um novo modelo de avaliação a fim de apurar as perdas esperadas. No que tange à abordagem coletiva, a Companhia utilizou uma matriz de provisão, conforme previsto na norma, que reflete a experiência de perda de crédito histórica para classe que foi agrupada. A matriz de provisão estabelece percentuais dependendo do *aging* das contas a receber. Na abordagem individual a Companhia considerou o comportamento específico de determinados clientes em função do histórico de inadimplência e as informações disponíveis sobre as contrapartes. Os impactos estão relacionados ao cenário causado pela pandemia (COVID-19) – vide nota explicativa nº 1.1.

A Companhia com o objetivo de melhor refletir a provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa (“PECLD”) avaliou o ambiente econômico das regiões onde atua, reestruturou suas atividades de cobrança e intensificou a retomada de ações com melhor percentual histórico de recuperação de crédito, como por exemplo a retomada do corte de fornecimento de energia. Essa avaliação demonstrou que a PECLD deve considerar os efeitos oriundos de tais ações, que foram temporariamente privadas das distribuidoras por forças de lei e diretrizes regulatórias impostas a Companhia, conforme detalhado na nota explicativa 1.1, e dessa forma, ao atualizar a estimativa de perda futura a Companhia verificou que apesar do atual cenário, é mais provável que parte substancial do saldo vencido de contas a receber será recuperado no curto prazo, e por este motivo adicionou premissas históricas e de projeções que resultaram em uma menor expectativa de perda futura.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A seguir é apresentado a composição da perda esperada com crédito de liquidação duvidosa.

	30.09.2020	31.12.2019
Residencial	(208.174)	(165.067)
Industrial	(24.516)	(21.508)
Comercial	(54.000)	(37.389)
Rural	(61.740)	(36.013)
Poder público	(17.359)	(5.364)
Iluminação pública	(36.024)	(17.226)
Serviço público	(8.242)	(6.907)
Parcelamento de débitos de consumidores	(6.734)	(5.104)
Outros	(61.603)	(64.079)
	(478.392)	(358.657)

8. Subvenção CDE - desconto tarifário

Valor a ser repassado pela CCEE, para cobertura de descontos incidentes sobre as tarifas de energia de classes específicas de consumidores. Os recursos são oriundos da Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE"), e são homologados pela ANEEL no processo de reajuste anual das distribuidoras.

	30.09.2020	31.12.2019
CDE compensação - liminar (a)	324.227	324.227
Baixa renda - subsídio CDE (b)	28.804	-
Previsão ajuste CDE ciclo corrente	(490)	(777)
CDE a receber - diferença ciclo anterior	13.954	1.310
Saldo a receber da Bandeira tarifária	4.121	-
	370.616	324.760

- a) Os valores em aberto de novembro de 2014 até 2016 (Resoluções Homologatórias nos 1.711/14, 1882/15 e 2.065/16), foram objeto de compensação integral com os valores devidos à Eletrobras/CCEE relativos a Encargos CDE, por força de decisão liminar proferida em favor da Companhia em 8 de julho de 2015. Em função da decisão ser liminar, a Companhia mantém registrado no passivo circulante, em taxas regulamentares, o montante de R\$ 311.830 (R\$ 311.830 em 31 de dezembro de 2019), correspondente à parcela a repassar a CCEE decorrente da subvenção CDE, que será compensado quando a decisão transitar em julgado.
- b) Medida Provisória ("MP") nº 950, que vigorou de 1 de abril a 30 de junho de 2020 estabeleceu algumas alterações temporárias à Lei nº 12.212 de 20 de janeiro de 2010, modificando o formato de desconto tarifário para os consumidores beneficiados pela categoria baixa renda, para os quais a parcela do consumo de energia elétrica inferior ou igual a 220 KWh/mês passava a ter um desconto de 100% e sobre a parcela do consumo de energia elétrica superior a 220 KWh/mês não incidia qualquer desconto. De acordo com as homologações da ANEEL, a Companhia recebeu repasses relacionados ao desconto da classe baixa renda, no valor de R\$ 117.180. A partir de 1 de julho de

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2020 voltou a vigorar a Lei nº 12.212 de 20 de janeiro de 2010 que estabelece o desconto na conta de energia elétrica, concedido aos primeiros 220 kwh consumidos por clientes residenciais. O desconto da Tarifa Social de Energia Elétrica varia de acordo com a faixa de consumo de energia.

9. Tributos a compensar

	30.09.2020	31.12.2019
Imposto de renda e contribuição sociais compensáveis		
Imposto de renda	14.097	8.046
Contribuição social	2.085	1.303
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	645	3.999
Total	16.827	13.348

	30.09.2020		31.12.2019	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Outros tributos compensáveis				
ICMS (a)	71.419	70.133	60.836	66.930
ICMS parcelamento (b)	-	-	-	11.056
PIS e COFINS	6.799	-	8.163	-
PIS e COFINS (ICMS) (c)	318.544	1.073.331	102.703	1.347.161
Outros tributos	463	-	1.018	-
Total	397.225	1.143.464	172.720	1.425.147

- a) Do total de crédito de ICMS, R\$ 118.174 em 30 de setembro de 2020 (R\$ 106.954 em 31 de dezembro de 2019) referem-se aos créditos vinculados à aquisição de bens do ativo permanente, os quais estão sendo compensados mensalmente à razão de 1/48 avos, e o valor de R\$ 23.378 (R\$ 20.812 em 31 de dezembro de 2019) refere-se a créditos de compra de energia e incentivos culturais os quais são compensados no mês seguinte.
- b) A Companhia foi notificada em janeiro de 2020 da decisão favorável do processo Nº 6492924/2013 referente ao pedido de restituição do ICMS correspondente ao diferencial de alíquotas devido sobre operações de entradas interestaduais de bens destinados ao ativo imobilizado conforme o parecer Nº 3344 de dezembro de 2019, usando o crédito no primeiro trimestre de 2020 como compensação do próprio ICMS.
- c) A Companhia, amparada nas avaliações de seus assessores legais e melhor estimativa, e por possuir ação judicial transitada e julgada em abril de 2019, possui ativo de PIS e de COFINS sobre ICMS a recuperar de R\$ 318.544 no curto prazo e R\$ 1.073.331 no longo prazo em 30 de setembro de 2020.

Por entender que os montantes a serem recebidos como créditos fiscais deverão ser repassados aos consumidores nos termos das normas regulatórias da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, a Companhia adotará os procedimentos de recuperação do crédito tributário de acordo com as previsões legais (vide nota 18).

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Ativo e passivos financeiros setoriais

Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os custos efetivamente incorridos e os custos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais, sendo estas variações atualizadas monetariamente pela taxa SELIC. A composição, movimentação dos saldos, composição por ciclo tarifário e segregação entre curto e longo prazo estão demonstradas da seguinte forma:

Ativos e passivos financeiros setoriais	31.12.2019	Adição	Amortização	Conta - COVID	Recebimento bandeiras tarifárias	Remuneração	Reclassificações	30.09.2020	Valores em amortização	Valores em constituição	Circulante	Não Circulante
Compensação de variação de valores de itens da parcela A - CVA	174.709	94.731	(166.289)	(227.870)	(32.601)	7.036	(1)	(150.285)	113.222	(263.507)	(3.011)	(147.274)
Aquisição de energia - (CVAenerg)	272.759	134.833	(214.869)	(268.436)	(32.601)	8.751	(1)	(99.564)	143.811	(243.375)	36.459	(136.023)
Proinfa	(176)	(3.256)	1.033	3.821	-	(66)	-	1.356	(2.476)	3.832	(787)	2.143
Transporte rede básica	27.281	52.615	(17.860)	(50.528)	-	526	-	12.014	15.409	(3.395)	13.912	(1.898)
Encargos do serviço do sistema - ESS/EER	(131.415)	(74.411)	77.460	88.784	-	(2.527)	-	(42.109)	(55.517)	13.408	(49.603)	7.494
Conta de desenvolvimento energético - CDE	6.280	(15.050)	(12.053)	(1.511)	-	352	-	(21.982)	11.995	(33.977)	(2.992)	(18.990)
Demais passivos financeiros setoriais	(101.169)	(14.486)	102.768	(152.594)	-	86	(12.223)	(177.618)	(69.748)	(107.870)	(79.741)	(97.877)
Alíquota efetiva PIS/Cofins	12.913	-	-	-	-	-	(12.913)	-	-	-	-	-
Neutralidade da parcela A	(12.538)	17.520	8.181	(15.840)	-	17	(1)	(2.661)	(3.190)	529	(2.955)	294
Sobrecontratação de energia	43.595	22.847	45.163	(103.025)	-	1.221	2.517	12.308	(28.797)	41.105	(10.667)	22.975
Diferimento/ devoluções tarifárias	(162.741)	(56.603)	21.843	-	-	(10.038)	-	(114.829)	(29.613)	(85.216)	(29.614)	(85.215)
Demais ativos e passivos financeiros setoriais	17.602	1.750	27.591	(33.729)	-	8.886	(94.536)	(72.436)	(8.148)	(64.288)	(36.505)	(35.931)
Total ativo (passivo) financeiro setorial líquido	73.540	80.245	(63.521)	(380.464)	(32.601)	7.122	(12.224)	(327.903)	43.474	(371.377)	(82.752)	(245.151)
Total ativo circulante e não circulante	73.540							-				
Total passivo circulante e não circulante								(327.903)				
Total ativo/passivo líquido	73.540							(327.903)				

Ativos e passivos financeiros setoriais	31.12.2018	Adição	Amortização	Recebimento bandeiras tarifárias	Remuneração	Transferências	30.09.2019	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
Compensação de variação de valores de itens da parcela A - CVA	207.733	77.784	(142.499)	(112.494)	5.730	117.170	153.424	149.778	3.646	151.382	2.042
Aquisição de Energia - (CVAenerg)	219.912	233.507	(219.609)	(112.494)	10.766	86.652	218.734	204.648	14.086	210.844	7.890
Proinfa	1.321	1.930	(1.285)	-	137	(12)	2.091	2.091	-	2.091	-
Transporte Rede Básica	53.365	(23.060)	(11.162)	-	(20)	(1.014)	18.109	6.647	11.462	11.689	6.420
ESS	(64.416)	(173.011)	79.745	-	(6.553)	31.545	(132.690)	(67.744)	(64.946)	(96.313)	(36.377)
CDE	(2.449)	38.418	9.812	-	1.400	(1)	47.180	4.136	43.044	23.071	24.109
Demais passivos financeiros setoriais	(13.176)	40.354	36.792	-	(7.583)	(117.170)	(60.783)	(143.028)	82.245	(121.693)	60.910
Alíquota efetiva PIS/Cofins	19.786	8.265	(49.908)	-	-	-	(21.857)	-	(21.857)	(21.857)	-
Neutralidade da Parcela A	(3.034)	(2.083)	215	-	90	(1)	(4.813)	(9.982)	5.169	(7.708)	2.895
Sobrecontratação de Energia	(10.296)	93.129	40.228	-	(534)	501	123.028	(32.712)	155.740	35.796	87.232
Diferimento/ Devoluções Tarifárias	(11.692)	(69.217)	57.753	-	(7.139)	(120.886)	(151.181)	(88.733)	(62.448)	(116.624)	(34.557)
Outros	(7.940)	10.260	(11.496)	-	-	3.216	(5.960)	(11.601)	5.641	(11.300)	5.340
Total ativo (passivo) regulatório líquido	194.557	118.138	(105.707)	(112.494)	(1.853)	-	92.641	6.750	85.891	29.689	62.952
Total ativo circulante e não circulante	201.567						92.641				
Total passivo circulante e não circulante	7.010						-				
Total ativo/passivo líquido	194.557						92.641				

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Administração da Companhia, objetivando melhor apresentação de suas Demonstrações Contábeis, procedeu no segundo trimestre à reclassificação dos saldos de Pis e Cofins alíquota efetiva para a rubrica de consumidores e outras contas a receber, visto que representam valores ainda não faturados aos consumidores devido ao seu mecanismo de funcionamento.

Conforme detalhado na nota explicativa nº 1.1, a Companhia recebeu nos meses de julho a setembro de 2020 o montante de R\$ 380.464 referente a conta – COVID, correspondendo a antecipação dos componentes financeiros relativos a sobrecontratação, CVA em constituição e neutralidade de encargos setoriais. O referido montante foi contabilizado nos respectivos componentes tarifários, conforme detalhado na movimentação apresentada nesta respectiva nota. Os montantes recebidos da conta – COVID estão sendo atualizados pela taxa Selic.

Por meio do Despacho nº 2.508, de 27 de agosto de 2020, a ANEEL determinou os valores de sobrecontratação involuntárias para os anos de 2016 e 2017, porém sem levar em consideração a regra de máximo esforço, prevista na regulamentação da REN 453/2011. No caso do ano de 2017 da Companhia, particularmente, em análise preliminar realizada no Reajuste Tarifário de 2018, a ANEEL entendeu que a Companhia esteve voluntariamente sobrecontratada, já que não realizou esforços para redução de seu nível de contratação.

Portanto, diante da decisão do Despacho nº 2.508, a ENEL CE entrou com o pedido de efeito suspensivo, o qual se encontra em fase de análise na Agência Reguladora. Eventual decisão pela manutenção do Despacho nº 2.508 poderia implicar no reconhecimento pela Companhia de passivo financeiro setorial no montante de R\$ 63.188 (atualizado até 30 de setembro de 2020), tendo como contrapartida o resultado.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Benefício fiscal

Ágio de incorporação da controladora

O ágio oriundo da operação de incorporação de sua antiga controladora Distriluz Energia Elétrica S.A. está fundamentado nos resultados futuros durante o prazo de concessão e vem sendo amortizado no prazo compreendido entre a data da incorporação (27 de setembro de 1999) até 31 de dezembro de 2027, em proporções mensais à sua rentabilidade projetada.

Conforme instrução normativa CVM nº 319, de 3 de dezembro de 1999 o registro contábil consistiu na constituição de uma provisão sobre o ágio a amortizar no montante que não se constitui benefício fiscal para a Companhia. O valor representativo do benefício fiscal ficou então registrado em contrapartida da reserva de ágio (reserva de capital) e para recompor o resultado de cada período, será feita reversão da provisão na mesma proporção da amortização da parcela do ágio do respectivo período.

Benefício fiscal - ágio incorporado	30.09.2020	31.12.2019
Ágio da incorporação	775.960	775.960
Amortização acumulada	(696.369)	(684.974)
Provisão sobre o ágio	(429.365)	(429.364)
Reversão da provisão sobre o ágio	376.585	369.064
Total	26.811	30.686
Não Circulante	26.811	30.686

A seguir é apresentado o cronograma de realização do benefício fiscal:

	30.09.2020	Percentual
Em 2020	1.291	5%
Em 2021	4.728	18%
Em 2022	4.327	16%
Em 2023	3.960	15%
2023 até 2027	12.505	47%
Total	26.811	100%

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Cauções e depósitos

A Companhia possui saldos de caução e depósito que garantem: Garantia de leilões de energia (Bradesco), Garantia de Dívidas (BNB), Garantias da concessão (Banco do Brasil). A seguir apresentamos a composição do saldo:

Instituição	Tipo de Aplicação	30.09.2020	31.12.2019
		Não Circulante	Não Circulante
Bradesco	CDB	13	18
BNB	CDB	14.872	14.544
Banco do Brasil	Título do Tesouro EUA	14.811	9.401
Total		29.696	23.963

13. Ativo indenizável (concessão)

O ativo financeiro indenizável da concessão corresponde à parcela estimada dos investimentos realizados na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão. A Companhia possui o direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público.

A Companhia classifica os saldos do ativo financeiro da concessão como instrumentos financeiros "valor justo por meio de resultado", pois o fluxo de caixa não é caracterizado apenas como principal e juros. O modelo de negócio da Companhia para este ativo é recuperar o investimento realizado, cuja valorização é baseada no valor novo de reposição (VNR), acrescido de correção monetária pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), de acordo com a Base de Remuneração Regulatória (BRR).

A movimentação dos saldos referentes ao ativo indenizável da Concessão está assim apresentada:

	Ativo Indenizável
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.888.440
Transferências do ativo contratual	297.834
Marcação a mercado	69.245
Saldo em 30 de setembro de 2019	2.255.519
Saldo em 31 de dezembro de 2019	2.372.127
Transferências do ativo contratual	415.114
Marcação a mercado	35.029
Saldo em 30 de setembro de 2020	2.822.270

A concessão de distribuição da Companhia não é onerosa. Desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao poder concedente.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Imobilizado

O imobilizado da distribuidora refere-se a bens que não estão vinculados a atividade de distribuição de energia elétrica, bem como aos direitos de uso de ativo arrendado. A seguir é apresentada a movimentação desses ativos:

	31.12.2019	Remensuração	Adição	Depreciação/ Amortização	Baixa	Transferência	30.09.2020
Imobilizado em serviço							
Terrenos	30	-	-	-	-	-	30
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	9	-	-	-	-	-	9
Máquinas e equipamentos	61.397	-	-	-	(24)	2.713	64.086
Móveis e utensílios	51.355	-	-	-	(135)	2.649	53.869
Subtotal	112.791	-	-	-	(159)	5.362	117.994
Depreciação acumulada							
Máquinas e equipamentos	(45.854)	-	-	(3.006)	14	-	(48.846)
Móveis e utensílios	(32.533)	-	-	(2.216)	135	-	(34.614)
Subtotal	(78.387)	-	-	(5.222)	149	-	(83.460)
Imobilizado em curso							
Máquinas e equipamentos	3.035	-	2.713	-	-	(2.713)	3.035
Móveis e utensílios	4.599	-	2.649	-	-	(2.649)	4.599
Subtotal	7.634	-	5.362	-	-	(5.362)	7.634
Total do imobilizado	42.038	-	5.362	(5.222)	(10)	-	42.168
Ativo de direito de uso							
Terrenos	82	30	74	(259)	-	73	-
Imóveis	8.660	(42)	-	(4.349)	-	(73)	4.196
Veículos e outros meios de transporte	588	-	-	(588)	-	-	-
Subtotal	9.330	(12)	74	(5.196)	-	-	4.196
Total	51.368	(12)	5.436	(10.418)	(10)	-	46.364

	31.12.2018	Adoção inicial IFRS 16	Remensuração	Adição	Depreciação/ Amortização	Reclassificação	Transferência	30.09.2019
Imobilizado em serviço								
Terrenos	30	-	-	-	-	-	-	30
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	9	-	-	-	-	-	-	9
Máquinas e equipamentos	62.354	-	(3.373)	-	-	-	1.361	60.342
Móveis e utensílios	50.665	-	(64)	-	-	-	298	50.899
Subtotal	113.058	-	(3.437)	-	-	-	1.659	111.280
Depreciação acumulada								
Máquinas e equipamentos	(44.517)	-	3.371	-	(3.543)	-	-	(44.689)
Móveis e utensílios	(29.712)	-	9	-	(2.124)	-	-	(31.827)
Subtotal	(74.229)	-	3.380	-	(5.667)	-	-	(76.516)
Imobilizado em curso								
Terrenos	(19)	-	-	-	-	19	-	-
Máquinas e equipamentos	4.159	-	-	-	-	261	(1.361)	3.059
Móveis e utensílios	3.523	-	-	1.648	-	(280)	(298)	4.593
Subtotal	7.663	-	-	1.648	-	-	(1.659)	7.652
Total do imobilizado	46.492	-	(57)	1.648	(5.667)	-	-	42.416
Ativo de direito de uso								
Terrenos	-	485	(188)	-	(180)	-	-	117
Imóveis	-	17.830	(4.988)	1.520	(4.407)	-	-	9.955
Veículos e outros meios de transporte	-	1.724	-	-	(852)	-	-	872
Subtotal	-	20.039	(5.176)	1.520	(5.439)	-	-	10.944
Total	46.492	20.039	(5.233)	3.168	(11.106)	-	-	53.360

As principais taxas de depreciação que refletem a vida útil dos ativos imobilizados anteriormente descritos, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015, são as seguintes:

ADMINISTRAÇÃO	%
Equipamento geral	6,25%
Equipamento geral de informática	16,67%
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	3,33%

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS**

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os ativos de direito de uso são amortizados em conformidade com vida útil definida em cada contrato. A tabela a seguir demonstra o prazo médio remanescente na data-base de 30 de setembro de 2020:

Ativo de direito de uso	Prazo médio contratual remanescente (anos)
Terrenos	0,00
Imóveis	1,10
Veículos e outros meios de transporte	0,00

15. Intangível

	30.09.2020				31.12.2019
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Valor líquido
Em Serviço					
Direito de uso da concessão	5.120.806	(2.914.119)	(306.227)	1.900.460	1.804.546
Software	333.980	(184.214)	-	149.766	126.476
Total	5.454.786	(3.098.333)	(306.227)	2.050.226	1.931.022

	Em serviço			
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2018	4.923.814	(2.588.226)	(320.602)	2.014.986
Baixas	(13.642)	9.861	-	(3.781)
Amortização	-	(213.441)	25.424	(188.017)
Transferência dos ativos contratuais	399.990	-	-	399.990
Transferências para ativo indenizável	(297.834)	-	-	(297.834)
Saldo em 30 de setembro de 2019	5.012.328	(2.791.806)	(295.178)	1.925.344
Saldo em 31 de dezembro de 2019	5.076.192	(2.858.217)	(286.953)	1.931.022
Baixas	(2.882)	1.738	-	(1.144)
Amortização	-	(241.854)	25.431	(216.423)
Transferência dos ativos contratuais	381.476	-	(44.705)	336.771
Saldo em 30 de setembro de 2020	5.454.786	(3.098.333)	(306.227)	2.050.226

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo de vencimento da concessão está alocado como ativo indenizável.

As principais taxas de amortização que refletem a vida útil regulatória, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015, são as seguintes:

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

DISTRIBUIÇÃO	%
Condutor de tensão inferior a 69kv	3,57%
Estrutura poste	3,57%
Transformador de distribuição aéreo	4,00%
Transformador de força	2,86%
Conjunto de medição (tp e tc)	4,35%
Painel	3,57%
Regulador de tensão inferior a 69kv	4,35%
Software	20,00%

16. Ativos contratuais

O ativo contratual (infraestrutura em construção) é o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47 - Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados sob o escopo do ICPC 01 (R1) – Contratos da Concessão, devem ser classificados como ativo contratual (infraestrutura em construção) pois a Companhia terá o direito de (i) cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos ou (ii) receber dinheiro ou outro ativo financeiro, pela reversão da infraestrutura do serviço público, apenas após a transferência dos bens em construção (ativo contratual) para intangível da concessão. O ativo contratual (infraestrutura em construção) é reconhecido inicialmente pelo valor justo na data de sua aquisição ou construção, o qual inclui custos de empréstimos capitalizados.

A Companhia agrega, mensalmente, os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos ao custo de construção da infraestrutura registrada no ativo contratual, considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) os juros são capitalizados durante a fase de construção da infraestrutura; (b) os juros são capitalizados considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) os juros totais capitalizados mensalmente não excedem o valor do total das despesas mensais de juros; e (d) os juros capitalizados são amortizados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o ativo intangível aos quais foram incorporados. Os juros foram capitalizados a uma taxa média de 4,86% a.a. nos períodos de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 e 5,48%a.a. no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

	30.09.2020		31.12.2019
	Custo	Obrigações especiais	Valor líquido
Em Curso			
Direito de uso da concessão	623.211	(222.901)	400.310
Software	94.903	-	94.903
Total	718.114	(222.901)	495.213
			452.277
			68.780
			521.057

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Em Curso		
	Custo	Obrigações especiais	Valor líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2018	609.066	(249.005)	360.061
Adições	519.569	(17.395)	502.174
Reclassificação	-	10.567	10.567
Capitalização de juros de empréstimos	9.713	-	9.713
Transferências para ativo intangível	(399.990)	-	(399.990)
Saldo em 30 de setembro de 2019	738.358	(255.833)	482.525
Saldo em 31 de dezembro de 2019	776.890	(255.833)	521.057
Adições	737.113	(11.773)	725.340
Capitalização de juros de empréstimos	701	-	701
Transferências para ativo intangível	(381.476)	44.705	(336.771)
Transferências para ativo indenizável	(415.114)	-	(415.114)
Saldo em 30 de setembro de 2020	718.114	(222.901)	495.213

17. Fornecedores e outros contas a pagar

	30.09.2020	31.12.2019
CIRCULANTE		
Compra de Energia (a)	196.156	479.625
Compra de Energia com partes relacionadas	158.468	1.242
Encargo de Uso da Rede	47.875	39.965
Encargo de Uso da Rede com partes relacionadas	422	360
Total energia	402.921	521.192
Materiais e serviços	290.027	308.398
Materiais e serviços com partes relacionadas	82.960	37.133
Total fornecedores	775.908	866.723

- a) A redução do saldo a pagar está principalmente relacionada à melhora do cenário hidrológico, impactando em menor custo com risco hidrológico e custos variáveis das usinas termoeletricas.

18. PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores

O STF decidiu em março de 2017 o tema 69 da repercussão geral e confirmou a tese de que o ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS. A União Federal apresentou embargos de declaração que estão pendentes de julgamento, buscando a modulação dos efeitos e alguns esclarecimentos.

A Companhia possui uma ação judicial e foi cientificada em abril de 2019 do trânsito em julgado da decisão proferida pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região, reconhecendo o seu direito à exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS a partir de maio de 2001.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Amparada nas avaliações de seus assessores legais e melhor estimativa, a Companhia constituiu ativo de PIS e de COFINS a recuperar que atualizado corresponde ao montante de R\$ 1.391.875 e passivo que atualizado corresponde ao montante de R\$ 1.442.369 (vide nota 9), por entender que os montantes a serem recebidos como créditos fiscais deverão ser repassados aos consumidores nos termos das normas regulatórias do setor elétrico, juntamente com o entendimento da Administração da Companhia sobre a neutralidade desse tributo nas tarifas cobradas aos consumidores. Os valores a serem devolvidos serão calculados líquidos de qualquer custo incorrido ou a ser incorrido pela Companhia. A Companhia está adotando os procedimentos de recuperação do crédito tributário de acordo com as previsões legais.

O repasse aos consumidores dependerá do efetivo aproveitamento do crédito tributário pela Companhia e será efetuado conforme normas regulatórias da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. A partir de maio de 2019, em conformidade com a decisão transitada em julgado, a Companhia passou a calcular os valores a recolher de PIS e da COFINS sem a inclusão do ICMS nas referidas bases de cálculo.

Em 17 de março a ANEEL iniciou procedimento de tomada de subsídios para colher informações para o tratamento regulatório a ser dado pelas distribuidoras com relação aos créditos tributários decorrentes de processos judiciais que versam sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. Ainda não há decisão definitiva sobre o tema. Diante do exposto, a Companhia vem efetuando a compensação do ativo com os tributos a pagar de acordo com as previsões legais, totalizando em 30 de setembro de 2020 o montante compensado de R\$ 79.930, e aguarda a definição da ANEEL acerca do mecanismo de repasse aos consumidores.

A seguir é apresentado o resumo dos impactos:

	Nota	30.09.2020	31.12.2019
PIS/COFINS - consumidores a restituir - tributo a compensar			
<u>Ativo circulante</u>	9	318.544	102.703
<u>Ativo não circulante</u>	9	1.073.331	1.347.161
Total do Ativo		1.391.875	1.449.864
PIS/COFINS - consumidores a restituir			
<u>Passivo circulante</u>		318.544	102.703
<u>Passivo não circulante</u>		1.123.825	1.318.164
Total do Passivo		1.442.369	1.420.867
		30.09.2020	31.12.2019
Receita financeira			
(+) PIS/COFINS - consumidores a restituir - tributo a compensar		21.941	-
(-) PIS/COFINS - consumidores a restituir		(21.941)	-

A seguir a movimentação do ativo e passivo de PIS/COFINS a restituir:

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Ativo	Passivo
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.449.864	1.420.867
Atualizações	21.941	21.941
Compensações	(79.930)	-
Outros	-	(439)
Saldo em 30 de setembro de 2020	1.391.875	1.442.369

19. Obrigações fiscais

	30.09.2020	31.12.2019
Imposto de renda e contribuição social a pagar		
Imposto de renda - IRPJ (a)	-	5.993
Contribuição social - CSLL a pagar (a)	804	11.957
Total	804	17.950

	30.09.2020			31.12.2019		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Obrigações fiscais federais						
REFIS IV - Federal (Previdenciário) (c)	1.339	4.127	5.466	1.513	5.798	7.311
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS (d)	40.279	-	40.279	23.023	-	23.023
Programa de integração social - PIS (d)	8.767	-	8.767	5.111	-	5.111
PIS/COFINS/IRRF/CS (Retidos na Fonte)	5.774	-	5.774	8.056	-	8.056
Outros tributos e contribuições	339	-	339	1.261	-	1.261
Subtotal - Federais	56.498	4.127	60.625	38.964	5.798	44.762
Obrigações fiscais estaduais						
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS (b)	110.680	-	110.680	125.040	-	125.040
Subtotal - Estaduais	110.680	-	110.680	125.040	-	125.040
Obrigações fiscais municipais						
Imposto sobre serviços - ISS	2.550	-	2.550	2.977	-	2.977
Outros tributos e contribuições	479	-	479	989	-	989
Subtotal - Municipais	3.029	-	3.029	3.966	-	3.966
Total outros tributos a pagar	170.207	4.127	174.334	167.970	5.798	173.768

- a) O saldo em 30 de setembro de 2020 é composto por provisões para imposto de renda no montante de R\$56.450 e contribuição social de R\$31.082 a pagar, líquidas das antecipações efetuadas no montante total de R\$87.532, sendo R\$56.450 de imposto de renda e R\$31.082 de contribuição social.
- b) O ICMS da Companhia é apurado e recolhido mensalmente, conforme Decreto nº 24.569/97. No 3º dia útil de cada mês, a área responsável pelo faturamento envia todos os relatórios do faturamento mensal do mês anterior, para que a área tributária realize a apuração do ICMS e o recolhimento no dia 20 do próprio mês.
- c) A Companhia aderiu, em 30 de setembro de 2009 o REFIS IV (Lei nº 11.941/2009) nos montantes de R\$ 25.075 e R\$ 20.692 sem redução e com redução respectivamente referentes a débitos federais previdenciários e tem como saldo a pagar no curto prazo no período findo em 30 de setembro de 2020 o montante de R\$ 1.339 (saldo de R\$1.513 em 31 de dezembro de 2019) e no longo prazo o montante de R\$ 4.127 (Saldo de R\$ 5.798 em 31 de dezembro de 2019), tendo sua última parcela a ser paga em dezembro de 2022 atualizada pela SELIC.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	30.09.2020
	REFIS IV FEDERAL
Saldo inicial	7.311
(-) Pagamento principal	(1.036)
(-) Pagamento juros	(937)
(+) Atualização	128
Saldo final	5.466
Circulante	1.339
Não circulante	4.127
Total do passivo	5.466

- d) O aumento dos tributos federais está relacionado com as determinações das Portarias nº 139, de 3 de abril de 2020 e nº 245 de 15 de junho de 2020.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Empréstimos e financiamentos

	Circulante			Não Circulante	Total Circulante + Não Circulante	Circulante			Não Circulante	Total Circulante + Não Circulante
	Encargos	Principal	Total			Encargos	Principal	Total		
Moeda estrangeira:										
União Federal – Bônus de Desconto (g)	67	-	67	6.452	6.519	29	-	29	4.606	4.635
União Federal – Bônus ao Par (g)	263	-	263	9.247	9.510	86	-	86	6.600	6.686
BNP 4131 (c)	3.216	402.459	405.675	-	405.675	306	286.971	287.277	-	287.277
SCOTIABANK 4131 (a)	1.050	208.283	209.333	-	209.333	-	-	-	-	-
TOKIO 4131 (b1)	80	178.807	178.887	-	178.887	-	-	-	-	-
TOKIO 4131 II (b2)	29	59.855	59.884	-	59.884	-	-	-	-	-
SCOTIABANK 4131 II (h)	1.432	169.584	171.016	-	171.016	-	-	-	-	-
Total moeda estrangeira	6.137	1.018.988	1.025.125	15.699	1.040.824	421	286.971	287.392	11.206	298.598
Moeda nacional:										
Financiamentos										
Eletrobrás (f)	-	5.192	5.192	4.557	9.749	-	6.065	6.065	8.233	14.298
BNDES FINAME (Capex 2012-2013) (e1)	14	4.121	4.135	7.212	11.347	18	4.120	4.138	10.303	14.441
BNDES FINAME (Capex 2012-2013) A	-	-	-	-	-	23	6.735	6.758	-	6.758
BNDES FINAME (Capex 2012-2013) B	-	-	-	-	-	25	6.735	6.760	-	6.760
BNDES FINAME (Capex 2012-2013) F (e2)	-	62	62	-	62	1	250	251	-	251
FINEP (i)	2	-	2	663	665	-	-	-	-	-
Financiamentos - Moeda nacional	16	9.375	9.391	12.432	21.823	67	23.905	23.972	18.536	42.508
Empréstimos										
BNB II (d)	2.893	35.229	38.122	305.542	343.664	1.321	29.433	30.754	311.988	342.742
Total de empréstimos e financiamentos	2.909	44.604	47.513	317.974	365.487	1.388	53.338	54.726	330.524	385.250
Total de empréstimos e financiamentos moeda nacional e moeda estrangeira	9.046	1.063.592	1.072.638	333.673	1.406.311	1.809	340.309	342.118	341.730	683.848

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação dos saldos referentes a empréstimos e financiamentos está assim apresentada:

	Moeda Nacional		Moeda Estrangeira	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Saldo em 31 de dezembro de 2018	673.858	390.484	115	10.759
Captações	200.000	79.445	-	-
Encargos provisionados	38.497	-	419	-
Encargos pagos	(28.041)	-	(277)	-
Variação monetária e cambial	-	9.704	-	803
Transferências	135.864	(135.864)	14	(14)
Amortizações	(573.776)	-	-	-
Saldo em 30 de setembro de 2019	446.402	343.769	271	11.548
Saldo em 31 de dezembro de 2019	54.726	330.524	287.392	11.206
Captações	33.079	-	500.000	-
Encargos provisionados	5.887	-	14.076	-
Encargos pagos	(4.365)	-	(9.019)	-
Variação monetária e cambial	-	6.788	232.617	4.552
Transferências	19.338	(19.338)	59	(59)
Amortizações	(61.152)	-	-	-
Saldo em 30 de setembro de 2020	47.513	317.974	1.025.125	15.699

A curva de amortização dos empréstimos e financiamentos do passivo não circulante se apresenta da seguinte forma:

30.09.2020						
2021	2022	2023	2024	2025	Após 2025	Total não Circulante
13.394	52.982	49.913	62.204	46.505	108.675	333.673

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS**

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

As principais características dos contratos de empréstimos e financiamentos estão descritas a seguir:

(i) Empréstimos e financiamentos obtidos durante os períodos de nove meses findo em 30 de setembro de 2020:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Tipo de Amortização	pagamento de Juros	Taxa efetiva a.a (%)	Finalidade	Garantia
SCOTIABANK 4131 (a)	150.000	07/01/2020	07/01/2021	Bullet	Semestral	USD + 2,14% a.a.	Capital de giro	N/A
TOKIO 4131 (b1)	150.000	18/03/2020	18/03/2021	Bullet	Semestral	USD + 1,22% a.a.	Capital de giro	N/A
TOKIO 4131 II (b2)	50.000	18/03/2020	18/03/2021	Bullet	Semestral	USD + 1,31% a.a.	Capital de giro	N/A
SCOTIABANK 4131 II (h)	150.000	01/04/2020	01/04/2021	Bullet	Semestral	USD + 1,67% a.a.	Capital de giro	N/A
FINEP (i)	663	17/04/2020	15/01/2030	Mensal	Mensal	TJLP + 1 % a.a.	Financiamento do CAPEX	Fiança bancária

Para mitigar o risco da variação cambial da captação realizada em moeda estrangeira, foram contratadas operações de *swap*, trocando taxas e valores pactuados em dólar por valores em reais. Os custos das operações de *swap* pactuadas encontram-se descritos abaixo:

Empréstimo	Custo swap
SCOTIABANK 4131 (a)	CDI + 0,19 a.a
TOKIO 4131 (b1)	CDI + 0,07 a.a
TOKIO 4131 II (b2)	CDI + 0,12 a.a
SCOTIABANK 4131 II (h)	CDI + 2,60 a.a

(ii) Empréstimos e financiamentos obtidos em exercícios anteriores e vigentes nos períodos de nove meses findo em 30 de setembro de 2020:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Tipo de Amortização	pagamento de Juros	Taxa efetiva a.a (%)	Finalidade	Garantia
União Federal – Bônus de Desconto (g)	2.430	07/04/2006	15/04/2024	Bullet	Semestral	USD + Libor +	Refinanciamento dívida	Recebíveis e conta reserva
União Federal – Bônus ao Par (g)	3.501	07/04/2006	15/04/2024	Bullet	Semestral	USD + 6,2% a.a.	Refinanciamento dívida	Recebíveis e conta reserva
Eletrobrás (f)	78.115	13/01/2009	30/10/2023	Mensal	Mensal	6% a.a.	Luz Para Todos	Recebíveis e nota promissória
BNDES FINAME (Capex 2012-2013) (e1)	37.091	26/08/2013	15/06/2023	Mensal	Mensal	3,00% a.a.	Financiamento do CAPEX	Recebíveis
BNDES FINAME (Capex 2012-2013) (e2)	1.086	27/06/2016	15/12/2020	Mensal	Mensal	TJLP	Financiamento do CAPEX	Recebíveis
BNP 4131 (c)	300.000	17/12/2019	17/12/2020	Bullet	Semestral	USD + 2,74% a.a.	Capital de giro	N/A
BNB II (d)	340.351	29/03/2018	15/04/2028	Mensal	Mensal	IPCA + 2,18% a.a.	Financiamento de projetos de ampliação e modernização	Fiança bancária, conta reserva e cessão Fiduciária

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nas operações de financiamento com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e nos empréstimos com Eletrobrás, BNP, Scotiabank e Tokio a Companhia comprometeu-se a cumprir as seguintes obrigações, durante a vigência dos contratos, as quais foram atendidas de forma apropriada em 30 de setembro de 2020:

Contratos	Obrigações Especiais Financeiras	Límite	Periodicidade de Apuração dos Índices
BNDES	Endividamento financeiro líquido / LAJIDA (máximo)	3,50	Anual
BNDES	Endividamento financeiro líquido / Endividamento financeiro líquido + Patrimônio líquido (máximo)	0,60	Anual
Eletrobrás	Dívida financeira líquida / LAJIDA (máximo)	3,00	Anual
BNP 4131	Dívida financeira líquida / LAJIDA (máximo)	3,50	Trimestral
Scotiabank 4131	Dívida financeira líquida / LAJIDA (máximo)	3,50	Semestral
TOKIO 4131	Dívida financeira líquida / LAJIDA (máximo)	3,50	Trimestral
TOKIO 4131 II	Dívida financeira líquida / LAJIDA (máximo)	3,50	Trimestral
Scotiabank 4131 II	Dívida financeira líquida / LAJIDA (máximo)	3,50	Semestral

BNDES

- Endividamento Financeiro Líquido é o Endividamento bancário de curto prazo mais Endividamento Bancário Longo Prazo menos o Disponível e Aplicações Financeiras (caixa e equivalente e títulos e valores mobiliários).
- LAJIDA é o lucro líquido antes do resultado financeiro, Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro, depreciação e amortização (últimos 12 meses).

Eletrobrás

- Dívida Financeira Líquida considera o endividamento total reduzindo o valor de caixa e equivalentes de caixa;
- LAJIDA para fins de cálculo dessa obrigação significa o lucro líquido antes do resultado financeiro, Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro, depreciação e amortização, provisões para contingências e para devedores duvidosos (últimos 12 meses).

BNP 4131

- Dívida Financeira Líquida considera o endividamento total reduzindo o valor de caixa e equivalentes de caixa;
- LAJIDA para fins de cálculo dessa obrigação significa Lucro antes do resultado financeiro, impostos, depreciação e amortização (últimos 12 meses).

SCOTIABANK 4131 E TOKYO 4131

- Dívida Financeira Líquida considera o endividamento total, reduzido do valor de caixa e equivalente de caixa;
- LAJIDA para fins de cálculo dessa obrigação significa Lucro antes do resultado financeiro, impostos, depreciação, amortização, provisões para contingências, para devedores duvidosos e baixas de títulos incobráveis. (Últimos 12 meses).

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Debêntures

	30.09.2020			31.12.2019		
	Circulante	Não circulante	Total Circulante + Não Circulante	Circulante	Não circulante	Total Circulante + Não Circulante
	Encargos	Principal		Encargos	Principal	
1ª Série 5ª emissão (a)	3.000	350.000	353.000	712	350.000	350.712
2ª Série 5ª emissão (b)	2.911	164.153	167.064	393	161.588	161.981
1ª Série 6ª emissão (c)	361	40.000	40.361	84	40.000	40.084
2ª Série 6ª emissão (d)	5.320	290.731	296.051	718	286.188	286.906
1ª Série 7ª emissão (e)	364	350.000	350.364	5.632	350.000	355.632
2ª Série 7ª emissão (f)	7.584	313.150	320.734	11.071	308.257	319.328
(-) Custo de transação	-	(11.907)	(11.907)	-	(14.056)	(14.056)
Total de debêntures	19.540	1.496.127	1.515.667	18.610	1.481.977	1.500.587

As debêntures são simples e não conversíveis em ações.

A movimentação dos saldos referentes a debêntures está assim apresentada:

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Circulante	Não circulante	Total
Em 31 de dezembro de 2018	1.761	811.380	813.141
Atualização monetária	-	19.235	19.235
Captações	-	650.000	650.000
Encargos provisionados	60.860	-	60.860
Encargos pagos	(38.728)	-	(38.728)
Constituição custo de transação	-	(5.555)	(5.555)
Apropriação custo de transação	-	1.871	1.871
Em 30 de setembro de 2019	23.893	1.476.931	1.500.824
Saldo em 31 de dezembro de 2019	18.610	1.481.977	1.500.587
Atualização monetária	-	12.001	12.001
Encargos provisionados	51.490	-	51.490
Encargos pagos	(50.560)	-	(50.560)
Apropriação custo de transação	-	2.149	2.149
Saldo em 30 de setembro de 2020	19.540	1.496.127	1.515.667

As principais características das debêntures, obtidas em exercícios anteriores e vigentes nos períodos de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, estão descritas a seguir:

Descrição	Valor do Ingresso	Data da emissão	Vencimento inicial	Vencimento final	pagamento de Juros	Taxa efetiva a.a (%)	Tipo de amortização	Quantidade de títulos	Finalidade
1ª Série 5ª emissão (a)	350.000	15/12/2017	15/12/2021	15/12/2022	Semestral	CDI+0,80% a.a	Anual	350	Implementação de programas de investimento
2ª Série 5ª emissão (b)	150.000	15/12/2017	15/12/2023	15/12/2024	Semestral	IPCA + 6,0013% a.a.	Anual	150	Implementação de programas de investimento
1ª Série 6ª emissão (c)	40.000	15/06/2018	15/06/2023	15/06/2023	Semestral	CDI+0,95% a.a	Bullet	40	Implementação de programas de investimento
2ª Série 6ª emissão (d)	270.000	15/06/2018	15/06/2024	15/06/2025	Semestral	IPCA + 6,1965% a.a.	Anual	270	Implementação de programas de investimento
1ª Série 7ª emissão (e)	350.000	15/03/2019	15/03/2022	15/03/2023	Semestral	CDI+0,5% a.a	Anual	350	Reperfilamento de dívidas
2ª Série 7ª emissão (f)	300.000	15/03/2019	15/03/2024	15/03/2024	Anual	IPCA + 4,50% a.a.	Bullet	300	Reperfilamento de dívidas

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

De acordo com a escritura de emissão das debêntures, a Companhia está sujeita à manutenção de determinados índices financeiros, calculados trimestralmente, com base em suas demonstrações (informações) contábeis. Nos períodos de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, a Companhia cumpriu com os referidos índices.

1ª Série e 2ª Série (5ª, 6ª e 7ª emissão)	
Obrigações especiais financeiras	Limite
Dívida financeira líquida / LAJIDA (máximo)	3,50

- Dívida Financeira Líquida considera o endividamento total, reduzido do valor de caixa e equivalente de caixa;
- LAJIDA para fins de cálculo dessa obrigação significa Lucro antes do resultado financeiro, impostos, depreciação, amortização, provisões para contingências, para devedores duvidosos e baixas de títulos incobráveis. (Últimos 12 meses).

A curva de amortização das debêntures do passivo não circulante se apresenta da seguinte forma:

	2021	2022	2023	2024	Após 2024	Total
1ª Série 5ª emissão	175.000	175.000	-	-	-	350.000
2ª Série 5ª emissão	-	-	89.153	75.000	-	164.153
1ª Série 6ª emissão	-	-	40.000	-	-	40.000
2ª Série 6ª emissão	-	-	-	155.731	135.000	290.731
1ª Série 7ª emissão	-	175.000	175.000	-	-	350.000
2ª Série 7ª emissão	-	-	-	313.150	-	313.150
(-) Custo de transação	(1.434)	(5.014)	(2.865)	(2.032)	(562)	(11.907)
Total a amortizar	173.566	344.986	301.288	541.849	134.438	1.496.127

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Obrigações por Arrendamentos

Os saldos nos períodos de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 das obrigações por arrendamentos são demonstrados como segue:

	30.09.2020	31.12.2019	Média ponderada de meses remanescentes	Tipo de Amortização	Encargos Financeiros
<u>Obrigações por arrendamento:</u>					
Terrenos	627	174	16,90	Mensal	de 4,01% a.a até 7,11% a.a
Imóveis	4.909	10.068	13,18	Mensal	de 4,01% a.a até 12,71% a.a
Veículos e outros meios de transporte	61	784	1,00	Mensal	8,97% a.a
Total	5.597	11.026			
Circulante	3.835	7.784			
Não circulante	1.762	3.242			
	5.597	11.026			

A curva de amortização das obrigações por arrendamentos do passivo não circulante se apresenta da seguinte forma:

	Não circulante		
	Principal	Juros	Total
2021 - 2022	1.254	(93)	1.161
2022 - 2023	259	(42)	217
2023 - 2024	139	(29)	110
2024 - 2025	93	(22)	71
2025 em diante	221	(18)	203
	1.966	(204)	1.762

A seguir é demonstrada a movimentação das obrigações por arrendamentos:

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS**

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Moeda Nacional		
	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	-	-
Adoção inicial - CPC 06 (R2)	8.855	11.184	20.039
Adições	-	1.520	1.520
Remensuração	(5.176)	-	(5.176)
Pagamentos de Principal	(4.155)	-	(4.155)
Pagamentos de Juros	(958)	-	(958)
Transferências	8.109	(8.109)	-
Encargos provisionados	932	-	932
Saldo em 30 de setembro de 2019	7.607	4.595	12.202
Saldo em 31 de dezembro de 2019	7.784	3.242	11.026
Adições	-	74	74
Remensuração	-	(12)	(12)
Pagamentos de Principal	(5.465)	-	(5.465)
Pagamentos de Juros	(371)	-	(371)
Transferências	1.542	(1.542)	-
Encargos provisionados	345	-	345
Saldo em 30 de setembro de 2020	3.835	1.762	5.597

23. Encargos setoriais

	30.09.2020	31.12.2019
Conta de desenvolvimento energético - CDE (Vide nota 8) (a)	311.830	311.830
Pesquisa e desenvolvimento- ("P&D")	40.253	33.445
Programa de Eficiência Energética- ("PEE")	55.670	54.192
Conta centralizadora de recursos de bandeira tarifária - CCRBT	-	10.223
Outros	12.073	3.845
Total	419.826	413.535
Circulante	325.467	341.208
Não Circulante	94.359	72.327

Os valores apresentados no passivo não circulante são exclusivamente programas de pesquisa e desenvolvimento e programas de eficiência energética.

(a) Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica. Conforme previsto na Resolução Homologatória nº 2.521, de 20 de março de 2019, o período de vigência da cobrança do encargo CDE-ACR se encerrou no mês de agosto de 2019. O saldo apresentado refere-se ao montante não compensado contabilmente proveniente de decisão liminar conforme comentado na nota 8.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Partes relacionadas

Natureza da transação	Parte relacionada	Vigência	30.09.2020				31.12.2019			Receita (Despesa)		Intangível
			Ativo circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Intangível	Ativo circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	30.09.2020	30.09.2019	30.09.2019
Benefícios pós-emprego	Fundação Coelce de Seguridade Social - FAELCE	Até o final da concessão	-	1.549	65.791	715	-	2.284	94.773	(4.528)	(8.024)	976
Comissão (Propaganda/publicidade/venda em fatura de energia)	ENEL X Brasil S.A.	Novembro de 2018 a Novembro de 2023	44	-	-	-	119	-	-	553	1.128	-
Prestação de serviços de desenvolvimento	ENEL X Brasil S.A.	Setembro de 2018 a Setembro de 2021	-	1.127	-	-	-	875	-	(819)	(2.430)	-
Prestação de serviços técnicos e gestão, conforme despacho nº 560 de 20 de fevereiro de 2020.	ENEL Brasil S.A.	Março de 2020 a Março de 2025	-	15.694	-	-	-	-	-	-	-	-
Compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial e de informática e telecomunicações, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo 12 da Resolução ANEEL nº 699/2016.	ENEL Brasil S.A.	Fevereiro de 2024	-	50.201	-	-	-	19.284	-	-	(6.615)	-
Suprimento de energia - CCEAR	ENEL Green Power Projetos I S.A.	Até o final da concessão	-	637	-	-	-	629	-	(5.835)	(5.398)	-
	ENEL Geração Fortaleza - CGTF		-	157.305	-	-	-	-	-	(967.209)	(833.145)	-
	ENEL Green Power Parapanema		-	81	-	-	-	77	-	(707)	(660)	-
	ENEL Green Power Mourão		-	23	-	-	-	22	-	(202)	(186)	-
	ENEL Green Power Cabeça de Boi S.A.		-	72	-	-	-	130	-	(506)	(495)	-
	ENEL Green Power Fazenda S.A.		-	37	-	-	-	50	-	(339)	(331)	-
	ENEL Green Power Cristalândia I Eólica S.A.		-	-	-	-	-	-	-	-	(161)	-
	ENEL Green Power Cristalândia II Eólica S.A.		-	-	-	-	-	-	-	-	(322)	-
	ENEL Green Power Salto Apiacas S.A.		-	118	-	-	-	128	-	(835)	(816)	-
	ENEL Green Power Morro do Chapéu I Eólica S.A.		-	101	-	-	-	107	-	(732)	(707)	-
ENEL Green Power Morro do Chapéu II Eólica S.A.	-	94	-	-	-	99	-	(679)	(655)	-		
Encargo de uso do sistema de transmissão	ENEL CIEN S.A.	Até o final da concessão	-	422	-	-	-	360	-	(2.517)	(2.677)	-
Consumo Próprio	ENEL Geração Fortaleza - CGTF	Até o final da concessão	3	-	-	-	1	-	-	56	67	-
Venda de energia excedente- MVE	ENEL Green Power Projetos I S.A.	Fevereiro de 2019 a Dezembro 2019	-	-	-	-	9.689	-	-	-	75.653	-
Dividendos	ENEL Brasil S.A.	Dezembro de 2019 a dezembro de 2020	-	122.438	-	-	-	61.219	-	-	-	-
Comissão de Fiança	ENEL Brasil S.A.	Abril de 2028	-	219	-	-	-	491	-	(804)	-	-
Mútuo	ENEL Finance International N.V.	Dezembro de 2018 a dezembro de 2019	-	-	-	-	-	-	-	-	(17.999)	-
Reembolso expatriados	ENEL SPA	Até o final da concessão	670	-	-	-	670	-	-	-	227	-
	CODENSA		-	168	-	-	-	71	-	(98)	-	-
	ENEL Italia		-	280	-	-	-	-	-	(199)	-	-
	ENEL AMERICAS		-	351	-	-	-	53	-	(298)	-	-
Manutenção de licenças dos sistemas Nostrum, Oracle, SAP e também serviços associados ao projeto de telemando LATAM	ENEL Global Infrastructure and Network	Até o final da concessão	-	865	-	-	-	1.845	-	(1.152)	(1.061)	-
	ENEL Itália		-	-	-	-	-	34	-	-	-	-
Compartilhamento de Recursos Humanos e Infraestrutura entre as partes relacionadas, conforme DESPACHO N° 338, de 06 de fevereiro de 2019.	ENEL Iberoamérica	Fevereiro de 2024	-	899	-	-	-	899	-	-	-	-
	ENEL Distribuição Rio - AMPLA		232	2.447	-	-	31	2.447	-	-	-	-
	ENEL Distribuição São Paulo - ELETROPOL		308	6.644	-	-	45	5.951	-	-	-	-
	ENEL CIEN S.A.		689	-	-	-	200	-	-	-	-	-
	ENEL Distribuição Goiás - CELG D		2.287	305	-	-	2.233	-	-	-	-	-
	ENEL Green Power Cachoeira Dourada S.A.		124	1.527	-	-	75	1.167	-	-	-	-
	ENEL Geração Fortaleza - CGTF		249	-	-	-	-	3.820	-	-	-	-
	ENEL Green Power Projetos I S.A.		412	-	-	-	147	-	-	-	-	-
	ENEL Green Power Brasil Participações LTDA		234	385	-	-	-	45	-	-	-	-
	ENEL Brasil S.A.		429	2.067	-	-	50	642	-	-	-	-
			5.683	366.056	65.791	715	13.260	102.729	94.773	(986.848)	(804.607)	976
			-	1.549	65.791	715	-	2.284	94.773	(4.528)	(8.024)	976
TOTAL DE PARTES RELACIONADAS			5.683	364.507	-	-	13.260	100.445	-	(982.320)	(796.583)	-

(-) Benefícios pós-emprego

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(*) A Companhia possui contratos de compartilhamento de recursos humanos das áreas de apoio, compartilhamento de custos de infraestrutura condominial, de informática e telecomunicação.

Os contratos foram firmados entre a Companhia e sociedades controladas, diretamente e indiretamente, pelo Grupo Enel no Brasil ("Companhias"), controlador da Companhia.

O compartilhamento visa otimizar os custos operacionais das Companhias seguindo os critérios de rateio e alocação de custos aprovados pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, nos termos do artigo 12 da resolução nº 699/2016 e do despacho nº338 de 06 de fevereiro de 2019.

Por se tratar de compartilhamento de custos, os gastos encontram-se registrados nas rubricas das respectivas naturezas que os representam, não constando no resultado da Companhia como transações entre partes relacionadas.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Remuneração da administração

A remuneração total do Conselho de Administração e dos administradores da Companhia nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e 30 de setembro de 2019 está demonstrada a seguir. A Companhia não possui remuneração baseada em ações e mantém, ainda, benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho.

	01.07.2020 a 30.09.2020	01.01.2020 a 30.09.2020	01.07.2019 a 30.09.2019	01.01.2019 a 30.09.2019
Benefícios de curto prazo (salários / encargos / benefícios / bônus)	1.333	3.784	1.109	4.120
Benefícios pós-emprego (previdência - contribuição definida)	14	40	20	94
Outros benefícios de longo prazo (bônus diferido - incentivo de longo prazo)	89	269	49	143
Total	1.435	4.093	1.178	4.357

25. Obrigações com benefícios pós-emprego

Os planos de assistência médica, FGTS e BD em 30 de setembro de 2020 estão representados abaixo:

	Benefício Definido	Contribuição Definida	Plano Médico	FGTS na aposentadoria	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-	-	73.297	23.760	97.057
Custo do serviço corrente	288	83	271	373	1.015
Custo dos juros líquidos	(58)	(9)	3.953	786	4.672
Contribuições reais do empregador	(812)	(143)	(2.810)	(1.669)	(5.434)
Ganho/Perda Atuarial	582	69	(7.371)	5.673	(1.047)
Saldo em 30 de setembro de 2020	-	-	67.340	28.923	96.263
Circulante					1.549
Não Circulante					94.714

	Benefício Definido	Contribuição Definida	Plano Médico	FGTS na aposentadoria	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	-	77.737	36.742	114.479
Custo do serviço corrente	141	94	-	909	1.144
Custo dos juros líquidos	(69)	(11)	5.152	1.649	6.721
Contribuições reais do empregador	(7.426)	-	-	(3.028)	(10.454)
Saldo em 30 de setembro de 2019	(7.354)	83	82.889	36.272	111.890
Circulante					2.285
Não Circulante					109.605

Informações relevantes dos benefícios pós-emprego

Conforme previsto no CPC 33 (R1) e IAS 19 (R), a avaliação atuarial é permitida em períodos intermediários, para refletir a ocorrência de mudanças significativas em condições de mercado e operacionais. Dessa forma, a Companhia procedeu com a atualização dos passivos, realizada por atuário independente para o período findo em 30 de setembro de 2020, reavaliando as premissas dos planos, bases cadastrais, inflação e taxa de juros (taxa de desconto). A avaliação atende os requerimentos estabelecidos pelo CPC 33(R1) equivalente a norma internacional de contabilidade IAS 19(R), e ao final do exercício a Companhia irá proceder ao cálculo atuarial anual completo, no qual revisará todas as premissas e bases cadastrais para aquela data.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(a) Ativos e passivos atuariais

	30.09.2020
<u>Obrigações com benefícios pós-emprego</u>	
Valor presente das obrigações atuariais	1.324.840
Valor justo dos ativos do plano	(1.443.721)
Efeito do limite para reconhecimento do ativo	215.144
Obrigações registradas com benefícios pós-emprego	96.263

(b) Movimentação do valor presente das obrigações atuariais:

	30.09.2020
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	1.364.639
Custo dos serviços correntes	1.015
Contribuição dos empregados	1.157
Custos dos juros	72.502
Benefícios pagos	(62.386)
Ganho atuarial	(52.087)
Valor presente da obrigação atuarial ao final do período	1.324.840

(c) Movimentação do valor justo dos ativos do plano:

	30.09.2020
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	1.467.833
Rendimento esperado dos ativos do plano	78.892
Contribuições dos empregados	1.157
Contribuições do empregador	5.434
Benefícios pagos	(62.386)
Perda atuarial gerada pelo rendimento efetivo dos ativos do plano	(47.209)
Valor justo dos ativos do plano ao final do período	1.443.721

(d) Movimentação do efeito de teto do ativo

	30.09.2020
Efeito do teto de ativo não reconhecido no início do exercício	200.251
Juros sobre o efeito do teto de ativo não reconhecido	11.062
Variação no teto de ativo não reconhecido no período corrente	3.831
	215.144

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS**

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(e) Movimentação contábil do passivo registrado é como segue:

	30.09.2020
Saldo do início do exercício	97.057
Custo dos serviços correntes conforme laudo atuarial	1.015
Juro líquidos conforme laudo atuarial	4.672
Pagamento de contribuições	(5.434)
Ajustes de avaliação atuarial	(1.047)
Saldo do final do período	96.263

(f) Despesas reconhecidas no resultado dos trimestres e períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e 2019:

	01.07.2020 a 30.09.2020	01.01.2020 a 30.09.2020	01.07.2019 a 30.09.2019	01.01.2019 a 30.09.2019
Custo do serviço corrente	338	1.015	382	1.144
Custos dos juros	1.557	4.672	2.240	6.721
Total de despesas	1.895	5.687	2.622	7.865

(g) Movimentações das remensurações atuariais reconhecidas em outros resultados abrangentes (ajuste de avaliação atuarial)

	30.09.2020
Saldo do início do exercício	-
Ganho atuarial gerado pela taxa de desconto	29.778
Ganho atuarial gerado pela experiência demográfica	22.309
Perda atuarial gerada pelo rendimento efetivo dos ativos do plano	(47.209)
Variação na restrição de reconhecimento do ativo	(3.831)
Saldo do final do período	1.047

(h) Composição dos investimentos do plano por segmento

	30.09.2020	%
Renda fixa	1.176.904	81,52%
Renda variável	114.330	7,92%
Investimentos imobiliários	121.574	8,42%
Outros	30.913	2,14%
Total do valor justo dos ativos do plano	1.443.721	100%

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS**

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(i) Premissas atuariais utilizadas

Especificação	Plano BD	Plano CD	Plano Médico	Plano FGTS
Taxa de desconto	7,64%	6,08%	7,28%	4,31%
Taxa de rendimento esperado dos ativos	7,64%	6,08%	N/A	N/A
Taxa de inflação esperada	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%
Reajuste de benefício concedidos de prestação continuada	4,00%	4,00%	N/A	N/A
Tábua de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000
Tábua de entrada em invalidez	Light-Média	Light-Média	Light-Média	Light-Média
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-49 + 6anos	AT-49 + 6anos	AT-49 + 6anos	N/A

(j) Estimativa da despesa para o 4º trimestre de 2020

Custo do serviços correntes	309
Custos dos juros líquidos	1.395
Total da despesa projetada para o 4º trimestre de 2020	1.704

O conjunto de hipóteses atuariais utilizado nos cálculos dos passivos posicionados em 30 de setembro de 2020 também foi utilizado na determinação da nova estimativa de despesa a ser reconhecida no 4º trimestre de 2020. Uma vez que este valor está calculado com uma nova taxa de desconto, e com base em uma nova avaliação atuarial, o valor para o último trimestre de 2020, difere daquele que foi projetado na avaliação de 31 de dezembro de 2019. As novas taxas de desconto são aquelas apresentadas no item (i) premissas atuariais utilizadas.

(k) Análise de sensibilidade das premissas atuariais

Com a finalidade de verificar o impacto nas obrigações atuariais, a Companhia realizou análise de sensibilidade das premissas atuariais considerando uma variação de 0,50%. O resultado da análise quantitativa em 30 de setembro de 2020 está demonstrado a seguir:

	Benefício Definido		Contribuição		Plano Médico		Plano de Pensão	
Taxa de Desconto	(+0,50%)	(-0,50%)	(+0,50%)	(-0,50%)	(+0,50%)	(-0,50%)	(+0,50%)	(-0,50%)
Impacto da obrigação do benefício definido	59.550	(65.130)	73	(77)	2.002	(1.890)	397	(424)
Total da obrigação do benefício definido	1.165.540	1.290.219	3.414	3.564	65.338	69.230	28.525	29.346

26. Provisão para processos judiciais e outros

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião de seus consultores legais, foram provisionados todos os processos judiciais cuja probabilidade de perda foi estimada como provável.

Provisões com risco provável

	31.12.2019	Adições	Reversões	Atualização Monetária	Pagamentos	30.09.2020
Trabalhistas	30.366	11.578	(11.673)	3.135	(2.730)	30.676
Cíveis	112.735	35.863	(32.896)	13.531	(18.423)	110.810
Regulatório	31.941	23.282	(5.197)	-	-	50.026
Total	175.042	70.723	(49.766)	16.666	(21.153)	191.512

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31.12.2018	Adições	Reversões	Atualização Monetária	Pagamentos	30.09.2019
Trabalhistas	31.582	12.423	(8.761)	1.471	(3.466)	33.249
Cíveis	114.149	32.470	(24.621)	12.537	(9.988)	124.547
Regulatório	14.675	19.208	(19)	2	(242)	33.624
Total	160.406	64.101	(33.401)	14.010	(13.696)	191.420

As contingências prováveis estão classificadas no passivo não circulante da Companhia.

a) Riscos trabalhistas

Estão relacionados à indenização por acidentes, responsabilidade solidária, adicional de periculosidade, verbas rescisórias, reintegração, abono salarial, diferenças salariais, horas extras, e outros processos trabalhistas.

b) Riscos cíveis

Engloba processos relacionados a pedidos de ressarcimento por reajuste tarifário supostamente ilegal, indenização por acidentes/morte com energia elétrica e por danos causados em razão de oscilação na tensão do fornecimento de energia elétrica, desapropriações, ações de menor complexidade com trâmite nos juizados especiais, suspensão do fornecimento e cobranças indevidas de valores.

c) Riscos regulatórios

c.1) Auto de Infração SFE-0032-18, tema Geração Distribuída, no valor original R\$ 13.035, após parecer da Procuradoria Federal favorável à Companhia, com recomendação de cancelamento da Não-Conformidade 3 (NC.3), houve a reversão do valor de R\$3.300. O valor restante R\$ 9.735 encontra-se provisionado. Após apreciação pela Diretoria da ANEEL o valor total das penalidades de multa em 30 de setembro de 2020 é R\$ 13.035 (R\$ 13.035 em 31 de dezembro de 2019) foi mantido. Está em avaliação o pagamento parcial da multa e judicialização do processo.

c.2) Auto de Infração nº 0002/2019-ARCE-SFE, tema Teleatendimento, a ANEEL decidiu, em processo da CEB na 7ª Reunião Pública Ordinária de 10/03/2020, que para a Não Conformidade NC.1, referente a "Falha no envio de informações solicitadas pela fiscalização" que é similar à Não Conformidade NC.1 do AI da Companhia, que tal Não Conformidade deveria ser cancelada visto que "a regulamentação não determina expressamente como deve funcionar o programa que calcula os indicadores de qualidade do serviço de teleatendimento neste nível de detalhamento". Portanto, houve a reversão do montante equivalente da Não-Conformidade 1 (NC.1) de R\$ 1.388. O valor restante R\$ 3.793 encontra-se provisionado. Em setembro de 2020, o Conselho Diretor da ARCE decidiu pelo parcial provimento do recurso, reduzindo o valor da multa aplicada pela ARCE para R\$ 3.793 em 30 de setembro de 2020 (R\$ 5.181 em 31 de dezembro de 2019). A Companhia apelou em segunda instância (ANEEL) e aguarda apreciação do recurso pela agência nacional.

c.3) Auto de Infração nº 0001/2020-ARCE-SFE referente a "Faturamento - pós migração de sistema", no valor de R\$ 284, integralmente provisionado, aguarda apreciação, pela ARCE, do recurso apresentado pela Companhia.

c.4) Auto de Infração nº 0002/2020-ARCE-SFE, relacionado à fiscalização dos indicadores de continuidade DEC FEC, no valor de R\$ 26.061. A Companhia efetuou provisão parcial do referido

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

auto no montante de R\$ 22.997 e aguarda apreciação, pela ARCE, do recurso apresentado pela Companhia.

c.5) Auto de Infração nº 0025/2013-ARCE-SFE, agravado pela ANEEL em segunda instância, com valor atual da multa R\$ 1.691 e valor provisionado de R\$ 1.297 em 30 de setembro de 2020 (R\$1.297 em 31 de dezembro de 2019), está em discussão no âmbito judicial.

c.6) Auto de Infração nº 0001/2019-ARCE-SFE, lavrado pela ARCE, que aplicou penalidade de multa em decorrência de não conformidades apuradas em ação fiscalizadora dos indicadores de Duração Equivalente de Reclamação – DER e de Frequência Equivalente de Reclamação a cada mil Unidades Consumidoras – FER, referentes ao ano de 2017.

Processos com probabilidade de perda classificada como possível

A Companhia está envolvida em outros processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível e, por esse motivo, nenhuma provisão sobre eles foi constituída. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos internos e externos da Companhia.

O total estimado de processos cuja probabilidade foi classificada como possível é de:

	30.09.2020	31.12.2019
Trabalhistas (a)	76.594	56.763
Cíveis (b)	1.278.693	1.150.107
Fiscais (c)	738.789	634.960
Juizados especiais	3.033	3.439
Regulatórios	8.147	-
Total	2.105.256	1.845.269

A Companhia apresenta a seguir os processos relevantes cujos consultores jurídicos estimam a probabilidade de perda como sendo possível e que não requerem constituição de provisão:

a) Trabalhistas

No âmbito trabalhista, refere-se a ações de empregados próprios e terceiros. Nesse caso, englobam ações de empresas terceirizadas ativas no mercado e/ou com contratos ativos. Também existem ações cujas teses possuem chances de mudanças em instâncias superiores, além de processos em fase inicial, sem decisão ainda.

b) Cíveis

No âmbito cível, refere-se a processos relacionados a reclamações consumeristas em sua grande maioria sendo ações de menor complexidade com trâmite nos juizados especiais, suspensão do fornecimento e cobranças indevidas de valores. Engloba, ainda, ações referentes a reajustes e revisões tarifárias, indenizações por danos materiais e/ou morais que envolva acidentes/morte com energia elétrica e por danos causados em razão de oscilação na tensão do fornecimento de energia elétrica. No âmbito da contingência ativa, temos ações de desapropriação e anulatórias de multas oriundas de órgão de defesa do consumidor ou agência reguladora.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Fiscal

Temas estaduais

No âmbito estadual, a Companhia discute substancialmente: (i) regime especial originado do termo de acordo nº 035/91; (ii) base cadastral de consumidores isentos, imunes e não tributáveis; (iii) crédito oriundo da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado e transferência de créditos; (iv) cancelamento de faturas; (v) estorno de crédito – consumidor baixa renda e outros; (vi) valor do imposto em determinadas operações; (vii) energia adquirida para consumo próprio e (viii) diferença entre valores contabilizados e valores informados nas declarações fiscais. Os montantes envolvidos totalizam R\$ 641.450 em 30 de setembro de 2020 (R\$ 528.164 em 31 de dezembro de 2019);

Um processo de transferência de crédito relativo ao item (iii) acima se encerrou em julho de 2020 favoravelmente à Companhia, no valor de R\$ 2.800.

Temas municipais

No âmbito fiscal municipal, a Companhia possui processos judiciais e administrativos com os Municípios de Fortaleza e Iguatu referentes ao ISS no valor atualizado de R\$ 38.868 e R\$ 4.599 em 30 de setembro de 2020 (R\$ 46.358 e R\$ 4.519 em 31 de dezembro de 2019). Há ainda alguns autos de infração lavrados pelos Municípios de Sobral, Ipueiras e Parambu envolvendo a Contribuição de Iluminação Pública. O valor atualizado desses autos em 30 de setembro de 2020 é de R\$ 4.208 (R\$ 7.580 em 31 de dezembro de 2019).

Temas federais

No âmbito federal, a Companhia possui processos administrativos e judiciais referentes a IRPJ, CSLL e COFINS que totalizam o valor de R\$ 36.157 em 30 de setembro de 2020 (R\$ 35.623 em 31 de dezembro de 2019);

Depósitos vinculados a litígios

A Companhia possui alguns depósitos vinculados às ações judiciais, os quais estão apresentados a seguir:

	30.09.2020	31.12.2019
Trabalhistas	18.528	18.921
Cíveis	23.810	24.975
Fiscais	3.776	3.652
Total	46.114	47.548

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social é de R\$ 892.246 em ações sem valor nominal e assim distribuídas:

	30.09.2020	31.12.2019
	(Em unidades)	(Em unidades)
Ações Ordinárias	48.067.937	48.067.937
Ações Preferenciais A	28.252.700	28.252.700
Ações Preferenciais B	1.534.662	1.534.662
Total	77.855.299	77.855.299

	Ações ordinárias (em unidades)		Ações preferenciais (em unidade)						Total (em unidades)	
	Total (I)		Classe A		Classe B		Total (II)		(I) + (II)	
Enel Brasil S.A.	47.064.245	97,91%	10.588.006	37,48%	424	0,03%	10.588.430	35,55%	57.652.675	74,05%
Eletrobras	-	0,00%	3.967.756	14,04%	1.531.141	99,77%	5.498.897	18,46%	5.498.897	7,06%
Onyx Latin América Equity Fund	-	0,00%	1.687.600	5,97%	-	0,00%	1.687.600	5,67%	1.687.600	2,17%
Fundo de Pensão - FAELCE	919.403	1,91%	25.655	0,09%	-	0,00%	25.655	0,09%	945.058	1,21%
Outros	84.289	0,18%	11.983.683	42,42%	3.097	0,20%	11.986.780	40,23%	12.071.069	15,51%
Total de Ações	48.067.937	100,00%	28.252.700	100,00%	1.534.662	100,00%	29.787.362	100,00%	77.855.299	100,00%

b) Capital social autorizado

Na forma do disposto no artigo 168 da Lei nº 6.404/76, o Estatuto Social, em seu artigo 5º, parágrafo primeiro, prevê que a Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, aumentar o seu capital social em até 300.000.000.000 de ações sem valor nominal, sendo 100.000.000.000 ações ordinárias, 193.352.996.180 ações preferenciais Classe A e 6.647.003.820 ações preferenciais Classe B. Salvo deliberação em contrário do Conselho de Administração, os acionistas não terão direito de preferência em qualquer emissão de ações, notas promissórias para distribuição pública, debêntures conversíveis em ações, ou bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores, subscrição pública ou permuta por ações em oferta de aquisição de controle, nos termos do artigo 172 da Lei nº 6.404/76.

c) Destinação dos resultados relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Em Assembleia Geral Ordinária - AGO realizada em 28 de abril de 2020, foi aprovada a destinação do resultado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a qual segue: (i) dividendo mínimo obrigatório no montante de R\$82.671. (ii) dividendo adicional proposto no montante de R\$82.671; reserva de reforço de capital de giro no montante de R\$167.832; do montante destinado a reforço de capital de giro, foi deliberada a capitalização de R\$84.000 pois as reservas ultrapassavam o capital social da Companhia. Os dividendos declarados serão pagos até 31 de dezembro de 2020.

d) Reserva legal

O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social.

e) Reserva de reforço de capital de giro

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

É composto pela parcela de lucros não distribuídos aos acionistas. A reserva de reforço de capital de giro é criada somente depois de considerados os requisitos de dividendo mínimo e seu saldo não pode exceder o montante do capital subscrito, conforme os termos do artigo 29, (ii), alínea d, do estatuto social da Companhia. A reserva de reforço de capital de giro pode ser usada na absorção de prejuízos, se necessário, para capitalização, pagamento de dividendos ou recompra de ações.

f) Reserva de incentivo fiscal

O saldo da reserva de incentivo fiscal apurado até 31 de dezembro de 2007 no montante de R\$ 106.323 foi mantido como reserva de capital e somente poderá ser utilizado conforme previsto na Lei nº 12.973/2014.

Em 14 de dezembro de 2016, a Companhia renovou o benefício fiscal da Sudene - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, que reduz 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis, calculado sobre o lucro da exploração, referente à atividade de distribuição de energia.

O processo de modernização foi comprovado perante a SUDENE, por meio de documentação e verificação pela visita técnica que a Companhia recebeu dos analistas da SUDENE, que se refere a modernização total na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Início do prazo de fruição do benefício: 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2025; Prazo total de fruição: 10 anos; Término do prazo de fruição do benefício: ano-calendário de 2025.

O valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução pelo benefício fiscal, não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas, sob pena de perda do incentivo e da obrigação de recolher, com relação a importância distribuída, o imposto que a Companhia tiver deixado de pagar, sem prejuízo da incidência do imposto sobre o lucro distribuído como rendimento e das penalidades cabíveis. Conforme determina o artigo 19, §§ 3º e 5º, do decreto – lei nº 1.598/77.

g) Reserva especial de ágio

A reserva de R\$ 221.188 foi constituída em função da reestruturação societária da Companhia, que resultou no reconhecimento do benefício fiscal diretamente no patrimônio, quando o ágio foi transferido para a Companhia por meio de incorporação, vide Nota 11.

h) Outros resultados abrangentes

A Companhia reconhece como outros resultados abrangentes a parte eficaz dos ganhos ou perdas dos instrumentos financeiros derivativos classificados como hedge de fluxo de caixa líquidos dos impostos, conforme composição abaixo.

	30.09.2020	31.12.2019
Ganho atuarial em benefícios pós-emprego	1.047	-
Tributos diferidos sobre ganho atuarial em benefícios pós-emprego	(356)	-
Perda de instrumentos financeiros derivativos	(2.212)	(517)
Tributos diferidos sobre perda instrumentos financeiros derivativos	752	176
Total	<u>(769)</u>	<u>(341)</u>

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS**

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

28. Lucro por ação

	01.07.2020 a 30.09.2020	01.01.2020 a 30.09.2020	01.07.2019 a 30.09.2019	01.01.2019 a 30.09.2019
Numerador (em R\$ mil)				
Lucro líquido do período atribuído aos acionistas da Companhia				
Lucro disponível aos acionistas ordinários	29.611	96.755	42.820	123.061
Lucro disponível aos acionistas preferenciais - Classe A	17.404	56.870	25.168	72.331
Lucro disponível aos acionistas preferenciais - Classe B	945	3.089	1.367	3.929
	<u>47.961</u>	<u>156.714</u>	<u>69.356</u>	<u>199.321</u>
Denominador (em unidades de ações)				
Número de ações ordinárias	48.067.937	48.067.937	48.067.937	48.067.937
Número de ações preferenciais - Classe A	28.252.700	28.252.700	28.252.700	28.252.700
Número de ações preferenciais - Classe B	1.534.662	1.534.662	1.534.662	1.534.662
	<u>77.855.299</u>	<u>77.855.299</u>	<u>77.855.299</u>	<u>77.855.299</u>
Percentual por ação				
Ações ordinárias	61,7401%	61,7401%	61,7401%	61,7401%
Ações preferenciais - classe A	36,2887%	36,2887%	36,2887%	36,2887%
Ações preferenciais - classe B	1,9712%	1,9712%	1,9712%	1,9712%
Resultado básico e diluído por ação (em R\$)				
Ação ordinária	0,6160	2,0129	0,8908	2,5601
Ação preferencial - Classe A	0,6530	2,1337	0,9443	2,7138
Ação preferencial - Classe B	0,6776	2,2142	0,9799	2,8162

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ação básico e diluído utilizando a quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41/IAS 33. O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. O lucro básico por ação equivale ao lucro por ação diluído, haja vista que não há instrumentos financeiros com potencial dilutivo. Os resultados por ação de exercícios anteriores são ajustados retroativamente, quando aplicável, para refletir eventuais capitalizações de bônus, agrupamentos ou desdobramentos de ações.

Não há diferença significativa entre o lucro por ação básico e o cálculo de lucro por ação diluído, uma vez que a Companhia não possui instrumentos patrimoniais emitidos com realização no período.

A cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

As ações preferenciais não têm direito a voto, nem são conversíveis em ações ordinárias. Entretanto, gozam de prioridade no reembolso do capital, tendo o direito a dividendos mínimos não cumulativos de 6% ao ano para as ações de classe "A" e 10% para as ações de classe "B", calculados sobre o valor proporcional do capital social atribuído à respectiva classe, corrigido ao término de cada exercício social.

As ações preferenciais de classe "B" poderão ser convertidas em ações preferenciais de classe "A", a requerimento do interessado.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

29. Receita líquida

a) Nos trimestres findos em 30 de setembro de 2020 e 2019

	01.07.2020 a 30.09.2020			01.07.2019 a 30.09.2019		
	Número de unidades consumidoras faturadas	MWh	R\$	Número de unidades consumidoras faturadas	MWh	R\$
Receita de prestação de serviço de distribuição de energia elétrica						
Classe de consumidores:						
Residencial	3.125.300	1.183.404	671.258	2.856.697	1.095.104	643.294
Industrial	6.255	159.177	178.328	5.614	169.365	166.670
Comercial	183.934	370.325	304.936	164.717	479.881	365.875
Rural	591.867	295.728	143.835	546.722	327.084	141.467
Poder público	34.709	116.914	94.320	34.270	162.107	107.880
Iluminação pública	11.169	154.057	27.870	10.940	110.552	52.242
Serviço público	4.512	69.474	48.708	3.833	78.293	48.891
Suprimento e revenda	2	2.827	177	2	2.705	174
Fornecimento faturado	3.957.748	2.351.906	1.469.432	3.622.795	2.425.091	1.526.493
Outras receitas - originadas de contratos com clientes						
Fornecimento não faturado			23.802			(3.386)
(-) DIC/FIC/DMIC/DICRI sobre TUSD Consumidores cativos e livres			(13.866)			(5.771)
Total receitas - originadas de contratos com clientes	3.957.748	2.351.906	1.479.368	3.622.795	2.425.091	1.517.336
Outras receitas						
Ativo e passivo financeiro setorial			40.456			(15.886)
Subvenção baixa renda			48.312			51.777
Subvenção de recursos da CDE			61.048			59.730
Receita de uso da rede elétrica-consumidores livres-revenda	430	569.924	64.953	317	559.412	101.910
Receita de construção			232.981			190.676
Venda de Energia Excedente - MVE			-			35.865
Outras receitas			31.746			27.235
Total outras receitas	430	569.924	479.496	317	559.412	451.307
Receita operacional bruta	3.958.178	2.921.830	1.958.864	3.623.112	2.984.503	1.968.643
Deduções da receita operacional bruta						
ICMS			(373.082)			(397.409)
COFINS - corrente			(109.070)			(113.901)
PIS - corrente			(23.680)			(24.728)
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE			(11.364)			(11.316)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE			(53.022)			(79.466)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE			(1.672)			(1.567)
ISS			(1.311)			(1.149)
Total das deduções da receita operacional bruta	-	-	(573.201)	-	-	(629.536)
Receita operacional líquida	3.958.178	2.921.830	1.385.663	3.623.112	2.984.503	1.339.107

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e 2019

	01.01.2020 a 30.09.2020			01.01.2019 a 30.09.2019		
	Número de unidades consumidoras faturadas	MWh	R\$	Número de unidades consumidoras faturadas	MWh	R\$
Receita de prestação de serviço de distribuição de energia elétrica						
Classe de consumidores:						
Residencial	3.125.300	3.572.494	1.735.069	2.856.697	3.368.597	1.887.581
Industrial	6.255	422.425	507.183	5.614	485.695	389.485
Comercial	183.934	1.168.756	951.611	164.717	1.438.583	957.990
Rural	591.867	830.265	400.585	546.722	883.904	344.824
Poder público	34.709	383.639	295.037	34.270	479.619	274.007
Iluminação pública	11.169	444.349	141.007	10.940	399.617	169.205
Serviço público	4.512	220.643	152.103	3.833	231.698	113.789
Suprimento e revenda	2	8.977	531	2	7.806	487
Fornecimento faturado	3.957.748	7.051.548	4.183.126	3.622.795	7.295.519	4.137.368
Outras receitas - originadas de contratos com clientes						
Fornecimento não faturado			222.705			204.263
(-) DIC/FIC/DMIC/DICRI sobre TUSD Consumidores cativos e livres			(19.936)			(21.749)
Total receitas - originadas de contratos com clientes	3.957.748	7.051.548	4.385.895	3.622.795	7.295.519	4.319.882
Outras receitas						
Ativo e passivo financeiro setorial			16.724			12.431
Subvenção baixa renda			208.735			141.337
Subvenção de recursos da CDE			184.491			180.051
Receita de uso da rede elétrica-consumidores livres-revenda	430	1.464.474	181.973	317	1.621.376	306.504
Receita de construção			726.041			522.454
Venda de Energia Excedente - MVE			11.466			94.357
Outras receitas			87.822			91.036
Total outras receitas	430	1.464.474	1.417.252	317	1.621.376	1.348.170
Receita operacional bruta	3.958.178	8.516.022	5.803.147	3.623.112	8.916.895	5.668.052
Deduções da receita operacional bruta						
ICMS			(1.113.399)			(1.108.925)
COFINS - corrente			(323.243)			(356.183)
PIS - corrente			(70.178)			(77.329)
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE			(33.357)			(32.337)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE			(129.461)			(271.902)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE			(4.466)			(4.466)
ISS			(3.916)			(2.439)
Total das deduções da receita operacional bruta	-	-	(1.678.360)	-	-	(1.853.581)
Receita operacional líquida	3.958.178	8.516.022	4.124.787	3.623.112	8.916.895	3.814.471

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

30. Receitas (custos/despesas) operacionais**a) Nos trimestres findos em 30 de setembro de 2020 e 2019**

	01.07.2020 a 30.09.2020					01.07.2019 a 30.09.2019				
	Custo do serviço	Despesa de vendas	Despesas gerais e Administrativas	Outras	Total	Custo do serviço	Despesa de vendas	Despesas gerais e Administrativas	Outras	Total
Pessoal	(26.490)	-	(11.139)	-	(37.629)	(27.145)	-	(14.700)	-	(41.845)
Material	(9.176)	-	(387)	-	(9.563)	(4.830)	-	(126)	-	(4.956)
Serviços de terceiros	(87.998)	(350)	(16.249)	-	(104.597)	(77.144)	(168)	(10.083)	-	(87.395)
Energia elétrica comprada para revenda	(695.548)	-	-	-	(695.548)	(709.287)	-	-	-	(709.287)
Encargos do uso do sistema de transmissão	(116.183)	-	-	-	(116.183)	(127.585)	-	-	-	(127.585)
(-) Ajustes referente ao alívio retroativo (I)	1.597	-	-	-	1.597	55.265	-	-	-	55.265
Depreciação e amortização	(72.272)	-	(3.376)	-	(75.648)	(58.135)	-	(3.752)	-	(61.887)
Custo na desativação de bens	(5.236)	-	-	-	(5.236)	(5.109)	-	-	-	(5.109)
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	-	(5.962)	-	-	(5.962)	-	(16.529)	-	-	(16.529)
Perda de recebíveis de clientes	-	(16.509)	-	-	(16.509)	-	(3.013)	-	-	(3.013)
Custo de construção	(232.981)	-	-	-	(232.981)	(190.676)	-	-	-	(190.676)
Provisão para processos judiciais e outros	-	-	7.146	-	7.146	-	-	(1.027)	-	(1.027)
Outras despesas operacionais	(4.564)	-	(14.767)	(4.803)	(24.134)	(3.873)	-	(5.607)	(1.713)	(11.193)
Receita de multas por impontualidade de clientes	-	-	-	2.268	2.268	-	-	-	7.555	7.555
Outras receitas operacionais	-	-	-	5.128	5.128	-	-	-	1.348	1.348
Subtotal	(1.248.851)	(22.821)	(38.772)	2.593	(1.307.851)	(1.148.519)	(19.710)	(35.295)	7.190	(1.196.334)

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e 2019

	01.01.2020 a 30.09.2020					01.01.2019 a 30.09.2019				
	Custo do serviço	Despesa de vendas	Despesas gerais e Administrativas	Outras	Total	Custo do serviço	Despesa de vendas	Despesas gerais e Administrativas	Outras	Total
Pessoal	(85.788)	-	(35.506)	-	(121.294)	(88.532)	-	(42.035)	-	(130.567)
Material	(21.399)	-	(1.163)	-	(22.562)	(12.487)	-	(484)	-	(12.971)
Serviços de terceiros	(266.053)	(1.223)	(41.175)	-	(308.451)	(222.043)	(1.092)	(43.515)	-	(266.650)
Energia elétrica comprada para revenda	(2.028.686)	-	-	-	(2.028.686)	(2.081.024)	-	-	-	(2.081.024)
Encargos do uso do sistema de transmissão	(270.826)	-	-	-	(270.826)	(288.445)	-	-	-	(288.445)
(-) Ajustes referente ao alívio retroativo (I)	52.302	-	-	-	52.302	82.604	-	-	-	82.604
Depreciação e amortização	(199.998)	-	(10.418)	-	(210.416)	(173.987)	-	(9.868)	-	(183.855)
Custo na desativação de bens	(16.942)	-	-	-	(16.942)	(12.315)	-	-	-	(12.315)
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	-	(118.751)	-	-	(118.751)	-	(51.628)	-	-	(51.628)
Perda de recebíveis de clientes	-	(26.430)	-	-	(26.430)	-	(13.002)	-	-	(13.002)
Custo de construção	(726.041)	-	-	-	(726.041)	(522.454)	-	-	-	(522.454)
Provisão para processos judiciais e outros	-	-	(20.957)	-	(20.957)	-	-	(30.700)	-	(30.700)
Outras despesas operacionais	(18.690)	-	(37.853)	(5.836)	(62.379)	(12.429)	-	(13.225)	(4.263)	(29.917)
Receita de multas por impontualidade de clientes	-	-	-	9.324	9.324	-	-	-	31.928	31.928
Outras receitas operacionais	-	-	-	6.749	6.749	-	-	-	3.847	3.847
Subtotal	(3.582.121)	(146.404)	(147.072)	10.237	(3.865.360)	(3.331.112)	(65.722)	(139.827)	31.512	(3.505.149)

I) O alívio financeiro retroativo ocorre quando há sobras de recursos do tratamento de exposições em função da diferença de preços entre os submercados para alívio de despesas com ESS. Os valores são calculados e repassados nas liquidações financeiras pela CCEE.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

31. Resultado financeiro

	01.07.2020 a 30.09.2020	01.01.2020 a 30.09.2020	01.07.2019 a 30.09.2019	01.01.2019 a 30.09.2019
Receitas financeiras				
Renda de aplicação financeira	1.994	4.115	3.418	10.716
Juros e atualização monetária sobre impontualidade de clientes	17.251	36.416	7.112	27.897
Marcação a mercado de ativo indenizável	24.792	35.029	8.154	69.245
Variação monetária de ativos financeiros setoriais	(1.459)	7.122	(8.311)	-
Variação cambial	1.292	6.283	1.190	2.113
Variação cambial de dívida	-	-	(16)	287
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Variação cambial	38.203	232.555	-	-
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Marcação a mercado	-	1.669	-	-
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - juros	-	-	1.253	4.486
Juros fundo de pensão	22	66	27	80
Outras receitas financeiras	1.112	2.400	1.443	4.166
(-) PIS/COFINS sobre receitas financeiras	(1.373)	(2.666)	(823)	(2.580)
Subtotal	81.834	322.989	13.447	116.410
Despesas financeiras				
Variação monetária de dívidas	(1.883)	(6.789)	(2.050)	(10.507)
Variação monetária de debêntures	(8.969)	(12.001)	(2.314)	(19.235)
Variação cambial de dívidas	(38.790)	(237.168)	-	-
Encargos de dívidas	(7.294)	(19.963)	(10.561)	(38.916)
Juros debêntures	(15.822)	(51.490)	(23.455)	(60.860)
Encargos fundo de pensão	(1.579)	(4.738)	(2.267)	(6.801)
Variação monetária de passivos financeiros setoriais	214	-	(1.853)	(1.853)
Atualização de provisão para processos judiciais e outros	(4.996)	(16.666)	(3.727)	(14.010)
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Variação cambial	(474)	(474)	-	-
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Juros	(231)	(4.050)	(1.594)	(5.411)
Juros capitalizados transferidos para o ativo contratual	111	702	1.958	9.713
Atualizações de impostos	(1.209)	(3.156)	(406)	(9.023)
Atualização P&D/PEE	(1.265)	(1.669)	(300)	(1.229)
IOF/IOC	-	(774)	(1)	(137)
Apropriação custo de transação	(716)	(2.149)	(716)	(1.871)
Comissão de fiança e seguro garantia	(2.173)	(5.893)	(1.721)	(4.619)
Custos pré-pagamento - BNDES	-	-	(2.347)	(2.347)
Outras despesas financeiras	(12.299)	(23.028)	(2.308)	(13.918)
Subtotal	(97.375)	(389.306)	(53.662)	(181.024)
Total do resultado financeiro	(15.541)	(66.317)	(40.215)	(64.614)

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

32. Imposto de renda e contribuição social

A reconciliação das provisões de imposto de renda e contribuição social, calculada pelas alíquotas fiscais vigentes, com os valores constantes na demonstração do resultado é apresentada abaixo:

a) Nos trimestres findos em 30 de setembro de 2020 e 2019

	01.07.2020 a 30.09.2020		01.07.2019 a 30.09.2019	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
a) Composição dos tributos no resultado:				
Na rubrica de tributos:				
Correntes	(15.308)	(5.525)	(30.667)	(9.222)
Diferidos	(411)	(136)	(365)	(117)
Incentivo fiscal	7.070	-	7.169	-
Total	(8.649)	(5.661)	(23.863)	(9.339)
b) Demonstração do cálculo dos tributos - despesa:				
Resultado antes dos tributos	62.271	62.271	102.558	102.558
Adições:				
Gratificação a administradores	635	635	219	219
Baixa de Crédito IRPJ/CSLL	-	-	301	301
Outras despesas indedutíveis	5	-	684	684
Total das adições	640	635	1.204	1.204
Base de cálculo	62.911	62.906	103.762	103.762
Alíquota nominal dos tributos	15%	9%	15%	9%
Alíquota adicional sobre o valor excedente a R\$ 20/mês	10%	-	10%	-
Despesa com tributos às alíquotas nominais	(15.719)	(5.661)	(25.935)	(9.339)
Incentivos fiscais	7.070	-	7.169	-
Reprocessamento de ultrapassagem de demanda e excedente reativos para ativos e passivo financeiros setoriais	-	-	(5.097)	-
Total da despesa com tributos	(8.649)	(5.661)	(23.863)	(9.339)
Alíquota efetiva	13,89%	9,09%	23,27%	9,11%

b) Nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e 2019

	01.01.2020 a 30.09.2020		01.01.2019 a 30.09.2019	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
a) Composição dos tributos no resultado:				
Na rubrica de tributos:				
Correntes	(86.219)	(31.082)	(51.899)	(21.684)
Diferidos	37.573	13.563	(2.856)	(986)
Incentivo fiscal	29.769	-	32.038	-
Total	(18.877)	(17.519)	(22.717)	(22.670)
b) Demonstração do cálculo dos tributos - despesa:				
Resultado antes dos tributos	193.110	193.110	244.708	244.708
Adições:				
Gratificação a administradores	1.507	1.507	1.077	1.077
Doações	24	24	26	26
Baixa de Crédito IRPJ/CSLL	-	-	5.335	5.335
Outras despesas indedutíveis	15	15	740	740
Total das adições	1.546	1.546	7.178	7.178
Base de cálculo	194.656	194.656	251.886	251.886
Alíquota nominal dos tributos	15%	9%	15%	9%
Alíquota adicional sobre o valor excedente a R\$ 20/mês	10%	-	10%	-
Despesa com tributos às alíquotas nominais	(48.646)	(17.519)	(62.954)	(22.670)
Incentivos fiscais	29.769	-	32.038	-
Reprocessamento de ultrapassagem de demanda e excedente reativos para ativos e passivo financeiros setoriais	-	-	8.199	-
Total da despesa com tributos	(18.877)	(17.519)	(22.717)	(22.670)
Alíquota efetiva	9,78%	9,07%	9,28%	9,26%

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Conforme o artigo 228 do Regulamento do Imposto de Renda, a alíquota do IRPJ é de 15% (quinze por cento) sobre 100% do lucro apurado, com adicional de 10% sobre a parcela do lucro que exceder R\$20 / mês.

A seguir a composição dos tributos diferidos:

	Balancos Patrimoniais		Demonstrações do resultado e resultado abrangente	
	30.09.2020	31.12.2019	30.09.2020	30.09.2019
IR e CS sobre diferenças temporárias	178.610	111.729	66.881	23.892
Perda esperada com crédito de liquidação duvidosa	93.723	42.133	51.590	7.810
Provisão para ações judiciais e regulatórias	65.114	59.514	5.600	10.545
Instrumentos financeiros derivativos	161	567	(406)	-
Outras	19.612	9.515	10.097	5.537
IR e CS diferidos sobre ajustes dos CPCs - Resultado	(149.850)	(137.980)	(11.870)	(23.499)
Ativo indenizável (concessão)	(150.163)	(138.254)	(11.909)	(23.543)
Correção monetária especial (CME) e complementar (CMC)	(1.492)	(1.531)	39	44
Diferido perdas de bens	1.805	1.805	-	-
Subtotal - impacto no resultado do período	28.760	(26.251)	55.011	393
IR e CS diferidos sobre ajustes dos CPCs - Resultado abrangente	61.509	61.289	220	102
Plano de pensão	60.758	61.114	(356)	-
Instrumentos financeiros derivativos	751	175	576	102
Total	90.269	35.038	55.231	495

A Companhia estima que os saldos em 30 de setembro de 2020, referentes aos impostos diferidos ativos, serão recuperados através de geração de lucros tributáveis futuros, de forma que não é esperada nenhuma perda na realização desses créditos.

33. Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro

Considerações gerais

A Companhia possui políticas de mitigação de riscos financeiros e adota estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Com essa finalidade, mantém sistemas gerenciais de controle e acompanhamento das suas transações financeiras e seus respectivos valores, com o objetivo de monitorar os riscos e oportunidades/condições de cobertura no mercado.

Fatores de risco

A linha de negócio principal da Companhia está concentrada na distribuição de energia elétrica em 184 municípios do Estado do Ceará. Sua estratégia está sintonizada com a gestão financeira que aplica melhores práticas para minimização de riscos financeiros, observando também os aspectos regulatórios. A Companhia identifica os seguintes fatores de riscos que podem afetar seu negócio:

a) Risco de crédito

Esse risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes ou de uma contraparte, em um instrumento financeiro, não cumprir com suas obrigações contratuais. Esses riscos são avaliados

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

como de baixa probabilidade, considerando a pulverização do número de clientes, o comportamento estatístico dos níveis de arrecadação e as políticas que estabelecem regras e limites para realizar operações com contrapartes. No caso de transações financeiras, essas políticas levam em consideração, dentre outras variáveis, a classificação de risco de crédito (*rating*) e valor do patrimônio líquido da contraparte.

	30.09.2020	31.12.2019
Caixa e equivalentes de caixa	493.735	91.605
Títulos e valores mobiliários	140.454	77.033
Instrumentos financeiros derivativos - swap	215.391	(15.399)
Consumidores e outras contas a receber	1.343.914	1.294.420
Ativos financeiros setoriais	-	73.540
Ativo indenizável (concessão)	2.822.270	2.372.127
	5.015.764	3.893.326

No caso dos créditos com consumidores, a Companhia tem o direito de interromper o fornecimento de energia caso o cliente deixe de realizar o pagamento de suas faturas, dentro de parâmetros e prazos definidos pela legislação e regulamentação específicas. A perda esperada com crédito de liquidação duvidosa é estabelecida em montante julgado suficiente, pela Administração da Companhia, para cobrir prováveis riscos de realização das contas a receber.

Os riscos relativos aos créditos setoriais e indenizáveis são considerados como bastante reduzidos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente, referente a custos não recuperados por meio de tarifa.

Em 30 de setembro de 2020, para o saldo de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, a Companhia possuía a seguinte exposição de ativos com as seguintes classificação de risco realizada pela Agencia Standard & Poor's (escala nacional):

Instrumentos Financeiros Derivativos	30.09.2020	31.12.2019
AA-	215.391	(15.399)
Total geral	215.391	(15.399)

Equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários	30.09.2020	31.12.2019
AAA	612.884	131.827
AA+	13	-
Total geral	612.897	131.827

b) Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento

Os processos de Revisão e Reajuste tarifários ordinários são garantidos por contrato de concessão e empregam metodologias previamente definidas nos Procedimentos de Regulação Tarifária (Proret). Contudo, podem ocorrer fatos que alterem o equilíbrio econômico-financeiro definido nos processos ordinários, que se atenderam aos critérios de admissibilidade e às evidências de desequilíbrio econômico-financeiro normatizados no Submódulo 2.9 do Proret

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(Resolução normativa nº 791, de 14 de novembro de 2017), poderão ensejar revisão tarifária extraordinária a pedido da distribuidora.

No caso de desequilíbrio econômico-financeiro da concessão, a Companhia pode requerer ao regulador a abertura de uma revisão tarifária extraordinária, ficando a realização desta a critério do regulador. A ANEEL também poderá proceder com revisões extraordinárias caso haja criação, alteração ou exclusão de encargos e/ou tributos, para repasse dos mesmos às tarifas. Os processos de reajuste e revisão tarifária de todas as concessionárias de distribuição de energia elétrica são efetuados segundo metodologia elaborada e publicada pela ANEEL e submetidos à avaliação pública. Alterações de metodologia nos reajustes ou nas revisões tarifárias propostas pelo regulador podem impactar de forma significativa a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia.

c) Risco de câmbio

Esse risco é proveniente da possibilidade de flutuações na taxa de câmbio, que possam acarretar em perdas para Companhia, como, a valorização de moedas estrangeiras frente ao real, que aumentaria as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos indexados ao dólar. De forma a evitar esse risco, em 30 de setembro de 2020, todas as dívidas indexadas ao dólar da Companhia possuem contratos de swap (Dólar para Real/Spread para CDI).

Passivos em Moeda Estrangeira

Empréstimos e Financiamento

Exposição Patrimonial

Ponta Ativa - Instrumentos Financeiros

Saldo em 30 de setembro de 2020

30.09.2020

1.040.824

1.040.824

(1.020.152)

20.672

A Companhia eventualmente se utiliza de instrumentos derivativos com o propósito único de proteção (hedge) dos riscos de variação cambial, não possuindo, portanto, objetivos especulativos na utilização desses instrumentos. Os instrumentos de proteção utilizados são *swaps* de moeda (câmbio) sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos.

A estratégia de proteção cambial é aplicada de acordo com o grau de previsibilidade da exposição, com a disponibilidade de instrumentos de proteção adequados e o custo-benefício de realizar operações de proteção (em relação ao nível de exposição e seus potenciais impactos):

- Proteção total: quando o montante e o prazo da exposição são conhecidos e indicam impacto potencial relevante;
- Proteção parcial: proteção para a parte cuja exposição é conhecida, caso seu impacto potencial seja relevante, e manter exposição na parcela na qual há incerteza (evitando-se posições especulativas);
- Proteção dinâmica: quando não há certeza sobre a exposição temporal, mas há impacto potencial relevante que possa ser identificado e parcialmente mitigado por posições contrárias equivalentes não especulativas.

d) Risco de encargos de dívida (taxas de juros e inflação)

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, como, indicadores de inflação,

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. Em 30 de setembro de 2020, a Companhia possuía 99% da dívida total indexada a taxas variáveis (CDI, IPCA, Libor e TJLP).

Em 30 de setembro de 2020, a Companhia possuía a seguinte exposição:

Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários	30.09.2020	%	31.12.2019	%
Selic	69.860	11,40%	4.502	3%
CDI	541.525	88,35%	124.247	94%
Pré-Fixado	1.512	0,25%	3.078	2%
Total	612.897	100%	131.827	100%

Ativo Financeiro Indenizável	30.09.2020	%	31.12.2019	%
IPCA	2.822.270	100%	2.372.127	100%
Total	2.822.270	100%	2.372.127	100%

Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Derivativos	30.09.2020	%	31.12.2019	%
Taxa fixa	23.342	0,86%	23.556	1,07%
TJLP	728	0,03%	13.767	0,63%
CDI	1.548.486	57,21%	1.046.917	47,59%
IPCA	1.127.512	41,66%	1.110.959	50,50%
Libor	6.519	0,24%	4.635	0,21%
Total	2.706.587	100,00%	2.199.834	100,00%

Em relação à eventual exposição de ativos e passivos relevantes às variações de mercado (câmbio, taxas de juros e inflação), a Companhia adota como estratégia a diversificação de indexadores e, eventualmente, se utiliza de instrumento financeiros derivativos para fins de proteção, à medida em que se identifique esta necessidade e haja condições de mercado adequadas que o permita.

e) Risco de liquidez

Com o intuito de assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações de maneira conservadora, a gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimos prazos, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez.

A liquidez da Companhia é gerida através do monitoramento dos fluxos de caixa previstos e realizados com o objetivo de se precaver das possíveis necessidades de caixa no curto prazo. A Companhia mantém linha de crédito bancária para captação de recursos para capital de giro e para empréstimos que julgue adequados, através de contrato firmado, cujo montante em 30 de setembro de 2020 é de R\$ 80.000.

Adicionalmente, a Companhia possui limite de mútuo com sua controladora Enel Brasil aprovados pela ANEEL, por meio do Despacho Nº 2.979, até 11 de dezembro de 2022 no valor de até R\$ 800.000.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (empréstimos e debêntures detalhados nas Notas 20 e 21 deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários detalhados nas Notas 5 e 6, e pelo patrimônio líquido da Companhia (que inclui capital emitido, reservas e lucros acumulados conforme apresentado na Nota 27).

O índice de endividamento nos períodos de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 é de 39% (39% em 31 de dezembro de 2019), calculado pela razão entre dívida líquida e patrimônio líquido mais dívida líquida.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	30.09.2020	31.12.2019
Empréstimos e financiamentos (Nota 20)	1.406.311	683.848
Debentures (Nota 21)	1.515.667	1.500.587
Instrumentos financeiros derivativos - Swap (Nota 33)	(215.391)	15.399
Dívida	2.706.587	2.199.834
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	(493.735)	(91.605)
Títulos e valores mobiliários (Nota 6)	(140.454)	(77.033)
Dívida líquida (a)	2.072.398	2.031.196
Patrimônio líquido (b)	3.187.666	3.114.051
Índice de endividamento líquido (a/[a+b])	39%	39%

As tabelas abaixo apresentam informações sobre os vencimentos futuros dos empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia que estão sendo considerados no fluxo de caixa projetado:

	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
Saldo em 30 de setembro de 2020						
Empréstimos e Financiamentos Pré-fixados	2.649	409.894	629.405	23.186	-	1.065.133
Empréstimos e Financiamentos Pós-fixados	98	48	43.994	208.481	123.299	376.921
Debêntures	-	19.585	41.286	1.660.165	-	1.721.035
Total	2.746	429.527	714.685	1.891.831	123.299	3.162.089

Valorização dos instrumentos financeiros

O método de mensuração utilizado para cálculo do valor de mercado dos instrumentos financeiros foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses ativos e passivos, taxas de mercado vigentes e respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço:

			30.09.2020		31.12.2019	
	Categoria	Nível	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo						
Caixa e equivalente de caixa	Valor justo por meio de resultado	2	493.735	493.735	91.605	91.605
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio de resultado	2	140.454	140.454	77.033	77.033
Cauções e depósitos	Custo amortizado	2	29.696	29.696	23.963	23.963
Consumidores e outras contas a receber	Custo amortizado	2	1.343.914	1.343.914	1.294.420	1.294.420
Ativos financeiros setoriais	Custo amortizado	2	-	-	73.540	73.540
Instrumentos financeiros derivativos - swap	Valor justo por meio do Patrimônio Líquido	2	217.786	217.786	-	-
Ativo indenizável (concessão)	Valor justo por meio de resultado	3	2.822.270	2.822.270	2.372.127	2.372.127
Total do ativo			5.047.855	5.047.855	3.932.688	3.932.688
Passivo						
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	Custo amortizado	2	365.487	314.671	385.250	331.077
Debêntures em moeda nacional	Custo amortizado	2	1.515.667	1.527.574	1.500.587	1.514.643
Empréstimos, financiamentos em moeda estrangeira	Custo amortizado	2	1.040.824	1.038.546	298.598	300.844
Instrumentos financeiros derivativos - swap	Valor justo por meio do Patrimônio Líquido	2	2.395	2.395	13.730	13.730
Instrumentos financeiros derivativos - swap	Valor justo por meio de resultado	2	-	-	1.669	1.669
Arrendamentos	Custo amortizado	2	5.597	5.597	11.026	11.026
Passivos financeiros setoriais	Custo amortizado	2	327.903	327.903	-	-
Fornecedores	Custo amortizado	2	775.908	775.908	866.723	866.723
Total do passivo			4.033.781	3.992.594	3.077.583	3.039.712

As aplicações financeiras (classificadas tanto como caixa e equivalentes de caixa quanto títulos e valores mobiliários) aproximam-se dos valores de mercado, pois são efetuadas a juros pós-fixados.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Valor justo hierárquico

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- **Nível 1** - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo;
- **Nível 2** - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado;
- **Nível 3** - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

As operações de derivativos, quando realizadas, são para proteger o caixa da Companhia. A contratação dos derivativos é realizada com bancos que possuem *investment grade* (escalas locais das principais agências de riscos) com “*expertise*” necessária para as operações, evitando-se a contratação de derivativos especulativos.

Para as rubricas empréstimos, financiamentos e debêntures, o método de mensuração utilizado para o cálculo do valor de mercado foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses passivos e taxas de mercado vigentes, respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

A rubrica ativo financeiro da concessão é mensurada através da base de remuneração dos ativos da concessão, conforme legislação vigente estabelecida pelo órgão regulador (ANEEL), e leva em consideração as alterações no fluxo de caixa estimado, tomando por base principalmente os fatores como preço novo de reposição e atualização pelo IPCA. Os fatores relevantes para mensuração do valor justo não são observáveis e não existe mercado ativo. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3.

Para as demais rubricas, o valor contábil dos instrumentos financeiros é uma aproximação razoável do valor justo. Logo, a Companhia optou por divulgá-los com valores equivalentes ao valor contabilizado.

Instrumento financeiro derivativo

A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo exclusivo de proteção econômica e financeira, conforme demonstrados abaixo:

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Derivativos
Saldos em 31 de dezembro de 2018	86
Efeito no resultado financeiro	(925)
Marcação a mercado no patrimônio líquido	(301)
Pagamento de juros	690
Saldos em 30 de setembro de 2019	(450)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	(15.399)
Efeito no resultado financeiro	228.031
Marcação a mercado no resultado	1.669
Marcação a mercado no patrimônio líquido	(1.695)
Pagamento de juros	2.785
Saldos em 30 de setembro de 2020	215.391

Em janeiro de 2020 houve a reversão da marcação a mercado do instrumento financeiro com o Scotiabank realizada em dezembro de 2019. Em janeiro de 2020, quando ocorreu o desembolso do objeto protegido, o instrumento financeiro passou a ser classificado como Cash Flow Hedge, passando a marcação a mercado a ser contabilizada no patrimônio, sendo necessária a reversão da despesa de R\$ 1.669.

Os valores da curva e de mercado do instrumento financeiro (*swap*) em 30 de setembro de 2020 estão dispostos abaixo:

Derivativo	Valor justo (contábil)	Valor da curva	Diferença	Valor de referência (Notional) BRL	Categoria
Fixo (USD) x DI 17.12.19 BNP	103.057	103.668	(611)	300.000	Valor justo por meio do Patrimônio Líquido
Fixo (USD) x DI 17.12.19 Scotiabank	58.372	58.559	(187)	150.000	Valor justo por meio do Patrimônio Líquido
Fixo (USD) x DI 18.03.20 TOKIO	28.297	28.794	(497)	150.000	Valor justo por meio do Patrimônio Líquido
Fixo (USD) x DI 18.03.20 TOKIO	9.103	9.851	(748)	50.000	Valor justo por meio do Patrimônio Líquido
Fixo (USD) x DI 17.12.19 Scotiabank II	16.562	17.204	(642)	150.000	Valor justo por meio do Patrimônio Líquido
Total	215.391	218.076	(2.685)	800.000	

A estimativa de valor de mercado das operações de *swap* foi elaborada baseando-se no modelo de fluxos futuros a valor presente, descontados a taxas de mercado apresentadas pela B3 na posição de 30 de setembro de 2020.

A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo exclusivo de proteção econômica e financeira, conforme demonstrados a seguir:

Contraparte	Data dos contratos	Data de vencimento	Posição	30.09.2020	Valores de referência	
					Moeda local	
Contrato de swap					31.12.2019	
BNP	17/12/2019	17/12/2020	CDI + 0,26% aa	103.057	(13.730)	
Scotiabank	07/01/2020	07/01/2021	CDI + 0,19% aa	58.372	(1.669)	
TOKIO	18/03/2020	18/03/2021	CDI + 0,07% aa	28.297	-	
TOKIO II	18/03/2020	18/03/2021	CDI + 0,12% aa	9.103	-	
Scotiabank II	01/04/2020	01/04/2021	CDI + 2,60% aa	16.562	-	

Análise de sensibilidade suplementar sobre instrumentos financeiros

Essas análises têm por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

nos instrumentos financeiros da Companhia. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade nos saldos das dívidas da Companhia em 30 de setembro de 2020 estabelecida através das variações nas despesas financeiras para os próximos 12 meses considerando a sensibilização da curva futura dos indicadores financeiros divulgados pela B3. Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável (índices projetados divulgados pela B3).

Ativos	Risco	Base	Cenários projetados - Set. 2021		
		30.09.2020	Provável	Adverso	Remoto
Caixa, equivalentes de caixa e TVMs	Redução da SELIC	69.860	1.939	1.454	970
Caixa, equivalentes de caixa e TVMs	Redução do CDI	541.525	15.034	11.276	7.517
Caixa, equivalentes de caixa e TVMs	Pré-fixado	1.512	1.512	1.134	756
Ativo indenizável	Redução do IPCA	2.822.270	97.086	72.815	48.543
Instrumentos financeiros derivados	Alta do CDI	(804.761)	(8.951)	(24.516)	(28.371)
Instrumentos financeiros derivados	Alta do Dólar	1.020.152	116.414	494.871	664.886
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Pré-fixado	(9.190)	(888)	(901)	(901)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta do Dólar	(1.034.304)	(119.034)	(502.797)	(675.469)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta da TJLP	(727)	(39)	(49)	(57)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta do CDI	(743.725)	(21.693)	(25.495)	(29.540)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta do IPCA	(1.127.513)	(71.952)	(78.810)	(84.648)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta da Libor	(6.519)	(1.080)	(3.500)	(4.756)
			8.348	(54.518)	(101.071)

Em seguida, apresenta-se a análise de sensibilidade estabelecida com o uso de cenários e projeções em relação a eventos futuros relativos ao comportamento do swap da Companhia:

Contrato	Provável	Cenário + 25%		Cenário + 50%	
		Cenário	Efeito líquido no resultado	Cenário	Efeito líquido no resultado
BNP 4131	35.901	177.225	141.324	235.834	199.933
SWAP BNP 4131 PA	(35.812)	(176.784)	(140.972)	(235.247)	(199.435)
SWAP BNP 4131 PP	1.649	6.937	5.288	8.186	6.537
Scotiabank 4131	23.512	99.813	76.301	133.389	109.877
SWAP Scotiabank 4131 PA	(23.448)	(99.541)	(76.093)	(133.025)	(109.577)
SWAP Scotiabank 4131 PP	1.074	3.721	2.647	4.406	3.332
TOKIO 4131	24.592	95.753	71.161	130.083	105.491
TOKIO 4131 SWAP PA	(24.443)	(95.174)	(70.731)	(129.296)	(104.853)
TOKIO 4131 SWAP PP	1.561	4.234	2.673	5.047	3.486
TOKIO 4131 II	8.260	32.110	23.850	43.603	35.343
TOKIO 4131 II SWAP PA	(8.130)	(31.604)	(23.474)	(42.916)	(34.786)
TOKIO 4131 II SWAP PP	533	1.436	903	1.707	1.174
Scotiabank II 4131	24.731	92.327	67.596	125.159	100.428
SWAP Scotiabank II 4131 PA	(24.581)	(91.768)	(67.187)	(124.401)	(99.820)
SWAP Scotiabank II 4131 PP	4.134	8.188	4.054	9.024	4.890
Total	9.533	18.126	12.877	21.771	16.522

Conforme demonstrado acima, as variações do dólar sobre a parcela da dívida coberta pelo swap são compensadas quase que inteiramente pelo resultado de sua ponta ativa.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

34. Compromissos

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia acontecerão nos valores de R\$849.096 em 2020, R\$3.510.411 em 2021, R\$3.645.907 em 2022, R\$3.767.023 em 2023 e R\$49.174.381 após 2023.

Estes contratos representam o volume total contratado pelo preço corrente nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 que foram homologados pela ANEEL.

35. Participação nos resultados

Nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e 2019, a provisão de participação nos resultados (regime de competência) foi de R\$ 12.627 e R\$ 8.294, respectivamente.

36. Cobertura de seguros

Os principais ativos em serviço da Companhia estão segurados por uma apólice de risco operacional e também o seguro de responsabilidade civil que faz parte do programa de seguros corporativos do Grupo Enel Brasil. A Administração da Companhia considera que os montantes são adequados.

Riscos	Data de vigência		Importância segurada	Limite máximo de garantia sinistro
	De	Até		
Risco operacional	01/11/2019	31/10/2020	R\$ 1.073.107	R\$ 4.441.200
Responsabilidade civil	01/11/2019	31/10/2020	N/A	R\$ 79.642

37. Informações complementares às demonstrações dos fluxos de caixa

As principais transações que não impactaram caixa e equivalentes de caixa:

	30.09.2020	30.09.2019
Adoção inicial (CPC 06 R2) (nota 14)	-	20.039
Remensuração de ativos (CPC 06 R2) (nota 14)	(12)	(5.176)
Compensações de PIS e COFINS (nota 18)	(79.930)	-

A Companhia classifica os juros pagos e recebidos como atividade operacional (juros de dívidas e aplicações financeiras, dentre outros), com exceção aos juros pagos que são capitalizados como parte do custo de construção da infraestrutura, os quais são classificados como desembolso de caixa, nas atividades de investimento (adições do ativo de contrato).

A seguir é demonstrada a conciliação dos pagamentos de juros alocados por atividade nas demonstrações dos fluxos de caixa:

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	30.09.2020	30.09.2019
Pagamentos de juros apresentados nas atividades operacionais	(12.683)	(18.605)
Pagamentos de juros apresentados nas atividades de investimentos (juros capitalizados)	(701)	(9.713)
	(13.384)	(28.318)

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

KPMG Auditores Independentes
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações
trimestrais - ITR

Aos Diretores da
Companhia Energética do Ceará – Coelce
Fortaleza – CE

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Companhia Energética do Ceará – Coelce (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2020, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária e a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Outros assuntos - Valores correspondentes

Os valores correspondentes relativos ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 19 de fevereiro de 2020, sem modificação, e às demonstrações do resultado e do resultado abrangente dos períodos de três e nove meses e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses do trimestre findo em 30 de setembro de 2019 foram anteriormente revisados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 25 de outubro de 2019, sem modificação. Os valores correspondentes relativos às demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019 foram submetidos aos mesmos procedimentos de revisão por aqueles auditores independentes e, com base em sua revisão, aqueles auditores emitiram relatório reportando que não tiveram conhecimento de nenhum fato que os levasse a acreditar que a DVA não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 29 de outubro de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Alexandre Vinicius Ribeiro de Figueiredo
Contador CRC RJ-092563/O-1

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os diretores da Companhia Energética do Ceará ("Enel Distribuição Ceará" ou "Companhia"), inscrita no CNPJ/MF Nº 07.047.251/0001-70, com sede na Rua Padre Valdevino nº 150, Bairro Centro, Fortaleza - CE, nos termos e para fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no Relatório dos Auditores Independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes, bem como reviram, discutiram e concordam com as informações trimestrais da Companhia referente ao terceiro trimestre de 2020.

Fortaleza, 29 de outubro de 2020.

Diretor Presidente - Charles de Capdeville
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores - Teobaldo José Cavalcante Leal
Diretor de Recursos Humanos e Organização - Alain Rosolino
Diretor de Relações Institucionais - José Nunes de Almeida Neto
Diretora de Comunicação - Janaina Savino Vilella Carro
Diretor de Regulação - Luiz Antonio Correa Gazulha Junior
Diretora Jurídica - Cristine de Magalhães Marcondes
Diretora de Compras - Margot Frota Cohn Pires
Diretor Administrativo e de Planejamento e Controle - Teobaldo José Cavalcante Leal
Diretor de Operações de Infra-Estrutura e Redes - Eduardo Gomes de Paula
Diretor de Planejamento e Engenharia - Charles de Capdeville
Diretora de Mercado - Márcia Sandra Roque Vieira Silva

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Os diretores da Companhia Energética do Ceará ("Enel Distribuição Ceará" ou "Companhia"), inscrita no CNPJ/MF Nº 07.047.251/0001-70, com sede na Rua Padre Valdevino nº 150, Bairro Centro, Fortaleza - CE, nos termos e para fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no Relatório dos Auditores Independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes, bem como reviram, discutiram e concordam com as informações trimestrais da Companhia referente ao terceiro trimestre de 2020.

Fortaleza, 29 de outubro de 2020.

Diretor Presidente - Charles de Capdeville

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores - Teobaldo José Cavalcante Leal

Diretor de Recursos Humanos e Organização - Alain Rosolino

Diretor de Relações Institucionais - José Nunes de Almeida Neto

Diretora de Comunicação - Janaina Savino Vilella Carro

Diretor de Regulação - Luiz Antonio Correa Gazulha Junior

Diretora Jurídica - Cristine de Magalhães Marcondes

Diretora de Compras - Margot Frota Cohn Pires

Diretor Administrativo e de Planejamento e Controle - Teobaldo José Cavalcante Leal

Diretor de Operações de Infra-Estrutura e Redes - Eduardo Gomes de Paula

Diretor de Planejamento e Engenharia - Charles de Capdeville

Diretora de Mercado - Márcia Sandra Roque Vieira Silva